

Universidade Federal de Juiz de Fora

Pós-graduação em Serviço Social

Mestrado em Serviço Social

Iasmim Lopes Ribeiro

**DE ESCRAVO À SUPERFLUO: UM ESTUDO SOBRE O LUGAR DO NEGRO NO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ATUAL**

Juiz de Fora
2024

Iasmim Lopes Ribeiro

De escravo à superfluo: um estudo sobre o lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro atual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizete Maria Menegat

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro, Iasmim Lopes.

De escravo à superfluo: um estudo sobre o lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro atual. / Iasmim Lopes Ribeiro. -- 2024.

105 p.

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. Supérfluo. 2. População negra. 3. Formação sócio histórica brasileira. 4. Mercado de trabalho atual brasileiro. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.

IASMIM LOPES RIBEIRO

De escravo à superfluo: um estudo sobre o lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro atual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 16 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Elizete Maria Menegat - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Mônica Aparecida Grossi Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Ana Cláudia de Jesus Barreto
Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 17/09/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 18/10/2024, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 28/10/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Jesus Barreto, Usuário**



Externo, em 29/10/2024, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1988836** e o código CRC **47B575D4**.

INTERTEXTOS

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

BERTOLT BRECHT

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao que me guia e me ampara em momentos de dificuldade, e vale dizer que nesses últimos dois anos e meio não foram poucos os momentos de dificuldade. Mas juntamente com esses momentos difíceis vieram também o crescimento pessoal, intelectual e profissional.

Quando mais jovem não suportava ler os agradecimentos dos livros, mas hoje não só me emociono lendo como entendo a importância da existência dessa parte em qualquer produção. E aqui já peço desculpas a quem estiver lendo pois os meus serão longos!

Não posso deixar de iniciar esses agradecimentos destacando meus pais Zarif e Ilton, por me trazerem ao mundo, terem se preocupado e dado todo o suporte que a eles era possível para que eu me desenvolvesse como o ser humano que sou hoje meu enorme agradecimento. É graças à bondade, empatia e fibra moral de vocês que hoje sou a pessoa sensível que pensa nos outros, que se inquieta e enraivece ao ver injustiças, preconceitos e desigualdades nesse mundo. Se hoje estou na profissão que estou e se pesquiso esse tema que para mim é tão importante, é em grande parte por causa de vocês, do amor, aceitação e da criação que me deram! Às minhas queridas irmãs Ingrid e Lâmara, obrigada por me darem todo o amor (com implicância) que só irmãos podem dar uns aos outros, me espelho mais do que vocês imaginam em vocês.

Aqui vou dar um destaque especial à minha mãezinha pois entendo o quanto nossa sociedade sobrecarrega uma mulher que também é mãe. Graças a todos os exemplos que você nos deu, consigo acreditar que sou capaz de alcançar meus sonhos, ser independente e achar uma solução para as dificuldades na vida. Como disse na conclusão da minha graduação, uma eternidade não seria capaz para que eu conseguisse demonstrar o quanto sou grata e me orgulho por ser sua filha, você é meu maior exemplo e inspiração!

Ao restante da minha família que de alguma forma se fez presente, tias e primas em especial, meu muito obrigada por sempre se fazerem presentes na minha vida e trajetória acadêmica, mesmo nas inúmeras vezes que estar fisicamente presente foi impossível.

Aos meus queridos amigos, que desde o primeiro dia ocuparam na minha vida e nos meus dias um lugar especial, não conseguirei agradecer individualmente cada um aqui, por favor não fiquem chateados mas saibam que vocês são minha família aqui em Juiz de Fora. Não posso deixar de agradecer à Isabela e Danilo pois por qualquer mudança que ocorra na vida, permanecem em minha vida, à Nathana por ter surgido do nada, ter se tornado minha dupla fiel e mesmo constituindo sua própria família se mantém minha duplinha; deixo um lugar de destaque à Raquel por sempre me proporcionar aconchego, papos reflexivos, indicações de livros e filmes que adoçam minha vida! Ana Clara e Caio, obrigada por desde a graduação escutarem minhas inquietações com o mundo acadêmico, com a vida e por sem me julgar me darem o conselho valioso de vocês. Emiliene, a grande surpresa do mestrado, que com um jeito muito semelhante ao meu me ensinou muitas coisas e foi companheira em muitos momentos, obrigada por me mostrar que podemos cultivar novas e boas amizades a qualquer momento de nossa vida. Meu imenso obrigada à Larissa e Camila que desde a graduação permanecem em minha vida, não importa o quanto estamos indo em caminhos diferentes, vocês conseguem tirar tempo para alimentar nossa amizade e sempre trazem uma leveza imensurável. Aos demais amigos de turma do mestrado que de alguma forma se mostraram importantes, obrigada pelas ricas trocas! Por último agradeço Luiz, que vem me vendo desenvolver essa dissertação desde que nos conhecemos, que me apoia de inúmeras maneiras, seja escutando ou conversando sobre a realidade social em que vivemos, você é meu amigo, parceiro, e se tornou um pedaço essencial da minha família, é aconchego, afeto, amor. Obrigada por dividir seus dias comigo. Meus queridos amigos vocês sempre me muniram de forças e ânimo, sou imensamente grata!

Não faria sentido não agradecer a minha orientadora Elizete, o desenvolvimento desta dissertação foi imensamente melhor graças a você, a sua paciência, tranquilidade, compreensão e pressão nos momentos certos. Sou muito grata por ter aceitado me orientar, ter acreditado na minha capacidade e me incentivado!

Meu imenso obrigada a minha psicóloga Andressa por antes mesmo do início deste mestrado ter aceitado a nobre tarefa de cuidar de uma mente ansiosa como a minha, rs. Eu não sou muito boa em reconhecer meus méritos, mas graças a essa

excelente profissional e nosso trabalho de formiguinha consigo hoje enxergar que mereço fazer parte desses agradecimentos, por ter me dedicado da melhor forma que pude dentro das condições objetivas e subjetivas no período desta dissertação.

Não menos importante, meus agradecimentos a todos que antes de mim produziram materiais que de alguma forma perpassa meu processo de amadurecimento teórico, sem estes eu jamais teria conseguido desenvolver minha pesquisa. Agradeço também a toda a classe trabalhadora que se insere ou não no mercado de trabalho formal, pois é graças a produção de vocês, a cada centavo pago em impostos e a luta de muitos que hoje há políticas para que os menos favorecidos possam ter acesso à conhecimentos diversos, desenvolver pesquisa e extensão em uma universidade pública. É graças a vocês que pude desenvolver minha pesquisa e espero que de alguma forma eu possa estar ajudando a construir um mundo menos injusto. Quanto mais estudo, mais a frase “se a classe trabalhadora tudo produz à ela tudo pertence” faz sentido na minha vida.

Graças a esses 2 anos e meio no mestrado pude evoluir não só minha pesquisa como eu mesma enquanto pessoa, à isso sou imensamente grata!

RESUMO

A presente dissertação tem o intuito de contribuir para uma maior compreensão acerca da relação entre raça e os supérfluos no Brasil.

Partimos da compreensão de que as origens do capitalismo no Brasil estão associados ao movimento da acumulação originária iniciado com o “descobrimento” dos territórios hoje conhecidos como Américas e com o processo de escravização. Entendemos que estruturou-se uma ligação indissociável entre racismo, divisão racial do trabalho, escravidão e gênese do capitalismo mundial. Os estigmas racistas criados no período escravocrata constituíram-se como parte da base fundamental do sistema e se mantêm na realidade dos sujeitos negros até os dias atuais.

O objetivo central da pesquisa é analisar a relação entre supérfluos e a população negra no Brasil, contextualizando no período pós-abolição, a instituição do trabalho livre no país destacando a formação dos supérfluos e sua ligação com a questão racial. Para isso é proposta uma pesquisa bibliográfica partindo de autores que discutem acumulação primitiva, escravização, desenvolvimento e surgimento do capitalismo enquanto sistema mundial como Marx e Williams. No intuito de realizar a discussão sobre o lugar do negro na estrutura social de um país que tem sua gênese escravocrata conta-se com o aporte teórico de autores como Gonzales, Kowarick, Moura e Prado Jr. E para além, objetivando investigar os supérfluos no Brasil e sua relação com a população negra, propõe-se a realização de uma análise a partir dos bancos de dados governamentais (IBGE/PNAD) sobre população em idade ativa/de trabalhar, desocupados, inativos e raça; no intuito de cruzar esses dados e avaliar se a hipótese de que uma parcela significativa desses sujeitos inseridos enquanto supérfluos são negros, se confirma.

Sendo assim, partindo da revisão bibliográfica realizada tanto pelos autores anteriormente citados quanto pelo material coletado na análise de dados, objetivou-se a realização de uma reflexão crítica e mais aprofundada sobre a historicidade do papel que se determina a população negra dentro da sociedade capitalista, como é/ qual espaço uma sociedade de origem escravocrata relega a essa população e como dentro do cenário brasileiro estes aspectos geram repercussões na atualidade.

ABSTRACT

This dissertation aims to contribute to a greater understanding of the relationship between race and superfluities in Brazil.

We start from the understanding that the origins of capitalism in Brazil are associated with the movement of original accumulation that began with the “discovery” of the territories now known as the Americas and with the process of enslavement. We understand that an inseparable link was created between racism, racial division of labor, slavery and the genesis of global capitalism. The racist stigmas created during the slavery period constituted part of the fundamental basis of the system and remain in the reality of black subjects to this day.

The central objective of the research is to analyze the relationship between superfluous people and the black population in Brazil, contextualizing the institution of free labor in the country in the post-abolition period, highlighting the formation of superfluous people and their connection with the racial issue. To this end, a bibliographical research is proposed based on authors who discuss primitive accumulation, enslavement, development and the emergence of capitalism as a world system such as Marx and Williams. In order to carry out the discussion on the place of black people in the social structure of a country that has its genesis as slaves, we rely on the theoretical contribution of authors such as Gonzales, Kowarick, Moura and Prado Jr. And beyond, aiming to investigate the superfluous Brazil and its relationship with the black population, it is proposed to carry out an analysis based on government databases (IBGE/PNAD) on the population of active/working age, unemployed, inactive and race; in order to cross-reference this data and evaluate whether the hypothesis that a significant portion of these subjects inserted as superfluous are black is confirmed.

Therefore, based on the bibliographical review carried out both by the previously mentioned authors and the material collected in the data analysis, the objective was to carry out a critical and more in-depth reflection on the historicity of the role that the black population plays within capitalist society, How is/what space does a society of slave origins relegate to this population and how within the Brazilian scenario these aspects generate repercussions today.

De escravo a supérfluo: um estudo sobre o lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro atual

Introdução	8
Capítulo 1-Trabalho, Capitalismo e Escravidão	14
1.1 Acumulação primitiva na Europa e criação do trabalho produtor de mais valor	14
1.2 Capitalismo e escravidão	18
1.3 A ascensão das metrópoles europeias a partir dos lucros da escravidão	24
Capítulo 2- O sujeito negro: de escravo à sem lugar	33
2.1 Colonização, escravidão e abolição no Brasil	33
2.2 Pós abolição e o lugar do negro na estrutura do trabalho livre	40
2.3 Notas sobre o lugar do negro no território	53
Capítulo 3- Trabalho assalariado e supérfluos, uma breve análise na atualidade	58
3.1 Desemprego e desenvolvimento tecnológico na atualidade	58
3.2 Emprego e desemprego entre brancos e negros, no período 2012-2022, segundo o IBGE/ PNAD	63
Considerações Finais	76
Referências Bibliográfica	81
Anexos	84

Introdução

Este trabalho tem o intuito de contribuir para uma maior compreensão acerca da relação entre raça e os supérfluos no Brasil; partindo principalmente do momento pós abolição, perpassando pelo processo de modernização no nosso país e o lugar que historicamente a sociedade capitalista relegou ao sujeito negro. Enfatizo a relevância de nos debruçarmos sobre essa temática a partir da ligação estrutural entre as origens do racismo, da divisão racial do trabalho, da escravidão do negro e as origens do sistema capitalista. Compreendo que os autores que fundamentam sua análise com base nas categorias da crítica da economia política legadas pelo marxismo oferecem maior profundidade para a compreensão desta temática.

Proponho me dedicar especificamente na relação entre raça, capitalismo e os supérfluos pois um não se explicaria sem o outro, uma vez que parto da compreensão que o sistema capitalista só se configurou enquanto tal a partir dos espólios e acumulação surgidas com o processo de “descobrimento” dos territórios conhecidos como Américas como com o processo de escravidão.

É necessário enfatizar que nos primórdios do capitalismo, no momento de acumulação primitiva, criou-se uma nova forma de trabalho totalmente diferente da que estava estabelecida e juntamente a essa nova forma se estabeleceu também uma doutrina deste trabalho; conforme o capitalismo se expande, a doutrina do trabalho realiza esse mesmo movimento. Sendo assim, somente o sistema capitalista possui tal forma de trabalho baseada na expropriação e exploração a partir do trabalho.

Conseqüentemente, apenas no sistema capitalista encontramos as formas de exploração a partir do trabalho produtor de mais valor, assim como somente nesse sistema há uma valorização do ser humano como trabalhador assalariado. Isso implica então na compreensão dos sujeitos como úteis e significativos socialmente partindo da dimensão do trabalho, ou seja, caso esses sujeitos não consigam se inserir como trabalhadores conseqüentemente não conseguem enxergar em si mesmos valor social e valor enquanto indivíduos.

O IPEA apresenta que

a inserção no mercado de trabalho segue sendo um fator central para a construção de identidade, a definição do padrão de sociabilidade e, sobretudo, para obter recursos que permitam suprir as necessidades básicas de forma autônoma.(...) Para a população negra, o acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privação a que historicamente foi relegada. (2011, p.27)

Segundo Ribeiro,

O mercado de trabalho ocupa então na vida das pessoas uma dimensão de extrema importância tanto objetivamente nas questões relativas à sobrevivência quanto subjetivamente, na construção da sua identidade e reconhecimento perante a sociedade. (2020, p.51)

Essa ressalva se destaca, visto que tem-se como hipótese que a grande parcela de sujeitos que configuram os supérfluos no Brasil têm raça, classe e se inserem desde os primórdios do país em lugares sociais bem específicos.

Tendo em mente que segundo os dados levantados¹, as pessoas pretas e pardas constituem a maior parte da força de trabalho no país, o IBGE apresenta que

em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. (IBGE, p.02. 2019)

A mesma pesquisa aponta que sobre a força de trabalho brasileira, naquele momento o “conjunto de pessoas que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência, as pessoas de cor ou raça branca representavam 43,8%, enquanto as pessoas pretas, 10,2% e as pardas 45,0%, em 2021” (IBGE, p. 02, 2022). Sobre população desocupada a PNAD apresentou no mesmo momento que “tanto as pessoas pretas como as pardas estiveram sobrerrepresentadas com, respectivamente, 12,0% e 52,0%” enquanto “as pessoas brancas, por outro lado, registraram sub-representação, pois eram 35,2% dos desocupados em 2021” (IBGE, p.02, 2022).

O estudo “Retrato das Desigualdades Gênero e Raça” realizado pelo Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM em parceria com a Diretoria de Estudos Sociais – IPEA, em 2003 já nos apresentava que “se observarmos onde se situam os negros no mercado de trabalho, a partir dos dados de posição na ocupação, fica claro que estes se concentram em atividades mais precárias e com menor proteção social do que a população branca”. Esse mesmo estudo sinaliza

¹ Dados do IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2017 apontavam que 55,7% da população brasileira era preta ou parda (8,6 se identificavam pretos e 47,1 pardos). Em 2022, a PNAD já apresentava que 42,8% se autodeclararam brancos, 45,3% pardos e 10,6% pretos; atualmente a população que se identifica enquanto negra alcança 55,9% da população brasileira.

que “enquanto 34,5% dos brancos estão em ocupações com carteira assinada, apenas 25,6% dos negros estão na mesma situação” (IPEA, 2003, p.19).

Os dados apresentados destacam que apesar da força de trabalho brasileira ser configurada majoritariamente por pessoas negras² (somando 55,2% em contraponto aos 43,8% da população branca), esses sujeitos são os mesmos que majoritariamente ocupam postos de trabalho mais precários assim como também a parte de desocupados (64% de pretos e pardos se encontram desocupados ao contraponto de 35,2% de brancos).

Nesse sentido, nos faz compreensível que essas pessoas uma vez se encontrando sem vínculo de trabalho, sem formas de garantir sua sobrevivência, irão buscar maneiras de fazê-la por meio, muitas vezes, da solicitação de acesso aos benefícios socioassistenciais disponíveis.

Costa (2017, p. 34) nos apresenta que majoritariamente pessoas negras (e mulheres em sua maioria) são solicitantes de acesso a benefícios e serviços ofertados pela assistência social brasileira. A autora complementa apresentando que

pesquisas atuais do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pela organização desta política em âmbito nacional, informam que 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família entre homens e mulheres são negros (DATA SOCIAL, 2015 apud COSTA, 2017). Sobre o total geral de beneficiários titulares do Programa, 93% são mulheres e 68% destas são negras, sendo que o sudeste do país e outras regiões mantêm estas proporções. (COSTA, 2017, p. 3-4)

Dados atuais do IBGE apresentam que

mesmo com a implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil e, mais recentemente, dos programas emergenciais adotados em 2020, como o Auxílio Emergencial, bem como das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso desta população a bens e serviços acima referidos, os maiores impactos sobre a população preta ou parda, por exemplo, não foram capazes de reverter as históricas desigualdades que mantém sua situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. De fato, como analisado, apesar da população preta e parda representarem 9,1% e 47,0%, respectivamente, da população brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém desta proporção. (IBGE, p. 01-02, 2022)

² De acordo com o Estatuto de Igualdade Racial (2010, inciso IV), a população negra é configurada pelo conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - ou que adotam uma autodefinição análoga.

Os dados apresentados indicam que não há possibilidades de mudanças efetivas dentro do sistema capitalista, esse sistema só se mantém na base da exploração e miséria de muitos para o lucro de poucos.

Conforme será apresentado nesta dissertação, há uma ligação essencial entre capitalismo e racismo, uma vez que o primeiro só pode fortalecer suas bases econômicas e se transformar em um sistema mundial por meio do segundo. Desta forma, se procuramos analisar a sociedade atual, podemos fazê-lo apenas como bell hooks (2015) nos guia; analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista para realizarmos uma compreensão profunda das relações de classe, uma vez que a luta de classes está indissolivelmente ligada à luta para acabar com o racismo.

É extremamente necessário que a temática seja abordada nos diversos espaços de produção intelectual, visto que é a partir dessa instância que se constrói algumas das formas de saber que por sua vez tem influência na construção do ideário social e consequentemente profissional. Nesse sentido, concordamos com bell hooks quando ela nos diz que

o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes. (1995, p. 466)

Se levarmos em consideração que uma grande parcela da população solicitante de benefícios socioassistenciais são sujeitos negros inseridos em postos de trabalho precários e informais, torna-se imprescindível discutir acerca da temática racial na área do Serviço Social.

A pesquisa proposta tem a intenção de realizar um estudo sobre o lugar destinado ao sujeito negro na sociedade e sua relação com a constituição da superpoulação relativa no Brasil. Na intenção de aprofundamento de conhecimento da temática citada, foi proposta como metodologia de pesquisa o estudo bibliográfico assim como análise de dados das bases do governo.

Dessa forma, o presente trabalho se organiza a partir da realização de três capítulos. O primeiro capítulo se constitui em uma breve pesquisa teórica no intuito de compreender, examinar e apresentar a “trajetória” histórica do trabalho na sociabilidade capitalista e do desenvolvimento do capitalismo enquanto um sistema.

Neste sentido, perpassa-se pelo processo de acumulação primitiva, “descobrimento” das Américas assim como o processo de escravização da população africana pelos europeus no “processo” de acumulação e expansão do capitalismo que surgia.

Esse movimento se dá no intuito de demonstrar o cenário histórico e social como também contextualizar o motivo da escravização africana nas colônias, assim como demonstrar o lugar das colônias (e futuros países americanos) dentro da divisão internacional do trabalho. Neste capítulo conta-se com os autores que discutem acumulação primitiva, escravização, desenvolvimento e surgimento do capitalismo enquanto sistema mundial tais como MARX (2014), WILLIAMS (1975), entre outros.

O segundo capítulo se encarrega de abordar a formação sócio histórica do Brasil, especificando as relações raciais. Busca-se nessa parte do trabalho enfatizar o período pós abolição para se compreender o processo de modernização do Brasil assim como o processo de constituição da força de trabalho livre no país e o lugar que a população negra recém liberta tem dentro da lógica social a partir deste período. Para tal, a discussão parte do aporte teórico de BARRETO (2013), GONZALES (1982), IANNI (1987), KOWARICK (1994), MOURA (2016), PRADO JR. (1987), entre outros que valorizam a discussão sobre o lugar do negro na estrutura social de um país que tem sua gênese escravocrata.

No terceiro capítulo o intuito é apresentar e examinar o lugar do sujeito negro no mercado de trabalho na lógica capitalista, assim como apresentar a realidade desse mercado de trabalho na atualidade. Procura-se destacar a partir dos referenciais teóricos aprofundados qual a população que configura a superpopulação relativa e como ela vem se desenvolvendo na atualidade.

Objetivando investigar a superpopulação relativa no Brasil e sua relação com a população negra, realiza-se uma análise do resumo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2012-2022 realizada pelo IBGE; assim como dos dados governamentais IBGE/PNAD do período de 2012 a 2022, sobre indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça; no intuito de avaliar se de fato uma parcela significativa desses sujeitos inseridos na superpopulação relativa são negros.

Sendo assim, partindo da revisão bibliográfica realizada tanto pelos autores anteriormente citados quanto pelo material coletado na análise de dados realiza-se uma reflexão crítica e mais aprofundada sobre a historicidade do papel que se determina à população negra dentro da sociedade capitalista, como é/ qual espaço uma sociedade de origem escravocrata relega a essa população e como estes aspectos geram repercussões na atualidade.

Capítulo 1-Trabalho, Capitalismo e Escravidão

1.1 Acumulação primitiva na Europa e criação do trabalho produtor de mais valor

O debate sobre a formação da superpopulação relativa no Brasil exige a compreensão de como os fundamentos do trabalho produtivo se constituíram nos países capitalistas periféricos. O trabalho produtor de mais valor, típico da lógica capitalista, não se deu naturalmente. O capitalismo em seu desenvolvimento inicial de acumulação primitiva, instaurou uma forma de trabalho que anteriormente não existia. Essa inovação pressupõe a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX,2014, p.515)

Sendo assim, pertence ao movimento da acumulação primitiva o processo de transformação dos produtores em trabalhadores assalariados. De acordo com Marx (2014), os historiadores burgueses observam esse momento apenas na perspectiva de libertação desses trabalhadores da servidão e da coação. Entretanto, o autor faz a ressalva de que existe outro lado dessa libertação, esses “recém-libertados” só se transformam em vendedores de si, da sua força física de trabalho, por meio do roubo de “todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam” e reforça que esse momento, essa história de expropriação “está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (2014, p.515).

A divisão entre proprietários de terras e uma camada de expropriados não se deu de maneira natural ou pacífica, muito pelo contrário, essa divisão se dá apenas a partir de um movimento violento de expulsão das pessoas da terra. Segundo Marx, a “expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês,

constitui a base de todo o processo [da acumulação originária]”. (2014,p. 516). Anteriormente, a configuração dos trabalhadores e da população rural se dava de maneira diferente e sobre isso Marx apresenta que:

Na Inglaterra, a servidão havia praticamente desaparecido na segunda metade do século XIV. A maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no século XV, em camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir sua propriedade. [...] Os assalariados agrícolas consistiam, em parte, em camponeses que empregavam seu tempo livre trabalhando para os grandes proprietários, em parte, numa classe de trabalhadores assalariados propriamente ditos, classe essa independente e pouco numerosa, tanto em termos relativos como absolutos. Ao mesmo tempo, também estes últimos eram, de fato, camponeses economicamente autônomos, pois, além de seu salário, recebiam terras de 4 ou mais acres para o cultivo, além de cottages. Ademais, junto com os camponeses propriamente ditos, desfrutavam das terras comunais, sobre as quais pastava seu gado e que lhes forneciam também combustíveis, como lenha, turfa etc. Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela partilha do solo entre o maior número possível de vassalos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos (MARX, 2014,p.516).

Isso significa que anteriormente ao momento em que o capitalismo começa a se desenvolver e expandir, a população possuía formas de sobrevivência e produção coletivas. Mesmo que os sujeitos não fossem possuidores de grandes espaços de terra, desenvolveram entre si formas coletivas de plantio e trabalho diferenciadas do que se estabelece com o desenvolvimento capitalista.

O autor ainda nos sinaliza que “o prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI”, momento este em que “uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (2014,p. 517).

Cabe ressaltar que o poder real, da monarquia (este um produto do desenvolvimento burguês) em sua ânsia por controle absoluto tenha acelerado o processo de dissolver esses séquitos, não foi a única e exclusiva causa. O senhor feudal tem um peso importante nesse processo, uma vez que em oposição à Coroa e ao Parlamento criou um proletariado muito maior do que o esperado ao expulsar brutalmente esses camponeses e ao usurpar as terras comunais que utilizavam para sua sobrevivência.

De acordo com Marx, o impulso para tais ações se deu, e o autor cita especificamente o caso Inglês, pelo desenvolvimento “da manufatura flamenga de lã e o conseqüente aumento dos preços da lã”. Ainda destaca que nesse processo a nobreza feudal perde seu lugar para uma nova ordem, “para a qual o dinheiro era o poder de todos os poderes. Sua divisa era, por isso, transformar as terras de lavoura em pastagens de ovelhas” (2014, p.517). O autor acrescenta que,

Um novo e terrível impulso ao processo de expropriação violenta das massas populares foi dado, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus moradores no proletariado. (MARX, 2014,p.518-519)

Nesse processo os terrenos da Igreja Católica e demais territórios que eram de utilidade comunal, passam a ser mercadoria, objeto de lucro. Sobre isso Marx aponta que

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo, etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém- saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. (2014,p. 520)

Sobre o processo do roubo das terras comunais da população rural, Marx apresenta que se deu inicialmente através da violência mas, que posteriormente, se deu também por meios legislativos.

A propriedade comunal – absolutamente distinta da propriedade estatal anteriormente considerada – era uma antiga instituição germânica, que subsistiu sob o manto do feudalismo. Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII este em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das “Bills for Inclosures of Commons” (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. (2014,p. 520)

Conforme Marx (2014), a usurpação da terra comunal e com a revolução da agricultura que veio a seguir, os efeitos na vida dos trabalhadores agrícolas foi devastador uma vez que o salário destes caiu a tal ponto que não era suficiente para cobrir as necessidades mais vitais e elementares destes trabalhadores. Esse foi o método da acumulação primitiva capitalista que transformou a terra em

mercadoria e gerou a mão de obra, os trabalhadores (assalariados ou desempregados), necessários ao seu desenvolvimento.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (MARX, 2014, p. 524)

Tendo suas terras e meios de sobrevivência usurpadas, o único destino que os aguardava era de exploração e de sobrevivência precária através do assalariamento:

expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. (MARX, 2014, p. 524)

A partir disso, é visível que a população expropriada da terra, viu-se obrigada a inserir-se no trabalho assalariado. Entretanto, por decorrência de sua própria estrutura, este sistema de produção não pode empregar toda população que é expropriada. Desta forma muitas pessoas se tornaram “vadios”, sem meios de sobrevivência além da mendicância. Essa população “vadia”, com base em legislações da época, teve como destino a mendicância legalizada, ou se viram obrigados a se tornarem escravos, ou morreram nesse processo.

Marx explicita que o processo de internalização de trabalho assalariado por essa população que anteriormente era detentora de suas formas de trabalho e produção não se deu de maneira pacífica e natural, muito pelo contrário foi firmada com muita violência e opressão. Sobre isso aponta que

a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2014, p. 526)

Indo de encontro ao que Marx expõe, sobre a disciplina do trabalho Kowarick apresenta que

Submeter pessoas para que vendam sua força de trabalho não é algo que se possa fazer de um momento para o outro. (...) a formação de um mercado de mão-de-obra livre foi um longo e tortuoso percurso histórico, marcado, na maioria das vezes, por intensa coerção e violência. (1994, p. 12)

Marx acrescenta que a subordinação da classe trabalhadora às novas exigências do trabalho assalariado foi, também, um dos métodos violentos criados durante a fase da acumulação primitiva para produzir excedentes de valor:

No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (2014, p. 526)

A acumulação primitiva é o ponto de partida para a acumulação de capitais, de terras para produção, como também para estabelecer os detentores do processo produtivo e os que só têm a si mesmos, sua própria força para sobreviver. Concomitantemente ao processo de expropriação dos camponeses e a constituição da classe dos assalariados na Europa, ocorreu a invasão do território das Américas. As expropriações dos povos originários, pilhagens e saques de suas riquezas constituíram parte indissociável do movimento da acumulação primitiva. Nesse sentido, fica visível que o momento de acumulação primitiva constituiu-se por meio de expropriações, violências e opressões.

1.2 Capitalismo e escravidão

As grandes navegações europeias também constituíram parte da acumulação primitiva. Cabe ressaltar que no cenário descrito, os países europeus já comercializavam com o Continente Africano e com as Índias Orientais.

As grandes navegações exploratórias saídas da Europa rumo à América, que desencadearam a colonização, tiveram como estímulo o desenvolvimento do comércio europeu que, até o século XVI, estava restrito a uma navegação costeira e de cabotagem, limitada ao mar mediterrâneo e ao mar do Norte. (BARRETO, 2013, p. 23)

Prado Jr. denomina os navegadores das grandes expedições marítimas dos séculos XV e XVI de exploradores, de “traficantes” e os faz partindo da compreensão de que o único interesse desses era a extração das riquezas locais para o comércio europeu. Ou seja, garantir a acumulação primitiva da Europa (e conseqüentemente do capitalismo) por meio do comércio e roubo nesses territórios “descobertos”³.

Barreto (2013) sinaliza que na ocupação dos territórios americanos o povoamento não se dá como ideia primária, muito pelo contrário, havia um desprezo em relação às nossas terras, estas eram vistas como primitivas e vazias uma vez que o foco das navegações eram as especiarias encontradas no Oriente. A ocupação desses territórios era dada nesse período através da defesa militarizada onde o intuito da mesma era a comercialização com a população nativa ali residente.

É preciso enfatizar que no processo de colonização

houve diferença no modo pelo qual os colonizadores do mundo ocidental ocuparam as terras inexploradas. O povoamento realizado pelos ingleses nas regiões temperadas foi impulsionado pelas crises político-religiosas e pela transformação econômica iniciada no século XIV, na Inglaterra, com a expulsão em massa dos camponeses tendo em vista a utilização das terras para pastagens de carneiros, cuja lã começava a ser altamente valorizada pela indústria têxtil. (BARRETO, 2013, p. 24)

Desta forma, de acordo com Prado Jr., esses acontecimentos que historicamente ficaram conhecidos como “descobrimento” das Américas, nada mais são do que uma parte “da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV (...)” (PRADO JR., 1987, p. 85).

Buscando exemplificar esse processo, Kowarick aborda que há uma funcionalidade das colônias para os países colonizadores apontando que

(...) Por definição, o sistema colonial impedia o surgimento de circuitos econômicos internos, na medida em que eles entravam em conflito com os interesses da burguesia mercantil metropolitana. Não se trata, dessa perspectiva, de diversificar a economia, mas de fortalecer a produção de artigos tropicais que impulsionaram a acumulação metropolitana. (1994, p.24)

³ A escolha da palavra entre aspas é por compreender que os territórios hoje conhecidos como Américas já eram ocupados, povoados e constituídos por sujeitos originários dessas localidades com cultura, crenças, comunicação e formas de viver próprias e diferentes da europeia.

Sendo assim, “quando a escravidão é adotada, não é adotada como uma escolha em detrimento do trabalho livre; não há qualquer escolha” (Williams, 1975, p.10). São circunstâncias econômicas que geram a escravidão. A população europeia era limitada, indo ao contrário da necessidade de mão de obra em grande escala necessária para o cultivo da cana de açúcar, do tabaco e do algodão nas colônias.

Williams apresenta que

onde todo o conhecimento requerido é simples e uma questão de rotina a constância e cooperação no trabalho, a escravidão é essencial, até o momento em que, pela importação de novos recrutas e pela procriação, a população atinja o ponto de saturação e a terra disponível já esteja distribuída. Quando tal etapa é atingida, e somente então, as despesas da escravidão, em forma de custo e manutenção de escravos, produtivos e improdutivos excedem o custo de trabalhadores assalariados. (1975, p. 11)

Sobre as relações entre escravidão e racismo, Williams (1975) afirma que a escravidão não nasce a partir do racismo, que na realidade o processo é contrário. O racismo foi e é uma consequência da escravidão. O trabalho inicial não livre nas atuais Américas era diverso, “moreno, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão” (Williams, 1975, p. 12) e para exemplificar apresenta que o primeiro tráfico e trabalho escravo presente nesse território é racialmente indígena.

Entretanto, “os índios sucumbiram rapidamente ao trabalho excessivo deles exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem branco, à sua incapacidade de ajustar-se ao novo modo de vida” (Williams, 1975, p.12). Outro fator de grande importância para a não continuidade da escravização indígena era que o “reservatório”, a população, era limitada.

Conforme Williams (1975, p.12), em algumas colônias inglesas, “o sucessor imediato do índio, porém, não foi o negro, mas o branco pobre”, sendo que desses trabalhadores brancos existia uma variedade, alguns eram servos sob contrato outros resgatadores ou mesmo sujeitos sentenciados. Entretanto, todos eles serviriam por um período específico para sanar suas dívidas⁴.

O serviço temporário que os brancos pobres europeus realizavam nas colônias, em seu início, como aponta Williams (1975), não denotava qualquer inferioridade ou remetia degradação, isso ocorre quando os ideais da sociedade

⁴ Salvo o caso de resgatadores que não conseguissem pagar a passagem na chegada ou após um tempo específico, pois nessa situação poderiam ser vendidos pelo comandante do navio que vieram a quem oferecesse o lance melhor.

colonial e da Inglaterra decente passa a se relacionar com ganho imediato, a partir disso então serviços sob contratos passam a se associar a elementos desmoralizados no ideal social.

Nesse momento, em que o serviço sob contrato não era mal visto, estabeleceu-se um tráfico regular de servos. Entretanto, “quando a especulação comercial entrou em ação, começaram a ocorrer abusos. Os raptos foram incentivados até certo ponto e se tornaram um negócio corriqueiro em cidades tais como Londres e Bristol” (Williams, 1975, p.15).

A situação dos servos sobre contrato com o passar do tempo

tornou-se gradativamente pior nas colônias de plantação. A servidão, inicialmente uma relação pessoal livre baseada no contrato voluntário por um período definido de serviço, em vez da deportação e sustento, tendia a tornar-se uma relação de propriedade que declarava o controle de extensão variada sobre os corpos e liberdade da pessoa durante o serviço como se ela fosse uma coisa. (WILLIAMS, 1975, p.21)

A postura das próprias autoridades inglesas era “de que a servidão não era muito ruim e de que o trabalhador na Jamaica estava em melhor situação do que o lavrador na Inglaterra” (Williams,1975, p.22). Alguns sujeitos ainda afirmavam que o trabalhador branco nas colônias era um escravizado, entretanto

não era. A perda de liberdade do servo era de duração limitada, o negro era escravo a vida inteira. A condição do servo não podia passar para seus descendentes, os filhos do negro tomavam a condição da mãe. O amo em tempo algum tinha controle absoluto sobre a pessoa e a liberdade de seu servo como tinha sobre seu escravo. O servo tinha direitos, limitados, mas reconhecidos pela lei e inseridos no contrato. (WILLIAMS, 1975, p.23)

Cabe ressaltar que a servidão tinha suas desvantagens, como por exemplo, o fato de servos não virem “ em quantidades suficientes para substituir os que tinham terminado seu tempo de serviço” (Williams, 1975, p.23), assim como o fato de o trabalhador branco esperar a doação de terra, no fim de seu contrato. Nesse sentido a escravidão não possuía uma contrapartida, uma vez que o sujeito negro era permanentemente divorciado da terra.

É necessário, porém, realizar a ressalva de que, em algumas colônias inglesas, a experiência da servidão branca foi essencial para a escravidão. A servidão serviu como experiência para realizar o rapto na África, que não encontrava as mesmas dificuldades que na Europa; acumulou experiência para comandantes e navios; possibilitou capital anterior para financiar o da escravidão negra; assim como transformou os feitores criminosos das plantações em feitores

de escravizados⁵, por exemplo. Conforme Williams, no caso das colônias inglesas, “a servidão branca foi a base histórica em que se ergueu a escravidão negra” (1975, p. 24):

Essa servidão branca é de importância capital para a compreensão do desenvolvimento do Novo Mundo e do lugar do negro nesse desenvolvimento. Desmente completamente o velho mito de que os brancos não podiam suportar o rigor do trabalho manual no clima do Novo Mundo e que, por essa razão e somente por essa razão, as potências européias tinham recorrido aos africanos. (1975, p.25)

A partir disso, nos lugares em que a agricultura era de pequena extensão, a mão de obra utilizada era a branca, já nos territórios de plantações extensas não era essa a mão de obra a ser utilizada. Com o processo de substituição de pequenas plantações para grandes plantações⁶ gerou-se a necessidade de uma imensa mão de obra barata. Sendo assim, não é o clima das colônias nos territórios americanos que expulsam a mão de obra branca, é a mão de obra negra conseguida através da escravização, sendo assim “a teoria da plantação baseada no clima, portanto, nada mais é do que uma racionalização” (Williams, 1975, p. 27).

Reforçando sobre o real motivo da escravidão negra nas colônias britânicas, Williams afirma que

A escravidão negra, portanto, nada teve a ver com o clima. Sua origem pode ser expressa em três palavras: nas Antilhas, Açúcar, no continente, Fumo e Algodão. Uma modificação na estrutura econômica produziu uma modificação correspondente no suprimento de mão-de-obra. O fato fundamental foi “a criação de uma organização social e econômica inferior de exploradores e explorados”. Açúcar, fumo e algodão requeriam a grande plantação e hordas de trabalhadores baratos, e a pequena plantação do trabalhador branco ex-engajado possivelmente não conseguia sobreviver. (1975, p. 28)

Williams (1975) dá o exemplo de Barbados, onde em 1645 tinha uma população branca de 18.300 e em 1667 havia 8.300. O autor apresenta que com o tempo os agricultores brancos foram diminuindo mesmo com os plantadores oferecendo diversos incentivos, isso ocorreu pelo fato de não poderem fornecer o maior incentivo que os trabalhadores brancos procuravam, a terra. Nesse sentido

⁵ A utilização do termo escravizado em detrimento de escravo se dá por compreender e partir da perspectiva de que o termo escravizado representa melhor um sujeito alvo de escravidão, que foi obrigado com a escravidão à fornecer sua mão de obra e vida contra sua vontade; enquanto o termo escravo pode passar uma ideia de passividade, de que a escravidão era intíseca ao sujeito negro.

⁶ Consequentemente ocorre também um processo de monopolização dos territórios e plantações, uma vez que os proprietários maiores vão comprando ou roubando as terras desses pequenos plantadores, gerando assim monopólios.

continuou-se aumentando a mão de obra escrava e como Williams (1975) nos mostra, a escravidão de um fator insignificante na vida econômica colonial passa a ser a base que a estabelece.

Havia então uma “necessidade” da mão de obra negra escravizada para as grandes plantações, uma vez que, como já demonstrado anteriormente, essas precisavam de grande número de trabalhadores baratos para funcionar. Sendo assim, “onde a plantação não se desenvolvia, como na indústria do fumo de Cuba, a mão-de-obra negra era rara e a mão-de-obra branca predominava” (Williams, 1975, p.32).

Para apresentar essa situação, Williams cita o exemplo de Saco, em Cuba:

o setor liberal da população cubana preconizava sistematicamente a cessação do tráfico de escravos negros e a introdução de imigrantes brancos. Saco, porta-voz dos liberais, clamava pela imigração de trabalhadores brancos e livres (...). O açúcar derrotou Saco. Foi a plantação de cana-de-açúcar, com sua base escravista, que retardou a imigração branca em Cuba no século XIX, como havia impedido em Barbados no século XVII e em São Domingos no século XVIII. Não havendo cana-de-açúcar, não havia negros. (1975, p.32)

Isso evidencia que o trabalho escravo surge a partir das demandas das grandes plantações nos territórios colonizados, sendo criado a partir de uma demanda econômica de solucionar a falta de mão de obra extremamente barata. Onde havia grandes plantações de cana de açúcar ou algodão havia mão de obra extensa, mão de obra escravizada. “A escravidão, de maneira alguma, denotava em qualquer sentido científico, a inferioridade do negro. Sem ela, o grande desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar das Antilhas, entre 1650 e 1850, teria sido impossível” (Williams, 1975, p.34).

*

A partir das navegações e a chegada dos povos europeus a outros territórios, colocou-se em debate a existência desses outros, recém descobertos. Partindo da visão eurocentrista criou-se então a noção de raças (branca, negra e amarela) que desembocaram, a partir da visão preconceituosa hierarquizada de quem é mais evoluído, o caminho do racismo.

O conceito de raça é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é

natural, é de fato uma categoria etno- semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2004, p.6)

Nesse contexto apresentado é que então ocorre o roubo violento do povo negro de seu continente originário para servirem nas colônias como mão de obra escravizada. Williams (1975) nos apresenta que esse processo, por assim dizer, foi lucrativo não somente com as vendas desses sujeitos, mas também com a usurpação das suas terras.

1.3 A ascensão das metrópoles europeias a partir dos lucros da escravidão

Kowarick afirma que “o escravismo nas Américas (...) é expressão colonial do capitalismo europeu em expansão” (1994, p.22), porque somente a partir da expropriação das terras colonizadas e a produção em larga escala por meio de uma mão de obra barata e vasta, as metrópoles conseguiram expandir sua acumulação, seu comércio, ou seja, o capitalismo que ali estava incipiente.

Sobre o processo de acumulação das “capitais”, Williams apresenta que esse ocorre por meio do comércio triangular e nos mostra que em seu funcionamento

a Inglaterra - da mesma maneira que a França e a América colonial - fornecia as exportações e os navios; a África, a mercadoria humana; as plantações a matéria-prima colonial. O navio negreiro zarpava da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro, na costa da África, por negros, que eram traficados nas plantações, com outro lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais a ser transportados para a metrópole. A medida que o volume do tráfico aumentava, o comércio triangular era completado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a metrópole e as Índias Ocidentais, trocando-se diretamente artigos de fabricação metropolitana por produtos coloniais. (1975, p. 57-58)

O comércio triangular desenvolveu então um imenso estímulo para o comércio nas metrópoles, visto que os países europeus comercializavam os próprios produtos na costa africana ao adquirirem escravizados; transportavam os escravizados ali comprados para as Américas, onde eram vendidos e produziam

inúmeros produtos tropicais que ao serem transportados e comercializados nos países colonizadores propiciavam o nascimento de novas indústrias.

Uma área que se desenvolveu durante esse período, foi obviamente a naval. Essa indústria reconhecia que seu crescimento se deu por conta da escravidão e do tráfico, tanto que apresentavam uma frente unida contra a abolição compreendendo que a mesma abalaria as bases da supremacia naval. Nas metrópoles a indústria naval estava ligada intimamente ao comércio triangular e ao tráfico de escravos, conseqüentemente outras áreas também, como por exemplo os marinheiros.

Além dos marinheiros, havia os negócios auxiliares. Carpinteiros, pintores e construtores de barcos; negociantes e artesãos ligados a consertos, equipamento e carregamento; comissões, salários, direito de doca, seguros - tudo dependia em parte dos navios que traficavam com a África (WILLIAMS, 1975, p.65).

Para além do comércio na costa Africana e do tráfico de escravos “as ilhas açucareiras contribuíram de uma outra maneira para o crescimento da frota mercante inglesa”. Desenvolveu-se um comércio peculiar nas Américas, comércio esse que “concentrava-se nos produtos agrícolas de exportação, enquanto o alimento⁷ era importado” (Williams, 1975, p.66).

Além do desenvolvimento da indústria naval e do comércio de inúmeras mercadorias, o tráfico e escravidão propiciou também o desenvolvimento rápido de várias cidades dos países metropolitanos. Sobre isso Williams apresenta a importância deste processo no crescimento dos países colonizadores europeus ao dar o exemplo da Inglaterra:

o desenvolvimento do comércio triangular, da frota mercante e da construção naval levou ao crescimento das grandes cidades portuárias. Bristol, Liverpool e Glasgow ocuparam, como portos marítimos e centros comerciais, a posição na época do comércio que Manchester, Birmingham e Sheffield ocupariam mais tarde na época da indústria. (1975, p.67)

Ainda sobre esse processo de crescimento das metrópoles Williams destaca que

Foram o tráfico de escravos e o comércio de açúcar que tornaram Bristol a segunda cidade da Inglaterra durante os três primeiros quartéis do século

⁷ Destaca-se que o principal alimento importado era peixe, o que, conseqüentemente, ajudou a desenvolver o comércio e as cidades portuárias das metrópoles. Ressalta-se aqui que demais produtos necessários nas colônias também foram importados (como as peças de lã, algodão, açúcar refinado, etc) desenvolvendo em momentos específicos algum tipo de comércio ou indústria das metrópoles.

XVIII. Não há, (...), um tijolo na cidade que não esteja argamassado com o sangue de um escravo. Mansões suntuosas, vida luxuosa, lacaios de libré, eram produtos da riqueza feita com o sofrimento e os gemidos dos escravos comprados e vendidos pelos negociantes de Bristol. (WILLIAMS, 1975, p. 67-68)

O exemplo que Williams nos fornece não se restringiu apenas a Inglaterra, ressalta-se aqui que todos os países colonizados por meio do modo de produção escravocrata (que não funcionava sem o tráfico de escravos) e de suas mercadorias proporcionou às metrópoles, como Espanha e Portugal inúmeras formas de lucro.

Apesar de tentativas de desvincular a ascensão das metrópoles do tráfico de escravos, isso não se sustenta. Nesse sentido, Williams (1975) cita um abolicionista que afirmava que a ascensão de Liverpool se deu por várias causas, como o comércio de sal, o aumento da população de Lancashire e a grande e rápida expansão das indústrias manufatureiras de Manchester. O autor expõe que afirmar tal coisa é como diz o ditado “pôr o carro à frente dos bois”, pois foi apenas pela acumulação de capital, advindo do tráfico de escravos, ressalta-se aqui, que a população em Lancashire aumentou e que Manchester expandiu suas manufaturas.

O tráfico de escravos também foi o fornecedor da acumulação e desenvolvimento dos inúmeros artigos comercializados no comércio triangular. Sendo assim “o desenvolvimento industrial da Inglaterra (...) foi estimulado, direta ou indiretamente, pelos artigos do comércio triangular e pelo beneficiamento dos produtos coloniais” (Williams, 1975, p.72).

A produção dos variados produtos que circulavam no comércio triangular como “enfeites para africanos, utensílios domésticos, panos de todos os tipos, ferro e outros metais, (...) espingardas, algemas, grilhões” estimulavam então o “capitalismo, criavam empregos para a mão-de-obra inglesa e trazia grandes lucros para a Inglaterra” (Williams, 1975, p.72). Nesse sentido, a mão de obra escrava era essencial no mundo ocidental, onde os escravizados eram a própria “força e nervo”. Sendo assim o tráfico de escravizados era de extrema importância, visto que era desta forma que as grandes plantações desenvolvidas nas Américas conseguiam sua vasta mão de obra. “Portanto, a preservação e a melhoria do tráfico com a África era uma questão da mais alta importância para este reino e as plantações a ele pertencentes” (Williams, 1975, p.35).

O tráfico de escravizados era um motor para o comércio dos países europeus colonizadores e, por isso, foi objetivo fundamental da política exterior desses países. Acerca disso, Williams exemplifica a situação da Inglaterra onde sua primeira expedição de tráfico de escravos assim como

tantos outros empreendimentos elisabetanos, foi uma expedição de pirataria, transgredindo a arbitragem papal de 1493 que tornara a África monopólio português. Os escravos conseguidos foram vendidos aos espanhóis nas Índias Ocidentais. O tráfico inglês de escravos manteve-se em caráter irregular e superficial até o estabelecimento das colônias britânicas nas Antilhas e a introdução da indústria açucareira. (1975, p.35)

Entretanto, a partir do momento em que se instaurou o comércio livre de escravizados e com o aumento exponencial das plantações de cana de açúcar o volume do tráfico acompanhou esse movimento. Sobre isso, exemplificando o cenário Inglês, Williams nos apresenta que

a Real Companhia Africana, entre 1680 e 1686, transportou uma média anual de 5.000 escravos. Nos primeiros nove anos de comércio livre só Bristol remeteu 160.950 negros para as plantações de cana. Em 1760, um total de 146 navios zarparam dos portos britânicos para a África, com uma capacidade de 36.000 escravos, em 1771, o número de navios aumentou para 190 e o número de escravos para 47.000. A importação para a Jamaica de 1700 a 1786 foi de 610.000 e calcula-se que a importação total de escravos para todas as colônias britânicas entre 1680 e 1786 foi superior a dois milhões. (WILLIAMS, 1975, p. 37-38)

O tráfico de escravos por si só já era um negócio, como Williams expõe “era mais do que um meio para atingir um fim, era também um fim em si mesmo” (1975, p.38). Isso porque o próprio tráfico gerava grande enriquecimento, os próprios traficantes não se fechavam no ciclo de compradores de seus próprios países, um claro exemplo eram os traficantes ingleses que comercializavam escravizados com plantadores espanhóis; isso porque os espanhóis negociavam com materiais preciosos, como o ouro por exemplo. Os mercantilistas ingleses por sua vez “defendiam o comércio, legal ou ilegal, com as colônias espanholas, de negros e artigos manufaturados, como de valor incontestável” pois segundo eles “a provisão de ouro da Inglaterra aumentava” (Williams, 1975, p. 38).

Para além, os “benefícios” do tráfico para as metrópoles não findavam-se no lucro obtido. O tráfico de negros escravizados assim como o comércio triangular foi extremamente essencial para o desenvolvimento de seus territórios e comércios. Nesse sentido

a história dessa expansão do tráfico de escravos é principalmente a história da ascensão de Liverpool. O primeiro navio mercante de escravos de Liverpool, uma embarcação modesta de trinta toneladas, zarpu para a África em 1709.

(...) Em 1730, Liverpool tinha quinze navios no tráfico de escravos; em 1771, possuía sete vezes mais. A proporção dos navios negreiros para o movimento total do porto era ligeiramente superior de um em cem, em 1709; em 1730, era um em onze; em 1763, um em quatro; em 1771, um em três. Em 1795, Liverpool detinha cinco oitavos do tráfico inglês de escravos e três sétimos do tráfico total europeu de escravos. (1975, p. 39)

Williams demonstrando como a escravidão foi lucrativa aos países europeus, que eram as metrópoles das colônias, cita um escritor do século XVIII que expõe ter calculado

que o valor dos 303.737 escravos transportados em navios de Liverpool entre 1783 e 1793 foi superior a quinze milhões de libras esterlinas. Deduzindo as comissões e outras despesas, o custo do equipamento dos navios e manutenção dos escravos, ele concluiu que o lucro anual médio foi superior a 30%. (1975, p.41)

Ainda sobre a lucratividade do tráfico de escravizados Williams apresenta que

calculou-se que o tráfico de escravos em geral trouxe só a Liverpool na década de 1780 um lucro líquido de 300.000 libras por ano.

(...) O tráfico de escravos (...), era ideal pelo fato de ser realizado por meio de artigos manufaturados ingleses e de se achar, no que concernia às colônias britânicas, inseparavelmente ligado ao negócio das plantações que tornava a Grã-Bretanha independente dos estrangeiros para seu suprimento de produtos tropicais. Os enormes lucros do comércio holandês, de especiarias, além disso, basearam-se na restrição severa da produção para assegurar preços altos, ao passo que o tráfico de escravos criou a indústria inglesa na metrópole e a agricultura tropical nas colônias. (1975, p. 42)

Como Williams (1975) demonstra acima, o tráfico de escravizados não só era lucrativo como foi essencial para o impulsionamento e desenvolvimento dos centros capitalistas (que no período eram as metrópoles).

Podemos imaginar que todo o lucro adquirido com o tráfico direcionou-se apenas para uma pequena parcela de pessoas, entretanto toda a sociedade “metropolitana” da época sustentava o tráfico negreiro de uma maneira ou outra pois se beneficiava disso. Para exemplificar o autor apresenta a situação da Inglaterra:

antes de 1783, porém, todas as classes da sociedade inglesa sustentavam o tráfico negreiro. A monarquia, o Governo, a Igreja, a opinião pública em geral, apoiavam o tráfico de escravos. Havia poucos protestos e esses eram ineficazes.

A monarquia espanhola lançara a moda que a realeza europeia seguiu até o último momento. Os palácios-fortaleza de Madri e Toledo foram construídos com o pagamento à Coroa espanhola por licenças para

transportar negros. Realizou-se uma reunião dos soberanos da Espanha e Portugal, em 1701, para discutirem o problema aritmético apresentado por um contrato de dez mil “toneladas” de negros concedidos aos portugueses. A rainha espanhola, Cristina, em meados do século XIX, participou abertamente do tráfico de escravos para Cuba. A Família Real Portuguesa, quando se mudou para o Brasil a fim de evitar ser capturada por Napoleão, não achou a atmosfera escravista de seu território colonial repugnante. Luís XIV reconheceu plenamente a importância do tráfico de escravos para a França metropolitana e a França ultramarina. Os planos do Grande Eleitor para o engrandecimento prussiano abrangiam o tráfico de escravos africanos.

A expedição de tráfico de escravos de Hawkins foi lançada sob patrocínio da Rainha Elisabete. (...) A campanha de Empreendedores Reais e a Real Companhia Africana tinham, como seus nomes indicam, o patrocínio real e, não infreqüentemente, investimentos por membros da família real.

(...) O governo britânico, antes de 1783, era uniformemente coerente em seu incentivo ao tráfico de escravos. (1975, p.44-45)

Todas as metrópoles e sociedades metropolitanas europeias da época se beneficiaram da exploração e escravidão presentes nas Américas. Como exposto no trecho acima, até a Igreja se beneficiava com a escravização dos negros africanos. Williams ao expor a relação das igrejas com o tráfico de escravizados afirma que:

muitos missionários acharam vantajoso expulsar Belzebu com Belzebu. (...) eles “consideravam que o melhor modo pelo qual se poderia corrigir o mau trato dos escravos negros era estabelecer um bom exemplo para os donos de plantações, mantendo eles próprios escravos e propriedades, realizando dessa maneira prática a salvação dos plantadores e o progresso de suas fundações”.

(...) A atitude do clérigo era a mesma atitude do leigo. O século XVIII, como qualquer outro século, não podia elevar-se acima de seus condicionamentos econômicos. (WILLIAMS, 1975, p. 49)

Sobre o tráfico de escravizados, Williams ressalta que “ a prática do tráfico de escravos não era exercida pela escória da sociedade inglesa” uma vez que “o tráfico de escravos era um ramo de negócios e um ramo muito importante” (1975, p. 52-53). O autor complementa ao nos dizer que

esses traficantes de escravos ocupavam altos cargos na Inglaterra. Os Empreendedores Reais traficando com a África, em 1667, estabeleceram uma lista de seus membros, encabeçada pela realeza, e que incluía dois vereadores, três duques, oito condes, sete lordes, uma condessa e vinte e sete cavaleiros. As assinaturas dos prefeitos de Liverpool e Bristol aparecem numa petição dos traficantes de escravos em 1739. O comitê de Bristol instituído em 1789 para opor-se à abolição do tráfico de escravos compreendia cinco vereadores, um deles ex-comandante de um navio negreiro. Muitos traficantes de escravos mantinham a mais alta dignidade municipal de Liverpool. (1975, p. 54)

Williams (1975) apresenta que Adam Smith, coloca a descoberta da América e a rota do Cabo para a Índia no patamar dos dois maiores e mais importantes

acontecimentos da história da humanidade. Williams cita que a “importância da descoberta da América repousa não nos metais preciosos que ela forneceu, mas no novo e inesgotável mercado que propiciou às mercadorias europeias” (1975, p.57).

Para Kowarick (1994) o motivo do assalariamento em massa se mostrar inviável nas colônias não era por inexistir população expropriada aqui, mas sim pelo fato de que esse contingente pobre, expropriado, poderia usar sua liberdade para poder se reproduzir de forma autônoma, pela grande extensão territorial, indo ao contrário do que a empresa colonial necessitava.

O trabalho escravo, por meio de jornadas extremamente longas e do rebaixamento também extremado dos níveis mínimos de subsistência, mostrar-se-ia mais vantajoso do que tentar uma submissão em massa da população livre, cuja viabilidade num contexto de disponibilidade de terras era praticamente irrealizável.

Mas o sistema colonial não criaria apenas a escravidão. Criaria, isto sim, a escravidão africana. (...) o tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se poderoso fator de acumulação primitiva. (KOWARICK, 1994, p.22)

Barreto nos apresenta então que

para produzir na colônia, era necessário mão-de-obra específica, aquela sem ônus para o sistema econômico agrário, cuja base era a grande extensão de terra. Inicialmente foi utilizada indígena (...). Uma vez confirmada a sua resistência à modalidade de trabalho imposta pelo “branco”, e a não adaptação e aceitação à exploração, surgiu a ideia de utilizar mão-de-obra africana. (2013, p. 28)

Williams (1975) sustenta que a origem da escravidão negra estava totalmente ligada aos interesses do lucro das metrópoles:

A razão foi econômica, não racial; não teve relação com a cor do trabalhador, mas com o baixo preço do trabalho. Em comparação com a mão-de-obra indígena, ou branca, a escravidão negra era iminentemente superior. (...) As feições do homem, seu cabelo, cor e dentadura, suas características subumanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico: as colônias precisavam de mão-de-obra e recorriam à mão-de-obra negra porque era mais barata e melhor. Isso não era uma teoria, mas uma conclusão prática deduzida da experiência pessoal do plantador (1975, p.24).

Kowarick (1994) apresenta que o escravismo enquanto uma peça fundamental na economia mercantil daquele momento, não pode ser analisada senão enquanto parte integrante e dinamizadora do capitalismo europeu que estava em expansão. E ressalta que mesmo que as relações de trabalho que foram criadas no momento de capitalismo mercantil, no período escravista não apresentassem as

modalidades de produzir capitalistas, continuavam de maneira gigantesca alavancando a economia metropolitana.

Acerca da importância da escravidão moderna⁸ no desenvolvimento econômico capitalista Williams apresenta que:

a escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância. Tinha sido a base da economia grega e erguera o Império Romano. Nos tempos modernos, forneceu o açúcar para as xícaras de chá e café do mundo ocidental. Produziu o algodão para servir de base ao capitalismo moderno. Propiciou a colonização do Sul dos Estados Unidos e das ilhas do mar das Antilhas. Vista na perspectiva histórica, ela faz parte desse quadro geral do tratamento cruel das classes desprivilegiadas, das insensíveis leis dos pobres e severas leis feudais, e da indiferença com que a classe capitalista ascendente estava “começando a calcular a prosperidade em termos de libras esterlinas e ... acostumando-se à idéia de sacrificar a vida humana ao imperativo sagrado do aumento da produção”. (WILLIAMS, 1975, p.9)

Indo de encontro a ideia de que o capitalismo pode se estabelecer a partir das expropriações e movimentações da escravidão, Williams apresenta que “o comércio mundial alcançou um crescimento sem precedentes. Os séculos XVII e XVIII foram os séculos do comércio internacional, como o século XIX foi o século da produção” (1975, p.57).

Reafirmando a ideia da escravidão ter sido um grande empreendimento para a produção de lucro aos colonizadores, Barreto nos diz que

a partir do século XVI, a coroa portuguesa iniciou o tráfico de escravos para a colônia brasileira. Introduziu-se, assim, uma nova etnia com seus traços físicos e uma cultura peculiar. Esse braço forte, trazido à força em troca de fumo e cachaça, gerou riqueza aos colonizadores e aos traficantes. (BARRETO, 2013, p. 29)

Sobre esse processo de colonização, Kowarick defende que:

as colônias americanas, enquanto expressão ultramarina do mercantilismo, devem ser entendidas como formas de acumulação primitiva, cujos excedentes estavam inteiramente voltados para a expansão do capital realizada em alguns países europeus. Com exceção das “colônias de povoamento” da Nova Inglaterra (...) os demais núcleos foram arquitetados pelo capital metropolitano de modo a organizar uma produção em larga escala de artigos tropicais: são as “colônias de exploração” (1994, p.20)

Kowarick (1994) recupera os argumentos de Prado Jr.(1987) ao compreender que o sentido da colonização é então a realização de excedentes, de lucro, que iria se transformar para as “metrópoles” em um fundo de acumulação que fomentaria a expansão capitalista.

⁸ A escravidão africana é a moderna por diferenciar-se da escravidão grega e romana da antiguidade.

Williams dá o exemplo na Inglaterra, onde em 1750, “quase não havia cidade comercial ou manufatureira (...) que não estivesse ligada de alguma forma ao comércio triangular ou colonial direto”. Segundo o autor, esses “lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos dessa acumulação de capital na Inglaterra que financiou a Revolução Industrial” (1975, p.58).

Capítulo 2- O sujeito negro: de escravo à sem lugar

2.1 Colonização, escravidão e abolição no Brasil

O Brasil enquanto colônia tinha uma funcionalidade para Portugal. Era necessário aos interesses portugueses que se extraísse e produzisse o máximo de riquezas possíveis na colônia brasileira, surgindo daí o interesse em ocupar, estabelecer uma mão de obra massiva e produzir o máximo possível de riquezas no território brasileiro.

Ianni nos apresenta que a gênese do Brasil foi marcada por uma “economia produtora de mercadorias para o mercado internacional, com fundamento na utilização predominante do trabalhador escravizado” (1987, p. 24).

Sobre a colonização brasileira, Prado Jr afirma que:

[se formos] à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (PRADO JR, 1987, p. 94-95)

Na mesma direção, Barreto considera que:

A partir do interesse eminentemente econômico, surgiu uma sociedade baseada na exploração e tráfico dos seus bens naturais, conquistados pela violência que expropriou os indígenas e escravizou africanos, trazidos contra sua vontade para produzir riquezas, mas sem o direito de apropriá-las. (BARRETO, 2013, p. 25)

No Brasil colonial o escravizado era considerado um meio de produção, uma vez que “a maneira pela qual ele é incorporado na estrutura do empreendimento, ao lado da terra, da tecnologia, da matéria-prima, dão-lhe o caráter de um entre outros meios de produção”(Ianni, 2004, p.46). Uma vez que o sujeito escravizado poderia ser “comprado, alugado, emprestado, dado de presente ou vendido” (Id. Ibid.) ele é nesse período, caracterizado como coisa.

Entretanto, enquanto capital aplicado, a sua vida produtiva está sujeita à fuga, à doença, à incapacidade temporária ou permanente, à morte. Isso significa que, enquanto meio de produção, o valor do escravo é suscetível de flutuações bruscas, inclusive reduzindo-se a zero. (IANNI, 2004, p. 46)

Acerca do valor do escravizado, Moura deixa evidente que muitas vezes os senhores de escravos achavam mais viável e econômico “comprar outro escravo quando ele morria ou ficava incapacitado para o trabalho (a vida útil do escravo brasileiro era em média sete anos) do que criar os que nasciam, alimentá-los e tratá-los até a idade em que seriam rentáveis” (1988, p. 6). Isso só se modificou a partir de 1850, com a abolição do tráfico com a África, a partir desse momento “os senhores começaram a tratar mais humanamente os seus escravos”(Id. Ibid.) uma vez que necessitavam prolongar seu tempo de vida.

Entretanto, tratar mais humanamente não significava que a partir desse momento, de fato e sempre os sujeitos negros passariam a ser tratados como seres humanos que eram.

Como alternativa a essa vida de violências e morte, muitos escravizados optaram por fugir e insurgir, criando sociedades alternativas à que foram obrigados a viver após o rapto da população negra do território africano. Essas sociedades conhecidas como quilombos, eram espaços onde esses sujeitos criavam formas alternativas de socialização, de produção na terra, de expressões culturais, etc. Muitos quilombos foram extremamente famosos e grandes nesse período, destacando-se o Quilombo de Palmares como um dos maiores, mais conhecidos e de grande importância histórica no Brasil.

Palmares converge, em pleno século XVII, para si as atenções da Metrópole, mas, mesmo assim, assume proporções de um ato de resistência que não teve similar na América Latina. A vasta documentação que existe a respeito, especialmente de origem portuguesa (sabe-se também da existência de documentos em arquivos holandeses e italianos), bem demonstra a preocupação da Metrópole, de um lado, e, de outro, a importância social, econômica e militar de Palmares (MOURA, 2019, p.266).

Sobre Palmares, Elpídio nos apresenta que seu funcionamento era

caracterizado por uma estrutura coletiva de uso e produção da terra, sem posses individuais e apropriação de excedentes. No quilombo, metaforicamente todos/as trabalham, se alimentam, dançam ao som dos tambores para saudar os seus deuses e deusas, protegem a natureza e produzem tudo o que é necessário para si e para a sua comunidade. As decisões são coletivas e o maior bem cultural está pautado da cosmogonia africana “Eu sou, porque nós somos”! (2020,p.2)

Os quilombos partindo da criação de formas próprias de organização social representavam então uma enorme ameaça ao sistema vigente, tanto para a sociabilidade escravocrata presente quanto para o desenvolvimento capitalista, uma

vez que as formas de organização social geradas nesses territórios ia ao contrário da lógica do trabalho instaurada pelo capitalismo. O Quilombo de Palmares se transforma então:

no mais sério obstáculo ao desenvolvimento da economia escravista da região. Como a região na época, era a mais importante para a prosperidade desse tipo de economia, podemos aquilatar a preocupação que Palmares representava para as autoridades da Metrópole. (MOURA, 2019, p. 196).

Entretanto, cabe ressaltar que toda a insurgência negra ocorrida em diversas partes do território brasileiro:

se realiza paradoxalmente num processo de modernização da sociedade escravista que, de um lado, vai sendo dominada pelas nações capitalistas européias, especialmente Inglaterra, e, de outro, urbaniza-se e moderniza-se tecnologicamente. (MOURA, 1988, p. 7)

Conforme Moura (1988) devemos ter em mente a importância econômica e cultural da escravidão negra e sua influência na configuração da sociedade brasileira. Para além da contribuição econômica e cultural que a escravidão propiciou ao Brasil, ela também configurou a população brasileira. Moura (1988) apresenta que segundo estimativas (que podem conter falhas) foram raptados e contrabandeados para o país cerca de 8 a 9 milhões de africanos até o tráfico de escravos ser extinguido no ano de 1850. Essa população escravizada foi distribuída ao longo de todo o território brasileiro.

Esse enorme contingente africano foi distribuído de acordo com os interesses da nossa economia de exportação colonial. Em 1817-18 o número total de habitantes do Brasil era de 3.817.000 com 585 mil pardos e pretos livres e 1.728.000 negros escravos. Por outro lado, a sua distribuição espacial era a seguinte: 66,6% no Maranhão, nas fazendas algodozeiras; 42,5% em Goiás, na mineração aurífera; 38% em Mato Grosso; 38% em Alagoas. As médias nas demais regiões oscilavam entre 20,3% no Piauí e 32,6% em São Paulo. As percentagens mínimas achavam-se no Rio Grande do Norte, com 12,8%, no Paraná, com 17,2% e na Paraíba, com 17,4%. (MOURA, 1988, p. 6)

Além da população de escravizados, existia, no período colonial, um vasto contingente de livres e libertos que viviam nas franjas da sociedade. Kowarick nos mostra que por volta do fim do século XVII

a população residente no Brasil atingia quase 3 milhões de habitantes, dos quais quase a metade era formada por livres e libertos: indivíduos de várias origens sociais, cujo traço comum residia na sua desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora. (1994, p.27)

Dessa população, que em grande parte era formada por negros libertos, índios, brancos pobres trazidos da Europa e uma população miscigenada (os conhecidos como mulatos, cafuzos e mamelucos⁹), sua maioria vivia basicamente de atividades de subsistência sem ter quase nenhum contato com a agroexportação.

Outros dois segmentos livres desse momento histórico eram os agregados ou moradores de fazendas que desempenhavam serviços esporádicos sendo instável sua forma de sobreviver; e os vadios, mendigos, vagabundos e indivíduos que viviam da mendicância, sem moradia fixa e não inseridos na divisão do trabalho dessa época senhorial-escravocrata.

Kowarick apresenta que desde o momento em que estava

montado o regime de trabalho escravo, este só poderia gerar a exclusão daqueles que, sendo livres, não conseguiam ser senhores. Desde os tempos coloniais, o sistema agroexportador alicerçado na mão-de-obra cativa obstaculizou uma produção voltada para o mercado interno. Dessa forma, para crescente contingente, só restaria o trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou o perambular pelos campos e cidades sem destino certo. (1994, p.28)

Segundo Kowarick (1994, p.29), “a sociedade brasileira do século XIX, iria reproduzir o trabalho escravo como forma essencial de levar o processo produtivo adiante”, sendo assim, nesse período foi se formando um sistema econômico que utilizava uma parcela dos sujeitos excedentes mas que continuava “estruturado no binômio senhorial-escravocrata. Os livres tiveram, até o advento da grande imigração internacional, coincidente no tempo com a abolição da escravidão, uma participação acessória e ocasional no processo produtivo” (Id. Ibid.).

Buscando formas de sobreviver, a população livre se configurou então como extremamente móvel e esse fator era visto pelos detentores de poder como algo negativo. Essa população era tratada como vadia e sem utilidade para o trabalho disciplinado e regular. A violência era muito presente na vida desses sujeitos, seja pelo fato de ser utilizada enquanto uma virtude, forma de bravura, ou pelo fato de que os senhores utilizavam essa população para serviços de defesa própria.

⁹ Povos miscigenados a partir das três raças, sendo mulatos miscigenados entre negros e brancos; cafuzos miscigenados entre negros e indígenas; e mamelucos miscigenados entre indígenas e brancos.

Kowarick (1994) lembra que o fenômeno de “vadiagem” não existiu apenas em países de histórico colonial mas, na Europa também. Na Europa, os expropriados camponeses geraram uma massa de desenraizados e, aqui, a escravidão gerou livres e marginais.

Kowarick (1994) sinaliza que o avanço do capitalismo no Brasil após 1830, foi propulsionado pelo café. Por sua vez, a produção cafeeira, pelo seu legado colonial, persistiu utilizando trabalho escravo assim como mantendo determinadas condições econômicas e sociais que permanecia excluindo a mão de obra livre nos processos produtivos.

É necessário ressaltar que desde o início da colonização se estabeleceram leis de uso e propriedade da terra. Em 1548 foi instituído o regimento para o acesso à terra que limitava o acesso indiscriminado a qualquer pessoa. Sobre isso Barreto nos apresenta que, “ a terra ficou restrita para quem possuía condições econômicas para iniciar a produção de cana-de-açúcar e a instalação de engenho de açúcar, bem como para a construção de “fortificações”” (2013, p. 27).

No momento da transição para o trabalho livre ocorreu um movimento de acesso à terra. “A partir do momento que a escravidão começou a apresentar os primeiros sintomas de crise, (...) tornou-se necessário impedir que os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra”, esse movimento ocorria fundamentalmente na restrição ao “acesso de áreas devolutas, por meio de uma lei que tornava a compra a única forma de alienar as terras públicas, e em uma política que deliberadamente aumentou o preço de sua venda” (KOWARICK, 1994, p. 75).

Em 1850, desenhou-se uma nova política para o acesso à terra, quando surgiram os primeiros sinais da abolição da escravatura e a iminência da chegada dos imigrantes. Os grandes proprietários de terras criaram um mecanismo para inibir a propriedade da terra à massa de mão-de-obra escrava, que seria lançada na vida livre e conseqüentemente, buscava a terra para plantar visando sua sobrevivência, contrariando os interesses da elite agrária. (BARRETO, 2013, p. 27)

Nesse contexto, cria-se então em 1850 a Lei de Terras.

A partir de então os interessados em adquiri-las teriam que comprar do governo. Isso representou não apenas a legalização da propriedade das terras, mas, também, a limitação ao seu acesso pelos ex-escravos,

imigrantes arrendatários e meeiros, gente que foi o gérmen da formação social da colônia. (BARRETO, 2013, p. 28)

Kowarick ainda ressalta que o fato da Lei de Terras coincidir com o término do tráfico negreiro não foi em nada uma coincidência, ao contrário, era uma forma de “obstaculizar o acesso à propriedade a terra, forçando o trabalhador livre a permanecer nas fazendas” (1994, p.76).

Kowarick nos mostra que mesmo que a escravidão proporcionasse lucro havia uma contradição:

as contradições entre escravismo e mercantilização da economia advêm (...) da necessidade de desenvolver as forças produtivas enquanto um processo oriundo da expansão do capital tomado no seu conjunto, e não apenas da atividade cafeeira *stricto sensu*. Em outras palavras, a acumulação do capital, não obstante apoiada na cafeicultura, ultrapassava em muito a fazenda. (1994, p. 73-74)

A contradição se estabeleceu uma vez que os centros capitalistas, as metrópoles, estavam em processo de expansão de capital, com a fase fabril instaurada enquanto as colônias se mantinham agroexportadoras e utilizando mão de obra escrava. A situação e interesses dos centros capitalistas foram os reais pivôs para que o fim do trabalho escravo ocorresse.

Em suma, basicamente, após 1880, processos tanto internos como internacionais fariam com que a potencialidade do regime de trabalho escravo se mostrasse demasiadamente estreita para realizar uma acumulação que, cada vez mais, necessitava de um mercado de trabalho volumoso e fluido. (KOWARICK, 1994, p.74)

Conforme Ianni nos apresenta (2004, p.318):

No período de formação do capitalismo europeu a escravatura nas Américas se revelara a forma mais produtiva de organização do trabalho social, no início da fase de maturidade do mesmo sistema a ordem escravocrata se mostra incapaz de atender às novas exigências de produção de “artigos tropicais” e de importação das mercadorias produzidas principalmente na Inglaterra e França, inicialmente, e Alemanha e Estados Unidos depois. Por isso, em boa medida, se dá a *revolução* abolicionista.

Moura ressalta o cinismo do humanismo abolicionista

Depois de 1850, com a extinção do tráfico negreiro com a África, temos o início do que chamamos escravismo tardio. (...). Para conservar o escravo, cujo preço aumentara de forma drástica, surgem as primeiras leis protetoras. (...) o escravo negro, que até então lutara sozinho com a sua rebeldia radical contra o instituto da escravidão, começa a ser visto através de uma ótica liberal. As manifestações humanistas se sucedem, especialmente entre a mocidade boêmia e alguns grupos adeptos de um liberalismo mais radical. (MOURA, 1988, p. 7)

Sobre a defesa da abolição a partir da perspectiva liberal, no momento de estabelecimento mais concreto e expansão do capitalismo, Williams (1975) apresenta o argumento do “paladino intelectual da classe média industrial” Adam Smith, onde o mesmo propagava que ao contrário do que pareça, o trabalho escravo era na verdade mais caro de todos, pois apesar de na aparência custar apenas sua manutenção, esses sujeitos (escravizados) ao não poderem possuir propriedades só pensariam em comer o máximo possível e produzir o mínimo. Sendo assim para Smith “o orgulho e amor ao poder por parte do amo é que levaram à escravidão e que, nos países em que se empregavam escravos, o trabalho livre seria mais proveitoso” (WILLIAMS, 1975, p.10).

Desta forma, a abolição só começa a ser discutida e têm de fato relevância a partir de demandas econômicas,

a libertação do escravo é o processo pelo qual se dá um avanço na constituição das condições racionais indispensáveis à produção crescente de lucro. Somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria. E como tal, ela pode ser comprada segundo as necessidades da empresa, isto é, da produção de lucro. Esse é o sentido essencial da abolição. As transformações da estrutura econômica impuseram a libertação do escravo. (IANNI, 2004, p.30)

Moura destaca que o

Quando a escravidão foi abolida, já tínhamos iluminação a gás, cabo submarino, estradas de ferro escoando para os portos de embarque o produto conseguido com o trabalho escravo, telefone, transporte coletivo com tração animal, bancos estrangeiros, pequenas fábricas de trabalho livre, organizações operárias, mas as instituições continuavam arcaicas e congeladas, pois representavam a ordenação ideológica, jurídica e costumeira dos interesses daquelas classes que detinham o poder e simbolizavam a elite dominante, articuladas através de uma série de mecanismos para preservar o tipo de propriedade fundamental da época. (MOURA, 1988, p. 7)

Ianni ressalta que “para que a atividade produtiva do trabalhador adquira a condição de mercadoria, é necessário que o trabalhador ganhe a liberdade” (2004, p.20-21). Desta forma, somente no momento em que o escravizado converte-se em indivíduo livre capaz de vender sua força de trabalho. Entretanto salienta-se que, “a liberdade que se dá ao escravo é a liberdade de oferecer-se ao mercado de trabalho, como mão-de-obra apenas” (Ianni, 2004, p.320).

Como Moura aponta, o Brasil foi o último país do mundo em que o trabalho escravo foi substituído pela mão-de-obra livre. Por sua vez, essa mudança, que

ocorreu tardiamente, “quando a própria escravidão moderna já era um anacronismo gritante e injustificável, marcou profundamente a estrutura da sociedade brasileira, deixando no seu corpo aderências e restos até hoje visíveis” (MOURA, 1988, p. 5).

2.2 Pós abolição e o lugar do negro na estrutura do trabalho livre

Kowarick (1994) sinaliza que a questão fundamental do século XIX no Brasil foi a superação da modalidade produtiva alicerçada na escravidão. A partir de 1850, com o fim do tráfico negreiro, o sistema não tinha fontes de reprodução da força de trabalho e, posteriormente, em 1880. ocorreu uma forte pressão social e política para o término da escravidão:

O final da escravidão no Brasil dá-se em 1888. No entanto, ela já se decompunha. Em 1882 havia no Brasil 1.433.170 trabalhadores livres, 656.540 escravos e 2.822.583 desocupados nas seis principais províncias do Império: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. (MOURA, 1988, p. 8)

Posteriormente à abolição, “numa situação em que existia volumoso número de livres, mas não se forjava um mercado de trabalho” (KOWARICK, 1994, p. 13) a saída que os donos das fazendas cafeeiras recorreram foi a importação de mão de obra estrangeira, absorvendo um grande contingente de imigrantes. Desta forma, “com o fim da escravidão no Brasil, a solução encontrada para substituição da mão-de-obra escrava foi a introdução imigrante, cuja força de trabalho foi utilizada nos cafezais e nas indústrias” (Barreto, 2013, p.31).

Assim, ao mesmo tempo em que o escravizado se tornava livre, o país abria as portas para os imigrantes. “A abolição ocorre em 1888, e a grande naturalização, em 1891” (Ianni, 2004, p.20). Nesse cenário, “quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar” (Ianni, 2004, p.17).

Barreto (2013) nos apresenta que, na sociedade de classes, que se estabelece a partir desse momento, baseada na noção de sujeitos livres detentores de sua força de trabalho, os negros irão então se inserir sem terras, dinheiro e vivendo sob um estigma racial.

O negro nesse cenário é socialmente visto como livre e em iguais condições para competir no mercado de trabalho com a mão de obra imigrante. Contudo as pessoas negras foram preteridas, principalmente pelos estigmas e estereótipos

racistas que, na última metade do século XIX, eram atualizados através da ideologia eugenista que acompanhava o momento de modernização do capitalismo periférico:

O processo de democratização encontra no Brasil, além das barreiras ligadas a uma estrutura econômico-social mista, que contém elementos estruturais do passado no seu interior, também um conjunto de normas e ideais discriminatórios que dificultam especialmente a integração e mobilidade social das populações negras e mestiças. (IANNI, 2004, p. 286)

Ribeiro (2020) afirma que diversos aspectos e preconceitos racistas presentes em nossa sociedade atual são cargas repassados desde a escravidão até hoje. E ressalta que os mitos, preconceitos e ideais racistas estabelecidos na sociedade são sempre oportunos à preservação das estruturas estabelecidas e aos interesses materiais e sociais da classe dominante.

Ianni (2004) nos apresenta que representações coletivas sobre o negro, padrões de comportamento e medidas discriminatórias vigentes nos setores econômico, político e social permanecem em nossa sociedade. Além disso, Ianni (Id. Ibid.) ainda aborda que há uma ideologia racial do branco e que a mesma

destina-se a facilitar o ajustamento dos negros e mulatos às novas situações sociais emergentes, onde se defrontam com brancos, seja em face dos círculos de convivência social, seja quando consideramos os níveis da estrutura social. Ela visa, principalmente, atenuar os efeitos subjetivos negativos dos padrões de comportamento inter-racial herdados do passado e vigentes na atualidade. (p.322)

Segundo Clóvis Moura (2019, p.86), a sociedade de capitalismo dependente estabelecida pós abolição no Brasil tornou necessária uma “cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a como sendo uma situação não competitiva”. Esta filosofia é conhecida como democracia racial.

Para Octavio Ianni (2004, p.333) a democracia racial parte do mito mais amplo de que “os homens – pobres ou ricos, de qualquer raça, sexo ou religião – são definidos ideologicamente como iguais”. Ribeiro apresenta que partindo então dessa ideia,

se concebe que todos os sujeitos são socialmente iguais possuem oportunidades iguais. Entretanto ao se fazer isso, no contexto do nosso país se invisibiliza e ignora toda a história de opressão e escravidão que a população negra sofre no período escravocrata brasileiro e para além, se invisibiliza as desigualdades e os preconceitos assim como atualmente se utiliza o argumento como uma “desculpa” para se negar atos racistas. (RIBEIRO, 2020, p. 38)

Moura acrescenta que:

na sequência da passagem da escravidão para a mão de obra livre, o aparelho de dominação remanipula as ideologias de controle e as

instituições de repressão, dando-lhes uma funcionalidade dinâmica e instrumental. Saímos, então, da mitologia do bom senhor e de toda a sua escala de simbolização do passado para a *democracia racial* (grifos do autor) atual, estabelecida pelas classes dominantes que substituíram a classe senhorial. Com isso, refina-se o aparelho, há uma remanipulação de certos valores secundários no julgamento do ex-escravo e do negro de um modo geral. (MOURA, 2019 ,p.86)

Nesse sentido,

como as manifestações discriminatórias geralmente fazem parte de técnicas de preservação de interesses e privilégios, elas podem ser tomadas, ao nível interpretativo, como elementos que impedem ou dificultam a instauração ou expansão de relações democráticas, obstruindo a circulação das pessoas, segundo a sua competência ou qualificação. Nesse sentido, o *mito da democracia racial* é uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia. Operando reversivamente sobre as condições reais de existência, sobre os padrões de organização das relações entre os homens, esse mito ao mesmo tempo que nega a desigualdade racial, implicitamente a reafirma [...]. (IANNI, 2004, p. 332)

Para além dos estigmas sociais que recaíam sobre o sujeito negro nesse momento dificultando seu acesso ao mercado de trabalho, havia concomitantemente a inserção de imigrantes europeus nesse cenário. “Enquanto o “branco” absorvia todas as atividades, o “negro” era posto à margem do processo, sendo conduzido para os setores residuais, confinados às tarefas ou ocupações mal retribuídas e degradadas” (Barreto, 2013, p. 32).

Essa libertação foi então uma

libertação sem liberdade, pois a ascensão econômica e social foi vedada, não foi oferecida a real oportunidade com certa preparação para que esses ex-cativos pudessem ter condições de competir no mercado de trabalho. O estigma e, torno do negro e o lugar reservado para ele se manteve na sociedade de classes e de forma agravada. (BARRETO, 2013, p. 33)

Barreto (2013) também descreve que chegou-se a fazer uma divisão (o negro da casa grande e o da senzala) para explicar a adaptação ou dificuldade de alguns sujeitos se “inserirem” na sociedade de classes. Os sujeitos “da casa grande” por sua convivência com os senhores puderam aprender a ler, escrever assim como criar uma relação de “amizade” com algumas famílias que acabaram protegendo-os de alguma maneira; já os sujeitos “das senzalas” não possuíam esse tipo de proteção ou o “privilegio” de aprenderem a ler e escrever o que dificultaria ainda mais seu acesso ao mercado de trabalho.

São Paulo por conta da produção industrial cafeeira tornou-se o centro dinâmico do país:

Ali, a massa de livres nunca deixou de crescer durante o século XIX, e a ela iria se somar o contingente de imigrantes que chegou nas vésperas da

Abolição. Com o deslanchar das relações de produção, que levaria à universalização do trabalho livre, parte da mão-de-obra disponível foi cooptada pelo capital e engajada na disciplina do trabalho. Outra parte foi mantida disponível de forma *latente* nos campos e cidades, até o momento em que o avanço da acumulação precisasse do seu concurso no processo produtivo. (KOWARICK, 1994, p. 14)

Após a abolição houve uma imensa disponibilidade de força de trabalho. Kowarick afirma que, no estado de São Paulo, nunca houve falta de mão de obra, seja para os cafezais ou para as indústrias

o rápido processo de expansão econômica sempre contou com larga oferta de braços, que veio, particularmente, pelo afluxo de imigrantes. Veio também da mão-de-obra que historicamente havia se acumulado nos interstícios da economia, adicionada, após 1888, pelos ex-cativos. Estes formaram uma massa desenraizada, que não foi incorporada no processo produtivo até 1930. (1994, p.15)

Ianni apresenta que “a própria massa imigrada estava interessada em distinguir-se da escravaria e, mais ainda, valorizar-se muito mais do que a massa escrava” (2004, p.17) e que acabaram por incorporar “rapidamente os padrões discriminatórios dominantes na sociedade brasileira, apresentando-se, pois privilegiado no mercado de trabalho” (Id. Ibid.).

Para conseguir suprir a questão da mão de obra sem perder a lucratividade e possuir uma abundante força de trabalho, como já citado anteriormente, a opção arquitetada pelos fazendeiros e pelo Estado brasileiro foi recorrer à mão de obra estrangeira, ou seja, importação de força de trabalho em massa. Entretanto tal fato só foi possível visto que essa população se encontrava empobrecida na Europa, e não possuíam alternativas a não ser vender sua força de trabalho por preços baixíssimos nos países periféricos.

Kowarick (1994) destaca, nesse sentido, a experiência de um fazendeiro que em 1846 já tinha importado 364 famílias estrangeiras (advindas da Suíça e Alemanha), posteriormente esse fazendeiro criou uma agência que em contato com o governo da província de São Paulo importa importou em 1852, 1.500 colonos e estabeleceu trazer por ano 1.000 estrangeiros.

As agências de imigração na intenção de fixar a mão de obra nas plantações de café, pagavam adiantado as passagens e custeavam os gastos iniciais dessas pessoas. Entretanto, cabe ressaltar que esses imigrantes ao desembarcarem em

nosso país, além de não encontrar as melhores condições trabalhistas nos cafezais, se viam endividados.

Essa dinâmica, conhecida como parceria de endividamento, funcionava de determinada maneira: enquanto o proprietário da fazenda arcava com a quantia relativa ao transporte, aos gastos relativos à chegada, instalação e primeiros meses dos imigrantes e suas famílias; os imigrantes e suas famílias deveriam plantar assim como cuidar de uma quantidade determinada de cafezais, poderia utilizar determinado espaço de terra para subsistência própria, os lucros dos cafés e das demais plantações deveriam ser divididos com o proprietário e para além os imigrantes após pagar suas dívidas, que continham juros altíssimos, deveriam avisar com 1 ano de antecedência que iriam deixar a fazenda.

Para Kowarick o sistema de endividamento contribuía para manter os trabalhadores imobilizados nas fazendas:

porque, havendo terras disponíveis e como os homens que chegavam eram livres, era imperioso que não usassem sua liberdade para procurar, fora da fazenda que arcava com os custos de sua importação, outra alternativa de trabalho. Para maximizar o investimento realizado, o fazendeiro (...) deveria fazê-los trabalhar o máximo e, sobretudo, por período o mais prolongado possível. Daí a necessidade de imobilizá-los na fazenda, se necessário pela violência ou não. Daí também a necessidade de fazer com que o trabalho que realizassem fosse suficiente para saldar o círculo de endividamento em que se encontrava envolvido. (1994, p.67)

Segundo Kowarick (1994), uma vez que, para os donos dos empreendimentos cafeeiros a mão de obra nacional se via como inapta, não é difícil entendermos o porque a alternativa tenha sido mão de obra importada da Europa. Esses sujeitos além de sem alternativas de trabalho, se encontravam desconhecendo as reais condições de trabalho que seriam submetidos nos cafezais, local onde a vontade do senhor da fazenda é a lei.

Nesse sentido para os senhores dos cafezais

a meta era superexplorar o trabalhador para que os recursos antecipados pelo pagamento das passagens rendam ao máximo. Mas, para tanto, torna-se também necessário espoliá-lo para que, endividado não possa se desligar da propriedade que o importara. (KOWARICK, 1994, p. 67-68)

Kowarick (1994) diz que, enquanto os lucros dependessem dessa imobilização do imigrante, o processo não poderia ser outra coisa que não espoliativo. Ressalta-se aqui, que essa imigração irá ao longo dos anos configurar a

população brasileira. Juntamente com a população advinda por meio do tráfico de escravos no Brasil colônia, os imigrantes são importantes sujeitos na configuração da população brasileira nos momentos pré e pós abolição.

Kowarick apresenta que “entre 1872 e 1881, entraram no Brasil cerca de 218 mil imigrantes, sendo as principais nacionalidades representadas por alemães (37%), portugueses (32%) ou italianos (28%)” (1994, p.70). Kowarick (1994) também destaca que em São Paulo, entre 1882-1886 aportaram cerca de 17.460 migrantes, em 1887 cerca de 23.323, no ano da abolição o contingente de imigrantes passa de 80.000 e por volta de 1900-1920 tinha-se um saldo de cerca de 374 mil estrangeiros.

Entretanto é com a abolição em 1880 e a partir da crise econômica que se encontrava a Itália desde 1870 que ocorre um “inchaço” na imigração, isso porque esse cenário se mostrava imensamente oportuno para contratação de mão de obra abundante e barata. Nesse sentido, no Brasil do período pós abolição, cria-se um grande contingente de mão de obra disponível, tanto de mão de obra imigrante quanto de mão de obra nacional.

Kowarick (1994, p.15) afirma que a força de trabalho “pode ser superexplorada - e, em larga medida, até dilapidada -” não só pelo fato de o capital ter aqui condições de domínio político expressivamente favoráveis, mas também pelo imenso excedente de mão de obra que possibilitava o rebaixamento e a pauperização de inúmeros segmentos de trabalhadores sejam rurais ou urbanos.

Sobre os níveis salariais da classe trabalhadora, Kowarick nos diz que “a abundância da mão-de-obra é um dos fatores responsáveis pelo preço que os proprietários pagam pela compra da força de trabalho” e que essa abundância cria também “condições para desarticular a resistência da mão-de-obra, pois acirra a concorrência intertrabalhadora (1994, p.81- 82).

A superexploração da força de trabalho esteve exemplarmente presente no processo de constituição do mercado de trabalho livre no Brasil. (...) esse processo não se operou sob a forma clássica de destruição de um campesinato e artesanato prévios. (...) a produção de uma massa abundante e disponível de trabalhadores, sobretudo (...) centrou-se nos fluxos migratórios injetados do exterior. Outra possibilidade de superexplorar os trabalhadores seria imobilizá-los nas fazendas por meio da coação extra-econômica. (KOWARICK, 1994, p. 82)

Conforme apresentado por Kowarick (1994), o próprio governo participava do financiamento para importação de mão de obra; em 1881 em São Paulo o governo começou a reembolsar integralmente os gastos dos fazendeiros com passagens e, em 1885, passou a subsidiar diretamente o transporte dos imigrantes.

Desse momento em diante não é mais necessário para o proprietário imobilizar seus trabalhadores. O custo de transporte, componente básico para a criação de um mercado de trabalho, é coletivizado pelos financiamentos governamentais.

(...) Já não é mais esse ou aquele fazendeiro que individualmente importa braços para suas lavouras, mas é o capital cafeeiro que, por intermédio do Estado, produz o mercado de trabalho. (KOWARICK, 1994, p.83-84)

Isso significa, então, que a população brasileira que pagava impostos, financiaram os gastos relativos à importação de mão de obra estrangeira para o país, o que beneficiava os senhores de cafezais e rebaixar o salário dos trabalhadores livres.

É claro que a espoliação imperante antes do subsídio integral das passagens continuaria presente na cafeicultura paulista. A diferença fundamental reside, contudo, no fato de que, liberados os imigrantes do pagamento avançado pelos fazendeiros, o capital pode centrar a exploração da força de trabalho em mecanismos puramente econômicos apoiados no rebaixamento dos salários. A violência inerente ao processo de fixação pelo endividamento é substituída por formas politicamente mais viáveis e economicamente mais rentáveis de subjugar a força de trabalho. (KOWARICK, 1994, p.84)

Kowarick deixa explícito que durante o período de expansão cafeeira e para a indústria nascente sempre houve vasta oferta de mão de obra, uma vez que os estrangeiros que aqui embarcavam eram sempre maiores que o contingente de pessoas partindo do país. O autor ainda completa dizendo que

mesmo no momento da Abolição, não há indícios de falta de braços ou alta no preço da mão-de-obra, nem a produção se desorganiza. (...) nos estertores de 1888, a mão-de-obra era formada predominantemente de ex-cativos que haviam fugido de seus antigos proprietários. Havia também o contingente de mão-de-obra livre, historicamente avolumado nos interstícios da economia mercantil. (1994, p.86)

Com todos os preconceitos criados acerca da população liberta brasileira, é necessário pontuarmos que a mão de obra nacional, após a abolição, foi absorvida no processo produtivo apenas em áreas economicamente estagnadas, locais estes que os imigrantes não tinham interesse em ocupar. Kowarick apresenta que “nas zonas novas, de grande produtividade, o colono estrangeiro foi amplamente utilizado, relegando para segundo plano o volumoso estoque de livres e libertos,

que, mais uma vez, foram excluídos dos núcleos dinâmicos da economia” (1994, p.87).

Inicialmente, é a mão-de-obra italiana que seria canalizada para os cafezais. Quando em 1902 o governo daquele país proíbe a imigração subsidiada, os fazendeiros voltam-se para a importação de portugueses e espanhóis, e a partir de 1908, os japoneses (...). Com isso, forjou-se larga oferta de mão-de-obra permanentemente renovada, condição básica para implantar drástico processo de pauperização, que caracterizaria a acumulação nas fazendas de café. (KOWARICK, 1994, p.88)

Com a extensa disponibilidade de mão de obra, seja pelos trabalhadores estrangeiros ou pelos nacionais, ocorreu uma deterioração dos salários na atividade cafeeira. Assim, sem ter “organizações e no contexto de um sistema judiciário que sistematicamente favorecia as regras de domínio dos potentados rurais, o trabalhador não poderia fazer valer os seus direitos” (KOWARICK, 1994, p.90).

Como apresentado, apesar dos imigrantes conseguirem se inserir no mercado de trabalho brasileiro em situação mais vantajosa que a dos negros, a realidade a qual se encontravam era divergente da expectativa que possuíam ao imigrar.

Muitos estrangeiros, após permanecerem certo período trabalhando no café, em face da deterioração salarial e da dificuldade de acesso a uma gleba de terra na condição de proprietário, tomariam o rumo das cidades. Outros, ainda no final do século XIX, nem passariam pelo trabalho agrícola, dirigindo-se diretamente para as atividades urbanas. (MORSE apud KOWARICK, 1994, p.91)

De certa maneira, esse movimento também ocorreu com a população negra. No período pós-abolição muitos ex-cativos e suas famílias permaneceram no ambiente rural por um longo tempo, seja ocupando territórios ou por meio de terras cedidas/ganhas/compradas, entretanto esse cenário muda com o declínio da produção cafeeira por volta de 1920 onde inicia-se um grande processo de migração para os centros urbanos. “Contudo, nesse período parte da área central da cidade já estava ocupada pelos trabalhadores livres e imigrantes, sobrando para os libertos vindos da zona rural, locais sem urbanização e infraestrutura” (Barreto, 2013, p. 37):

ao decidir pela utilização da força de trabalho escravo, o colonizador, herdou uma dívida com a raça negra que atravessou os séculos e perdura até o momento presente. (...) Com a abolição, o ex-escravo ficou sem posse, sem terra, sem lugar para morar. Criou resistência para sobreviver, lutando por um lugar no território brasileiro. Muitos permaneceram no campo, outros corajosamente partiram para a cidade. Dando início a outra

luta, por trabalho com carteira assinada, pelo acesso à moradia, à educação e à saúde. (2013, p.77)

Uma vez que, em nosso país, ocorreu um processo de importação de mão de obra prévio, as indústrias que estavam surgindo não precisaram se preocupar, salvo os cargos que necessitavam de especialização técnica, com criar e ter um grande volume de trabalhadores, pois a imigração criada pela produção cafeeira já o tinha feito.

Kowarick (1994) nos mostra que especificamente em São Paulo no ano de 1893, 55% da população residente era estrangeira, ocupando 84% dos empregos das indústrias manufatureiras e artísticas, 81% do ramo dos transportes e 72% das atividades comerciais. Desta forma, da população residente no local no início do século, 92% dos trabalhadores industriais eram imigrantes.

Kowarick (1994) ainda ressalta que, com o avanço da industrialização, os imigrantes se mantiveram expressivamente enquanto mão de obra, alcançando em 1911 três quartos dos operários. O autor destaca que, em 1920, os imigrantes continuavam sendo maioria nas indústrias, sendo 52% dos trabalhadores e, dos restantes 48%, a maioria eram filhos de imigrantes. Estas informações confirmam que havia, sim, uma preferência pela mão de obra branca e imigrante no setor industrial.

Com isso, podemos observar no cenário paulistano, os claros indícios da formação de um exército industrial de reserva em um momento prévio à ascensão da industrialização e que esta determinação estrutural contribuiu para o rebaixamento ao máximo dos salários, assim como favoreceram uma dificuldade nas mobilizações trabalhistas. O autor observa que:

onde não houve importação de braços estrangeiros, houve utilização de mão-de-obra nacional. Ao contrário, onde esse processo ocorreu, o imigrante afastou o ex-escravo das atividades produtivas e reduziu substancialmente a absorção dos nacionais que não haviam passado pelo cativeiro. (KOWARICK, 1994, p.94)

Sendo assim,

numa primeira etapa da expansão capitalista, a massa de imigrantes, em face das necessidades do sistema produtivo, foi suficientemente volumosa para criar o exército de trabalhadores ativos e sua própria reserva. (...) Quando, posteriormente, patamares mais desenvolvidos e diversificados do processo de acumulação exigissem a incorporação de maiores montantes de mão-de-obra e a imigração internacional não fornecesse mais

abundância de braços, como a ocorrida em épocas anteriores, os capitais agrícola e industrial lançar-se-iam em busca desse potencial deixado historicamente como reserva latente de trabalho.

Enquanto isso não ocorresse, a mão-de-obra nacional permaneceria, nas regiões e setores econômicos de maior dinamismo, em boa parte desligada dos núcleos centrais do processo produtivo, principalmente a indústria, na qual o contingente negro e mulato sobretudo, durante várias décadas do século XX, ficaria realizando tarefas as mais desprezadas e, no mais das vezes, pior remuneradas. (KOWARICK, 1994, p.96)

A partir desse momento, criou-se uma configuração da superpopulação relativa no Brasil, assim como do exército industrial de reserva. Sobre a superpopulação relativa Marx afirma que:

quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (Marx, 2014, p.875).

Concorda-se com o exposto por Menegat e Silva de que nesse sentido,

tanto os necessários quanto os desnecessários foram historicamente constituídos como partes funcionais da mesma forma de organização social do trabalho que foi imposta pelo moderno sistema mundial de produção de mercadorias. Portanto, não só o exército permanente de trabalhadores ativos, mas, também, o exército permanente dos inativos foi constituído pelo imperativo da valorização do capital. (MENEGAT; SILVA,2022, p.123)

Dessa forma, faz-se extremamente necessário ressaltar a ligação histórica da população negra ao exército industrial de reserva no período de transição da escravidão ao trabalho livre no Brasil. Sua inserção, na melhor das hipóteses, ocorreu predominantemente em trabalhos precários que impossibilitam uma ascensão social desde a abolição até os dias atuais.

Moura (1988) sinaliza que na sociedade brasileira sempre houve mecanismos de imobilismo social para os sujeitos negros e que esses mecanismos por sua vez, foram mantidos tanto durante o regime escravista quanto pós abolição. Conforme Moura (1988), com a Abolição, criam-se mecanismos estimuladores para a migração européia que entra no lugar da grande massa de trabalho nacional (sujeitos negros), marginalizando-a irremediavelmente. A situação dos descendentes de escravos, nesse processo de marginalizar o trabalhador

não-branco em face da ideologia de branqueamento (o Brasil seria tanto mais civilizado quanto mais branco) se reflete, na situação em que se encontra a população negra e mestiça de um modo geral.

Moura (1988, p. 9) observa que “a posição da população negra e não-branca não se distribui proporcionalmente nos diversos níveis sociais e econômicos, mas está fortemente concentrada nas camadas de baixa renda ou marginalizadas” e complementa ao sinalizar que “os negros e os não-brancos em geral (excetuando-se os amarelos) são aqueles que possuem empregos menos significativos socialmente”.

Gonzalez (1982) sinaliza que no período da ditadura militar, as indústrias automobilísticas e de construção civil foram escoadouros de mão de obra barata, destacando-se aqui que essa mão de obra era majoritariamente negra. Destaca-se que, nesse período de crescimento econômico, outro escoadouro foi a prestação de serviços, onde o trabalhador negro era representado nas atividades menos qualificadas, como limpeza urbana, serviços domésticos, segurança, correios, transportes, etc.

Hasenbalg apresenta que a participação do sujeito negro no sistema produtivo se caracteriza pela concentração desproporcional destes nos setores de atividades pior remuneradas e menos qualificadas, gerando assim uma distribuição de renda altamente desigual entre brancos e negros. Como exemplo disso, Gonzalez (1982) afirma que em um polo industrial, como o ABC paulista, a presença da população negra era ínfima uma vez que para esses trabalhos é necessário um nível de especialização ao qual essa população não possuía acesso, desta forma os benefícios do “milagre” não alcançaram essa população. Uma vez que esses sujeitos negros não possuíam níveis maiores de estudos e não conseguiam ocupar cargos com maior qualificação, conseqüentemente não se inseriam em trabalhos com remunerações mais significativas que por sua vez poderiam possibilitar uma mobilização social. Sendo assim, “(...)os mecanismos de imobilização social funcionam eficientemente no Brasil, impedindo, praticamente, desde o fim da escravidão até hoje, que o negro ascenda significativamente na estrutura ocupacional” (MOURA, 1988, p. 9).

Evidentemente, esses mecanismos sociais, exercidos de maneira não institucional, mas atuantes na posição do segmento negro, refletem-se em todos os níveis e produzem distâncias enormes jamais compensadas. As

desigualdades raciais existentes no Brasil são, de um lado, incorporadas como naturais e, de outro, consideradas como um subproduto do próprio comportamento e temperamento dos negros e dos não-brancos em geral. Daí o comportamento racial do brasileiro branco ser de desconfiança, atitude de defesa ou hostilidade contra a população negra. Essa atitude, por seu turno, irá refletir na estrutura da sociedade brasileira, quer no acesso ao sistema educacional, quer na distribuição de renda, no nível de criminalidade, na organização familiar e nas oportunidades oferecidas na sociedade capitalista. (MOURA, 1988, p. 9)

Nesse sentido:

a) preconceito e discriminação raciais não se mantêm intactos após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social b) as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro.(...) não parece existir nenhuma lógica inerente ao desenvolvimento capitalista que leve a uma incompatibilidade entre racismo e industrialização. A raça (...) continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social. (HASENBALG, 1982, p.89-90).

Conforme Moura (1988, p. 10), “a herança da escravidão ainda pesa negativamente na estrutura da sociedade brasileira, criando-lhe traumatismos e assimetrias significativos e ainda atuantes”.

O perfil de desigualdades não é simplesmente um legado do passado, é também, um legado perpetuado através da estrutura desigual de oportunidades sociais que os sujeitos negros vivenciam hoje em dia. Hasenbalg (1982, p.98-99) afirma que a possibilidade de sujeitos negros escaparem “às limitações de uma posição social baixa são menores do que a dos brancos de mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas”. O autor reforça que “parece muito pouco provável que o ideal da igualdade racial seja atingido através de um mecanismo calcado no mercado, isto é, o processo de mobilidade social individual” (Id. Ibid.).

Nesse sentido, Gonzales (1982) acrescenta que, com o passar do tempo, a participação do negro no mercado de trabalho sofreu um aumento, entretanto isso não significa que ocorreu uma melhora de vida para a população negra uma vez que as condições de trabalho desta continuou precária.

Na lógica capitalista, não há espaço para mobilidade social desses sujeitos e mesmo que ocorra em pequena escala, esse sistema ainda os explorará de forma

constante e em diversas roupagens uma vez que necessita desses sujeitos em sua base de exploração para que possa acumular .

Moura apresenta que

em 1985 as jornalistas Gioconda Mentoni e Virgínia Galvez escreveram em um jornal de São Paulo que presenciaram a existência de trabalho escravo em fazendas do Brasil. O próprio Ministério do Trabalho, segundo elas, havia recebido 72 denúncias sobre a existência de trabalho escravo, especialmente em estabelecimentos do Norte e do Nordeste. As formas mais violentas de coerção extra-econômica, a violência contra esses trabalhadores são normas comuns em grandes parcelas de estabelecimentos agrícolas. As próprias autoridades têm informações dos fatos, mas se confessam impotentes (MOURA, 1988, p. 10).

Fato esse que em pleno ano de 2023, continua se repetindo, visto que em março do ano citado, vintícolas no Sul do país foram denunciadas por trabalho análogo à escravidão. O que reforça a fala de Moura de que “como vemos, atualmente, como no final da escravidão, sob a superfície de uma sociedade moderna mantém-se uma estrutura arcaica e ossificada, sustentada por relações de trabalho já completamente superadas” (1988, p.10).

Tendo como base a formação histórica do nosso país apontada anteriormente, compreende-se que os aspectos racistas incrustados no ideário social desde o período escravocrata acabam, mesmo pós abolição, perseguindo a realidade da população negra e tendo rebatimentos atuais, como relegando à população negra as camadas mais “baixas” da nossa sociedade.

Em consequência dessa situação a população negra não conseguiu acessar posições da vida social como a população branca. A inserção precária ao trabalho, à educação, à cultura, têm rebatimentos atuais.

Se torna claro ao analisar, (...) que o capitalismo se alimenta e perpetua diversos aspectos da sociedade colonial para se manter de pé. E realiza isso através do racismo, que perpetua uma brutal exploração da população negra, designando postos de trabalhos cada vez mais precários a eles. Precisamos ter em mente que a maior parte da população brasileira é preta ou parda, somando um quantitativo de 56,2% (sendo 46,8% pardos e 9,4% pretos) de acordo com os dados da PNAD 2019. Desta forma a classe trabalhadora brasileira têm raça, e é ela que vem sofrendo duros ataques historicamente. (RIBEIRO, 2020, p.48-49)

Ribeiro acrescenta que

a população negra e seus descendentes continuam vivendo em situações de exploração, análogas a escravidão, de genocídio e continuarão enquanto o capitalismo seguir, pois é algo fundante e necessário a sua manutenção. (2020, p.49)

A realidade à qual a sociedade brasileira se encontra é de um país inserido na dinâmica internacional enquanto dependente, nesse sentido, indo de acordo com Ribeiro (2020) a população brasileira, e destaca-se aqui a população negra, sofre com a superexploração da sua força de trabalho, com políticas governamentais e ideológicas burguesas que culpabilizam assim como precarizam a classe trabalhadora.

Segundo Ribeiro (2020, p.50) apenas com o fim da sociabilidade capitalista, “que se alimenta e lucra da exploração, da expropriação de terras, do genocídio dos povos originários e negros é que se poderá dar fim a essas estruturas desiguais e à exploração humana”.

2.3 Notas sobre o lugar do negro no território

Anteriormente ao momento de surgimento das indústrias em nosso país, uma parcela considerável da população nacional se encontrava residindo no espaço rural. Entretanto, esse cenário se modifica ao longo do século XX. As taxas de urbanização cresceram juntamente com o processo de modernização¹⁰ que recebeu grande impulso, principalmente, depois da I e da II Guerras Mundiais. A partir do anos 1960, a população urbana brasileira começou a se tornar majoritária em relação à rural. Em boa parte, esta inversão explica-se pelas grandes quantidades de pessoas que sofreram deslocamentos forçados no campo com a revolução verde¹¹ autoritariamente imposta pela ditadura civil-militar.

¹⁰ Movimento que inicia-se por volta de 1930 com o processo de industrialização nacional e tem sua continuidade e intensificação nos anos de 1960 até 1980 com a ditadura militar. Esse movimento de modernização se dá no sentido de realizar os interesses dos monopólios capitalistas gerando no Brasil legados tais como concentração de propriedades e da renda acarretando em uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica com intenção de atender as demandas do mercado externo; uma estrutura de classes extremamente polarizada; um processo de pauperização em escalas enormes; uma concentração geopolítica das riquezas sociais; entre outros rebatimentos que são presentes até os dias atuais em nossa sociedade (Netto, 2015). Para mais Netto (2015) acerca do modelo dos monopólios e Ianni (1981) sobre a modernização conservadora.

¹¹ A partir da década de 1950 houve em inúmeros países a introdução em massa de variedades modernas de alta produtividade, esse movimento ficou conhecido como Revolução Verde. O objetivo principal era intensificar a oferta de alimentos uma vez que nesse período, a pobreza e a fome eram vistas como um problema de produção. A partir disso, iniciou-se tendo como base os avanços tecnológicos do pós-guerra, um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo. Desta forma, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso (Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, 2012).

Moura (1988) assinala que a massa desocupada formada em sua maioria por sujeitos negros, que anteriormente era concentrada no campo e hoje em dia se encontra em grande parcela nas periferias e favelas dos centros urbanos, não foi integrada à sociedade civil como produtora dinâmica, em face da continuidade das relações latifundiárias no campo.

Nesse sentido, Gonzales (1982), afirma que no período da ditadura civil militar, juntamente com a entrada das empresas internacionais e as vendas de terras para estrangeiros, ocorria o desaparecimento de muitas pequenas propriedades rurais que eram incorporadas aos latifúndios. Isso ocasionou um grande desemprego no campo assim como a expulsão e o êxodo de uma grande parte da população rural para as cidades. Os destinos dessa população foram em sua maioria a periferia dos grandes centros urbanos do sudeste, uma vez que a política de diferenciação do salário mínimo beneficiava essa região. Com esse movimento, houve a inversão na relação populacional campo-cidade acarretando em um inchaço nas cidades, aumentando o número de favelas e trabalhos informais, como por exemplo os “bóias-frias”.

Como pontuado anteriormente, a partir dos movimentos de modernização, principalmente com a revolução verde imposta pela ditadura civil militar, ocorreu uma intensa migração, em sua grande maioria forçada, da população do campo para os centros urbanos. Por sua vez, essa migração acarretou em um “inchaço” de inúmeras cidades brasileiras, ocasionando a criação de grandes favelas nos territórios periféricos dos centros urbanos a partir de ocupações sem planejamento e precárias.

Davis (2006) sinaliza que apesar de algumas favelas terem um histórico antigo (a primeira favela carioca com surgimento na década de 1880 no morro da Providência), a grande maioria das megafavelas vai surgir e crescer a partir da década de 1960. As megafavelas surgem “quando bairros pobres e comunidades invasoras fundem-se em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza, em geral na periferia urbana” (Davis, 2006, p.26).

Principalmente no Brasil, a época em que essas favelas surgem coincide com o período de intensificação na industrialização do país, como demonstrado, um

Sobre mais termos e movimentos ligados a esse processo buscar em Dicionário da Educação do Campo (Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, 2012).

momento em que muitas pessoas se viram obrigadas a sair do campo (uma vez que a revolução verde instaura grande modernização no trabalho rural com as máquinas) e irem em busca de sustento nas cidades.

Durante o período da ditadura civil militar ocorreu o chamado "milagre econômico", viabilizado pela "Tríplice Aliança" entre o estado militar, multinacionais e o grande empresariado nacional (GONZALES, 1982, p. 12). Entretanto, essa aliança trouxe endividamento nacional e, portanto, as massas, como de costume, não só arcaram com os custos como não participaram da partilha "do bolo" do milagre econômico. Nesse sentido, para arcar com os supostos avanços a massa da população teve um aumento do empobrecimento acarretado pela política do arrocho salarial, faz-se necessário destacar que desde as décadas de 50 e 60 a população negra aumentava expressivamente nas taxas de empobrecimento massivo.

Em conjunto com a entrada agressiva do capital estrangeiro, fornecida por meio dessa aliança mencionada, ocorreu a desnacionalização e a falência de muitas empresas e indústrias no país. Gonzales nos apresenta que "era justamente por elas que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial" (1982, p. 12-13).

Conforme Davis (2006), os movimentos do capitalismo mundial, principalmente a partir da década de 1970, impactam em uma multiplicação exacerbada de moradias precárias, que podemos associar ao fato de grandes transformações no mundo do trabalho (destacando aqui aumento da taxa de desemprego) terem ocorrido no mesmo período.

Sendo assim, sem ter formas objetivas de sobrevivência muitos sujeitos acabam optando por moradias precárias, essa alternativa não deixa de recair em um impasse uma vez que esses sujeitos avaliam inúmeras considerações. " Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança (Davis, 2006, p.27).

A escolha do local de moradia (ou falta dela) envolve inúmeros fatores, nesse sentido, atualmente, a maioria dos pobres que residem em áreas urbanas não vivem nos bairros pobres nos centros das cidades sendo que "desde 1970, o maior quinhão do crescimento populacional urbano mundial foi absorvido pelas comunidades faveladas da periferia das cidades do Terceiro Mundo" (Davis, 2006,p.31).

Sendo assim, segundo Davis, “nas cidades de crescimento desordenado do Terceiro Mundo, “periferia” é um termo extremamente relativo e específico de um momento” (2006, p.31) e que seguindo a lógica atual “a orla urbana de hoje, vizinha de campos, florestas ou desertos, pode amanhã tornar-se parte de um denso núcleo metropolitano” (Id. Ibid.).

Davis apresenta que, no início do século XXI, “os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos” e que isso “corresponde a praticamente um terço da população urbana mundial¹²” (2006,p.24).

No que concerne à informações acerca do processo de favelização e informações da população periférica Davis nos traz que “quanto mais a análise se afasta do centro da cidade do Terceiro Mundo, mais espessa fica a névoa epistemológica” (2006, p.35). Nesse sentido, “falta à maioria das cidades (...) dados atuais sobre padrões de conversão do uso da terra, número de unidades habitacionais (formais e informais) construídas no ano anterior, padrões de distribuição infra-estrutural, padrões de loteamento e assim por diante” (Brennan apud Davis, 2006, p.35).

Davis (2006,p.35) apresenta que “os governos sabem pouco sobre as suas fronteiras periurbanas, esses estranhos limbos onde se faz a transição entre cidades ruralizadas e campos urbanizados”. Conforme o autor, “a orla urbana é a zona de impacto social onde a força centrífuga da cidade colide com a implosão do campo”.

Levando em consideração que há uma dificuldade em conseguir estatísticas exatas sobre o perfil da população que vive nas favelas, uma vez que “é comum a população pobre e favelada ser subcalculada, de forma deliberada e às vezes maciça, pelos órgãos públicos” (Davis, 2006, p.25) a tendência é que os números sejam ainda maiores.

Desta forma, acerca da generalização das favelas, o processo de intensificação das mesmas se inicia a partir da década de 1960 partindo principalmente das consequências da alteração do ciclo do capital, entretanto seguimos vendo esse movimento ter continuidade assim como se expressar de

¹² Levando em conta a data dos dados (anterior à crise de 2008), que há subnotificações e a pandemia de COVID-19, a tendência é que esses números sejam expressivamente maiores.

forma cada vez mais intensa na sociedade, independente do seu lugar no globo terrestre.

Gonzales (1982), no início dos anos 1980, reconhecia a segregação social e espacial urbana, bem como as condições de existência material e os condicionamentos psicológicos, onde se delimita socialmente o lugar dos dominados e dominantes. Nessa lógica, desde a época colonial criou-se, uma segregação espacial, onde o lugar dos dominantes são moradias amplas (seja na cidade ou no campo) e protegidas (anteriormente pelos feitores, capitães do mato e hoje pela polícia); o lugar do negro nessa lógica vai ao oposto, se antes eram as senzalas hoje são as favelas, os cortiços, as invasões, os conjuntos habitacionais (os modelos dos guetos dos países desenvolvidos) com forte presença policial não para proteger, mas para oprimir e violentar.

Gonzales (1982) reforça que a força policial que incide sobre a população negra serve para impor a submissão por meio do medo. Conseqüentemente, a partir dessa submissão se torna possível desmotivar e impossibilitar formas de união e organização dessa população.

Nesse sentido a população negra é submetida às condições precárias de vida e à a condição de mão de obra barata.

Davis acrescenta que “a principal função da orla urbana do Terceiro Mundo continua a ser a de depósito de lixo humano” (2006,p.35) uma vez que inúmeros espaços periféricos vivenciam as chamadas favelas-lixo, onde os sujeitos que residem nesse território favelado convivem em um imenso depósito de lixo. Destaca-se que o espaço periférico é utilizado para despejo dos indesejados sociais. São favelas, aglomerados formados de moradias precarizadas majoritariamente habitadas por negros, refugiados, desempregados, pobres e miseráveis. Na lógica capitalista este é o espaço reservado àqueles que não têm utilidade para o capital e não por acaso nessa lógica, esses territórios e sujeitos estão passíveis a diversas formas de violação de direitos e violência.

Capítulo 3- Trabalho assalariado e supérfluos, uma breve análise na atualidade

3.1 Desemprego e desenvolvimento tecnológico na atualidade

No Brasil, e na América Latina, as raízes da divisão social e racial do trabalho estruturaram-se no período da acumulação primitiva e ganharam permanência mesmo depois da abolição da escravidão e da emergência do trabalho livre (QUINANO, 2005). Em pleno século XXI, conforme dados do IPEA (2008), nas cidades brasileiras os negros continuavam apresentando os maiores indicadores de vulnerabilidade social com um percentual de 41,7% em contraponto a 20% da população branca na mesma situação (IPEA, 2008 apud BARRETO, 2013).

Barreto (2013) apresenta que em 2004, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE os dados revelaram que das 18,5 milhões de pessoas que se encontravam ocupadas no período pesquisado nas seis Regiões Metropolitanas (RMs) a seguir: Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, participavam do mercado de trabalho 58,0% da população branca em contrapartida a apenas 48,85% da população de pretos e pardos. Pelas questões relativas a formação histórica do nosso país já apontadas anteriormente, o racismo perpetuou o lugar dos negros nos postos de trabalho menos prestigiados e mais mal remunerados.

Como já apontado, no período pós abolição a população negra não teve o mesmo acesso que a população branca existente no país, ou mesmo os imigrantes europeus que para aqui vieram. Essa diferença de acesso às oportunidades de inserção no âmbito do trabalho e da educação teve consequências que se apresentam até os dias atuais.

Nesse sentido, podemos refletir a realidade atual dessa população, visto que a cada novo momento da crise do capital os postos de trabalho se encontram cada vez mais precarizados, degradados e inseguros. Levando em conta as revoluções tecnológicas, destacando-se aqui as tecnologias da quarta revolução industrial em curso, os impactos na vida da população e na configuração do trabalho são ainda mais preocupantes.

Gomez (2017,p.3) afirma que “a quarta revolução industrial promoverá enormes transformações no mundo do trabalho” e que por meio dessa revolução “mesmo o

mais barato dos trabalhadores pode se tornar caro demais diante dos potenciais produtivos oferecidos pelas novas máquinas”. A quarta revolução gera maior automação dentro das fábricas, proporcionando um aumento na quantidade de produção visto que as máquinas produzem muito mais que o ser humano em um mesmo tempo, com isso, inúmeros postos de trabalho se alteram ou se extinguem gerando um crescimento da população supérflua.

O informe do Fórum Econômico Mundial de Davos fala da extinção de 5 milhões de empregos até 2020: o saldo do desaparecimento de 7 milhões de postos de trabalho e da criação de 2 milhões. Se as elites mundiais falam desse modo é porque os resultados tendem a ser muito mais graves. Mas aqui não são tanto os números que importam, e sim a lógica que preside o fenômeno: destrói-se mais trabalho do que se pode criar. (GOMEZ, 2017,p.3)

O cenário futuro é de cada vez mais desemprego, precarização, flexibilização do trabalho por meio de empregos temporários, informalidade, terceirização, assim como o rebaixamento de salários. No ano de 2023, no cenário pós pandêmico, a Folha de São Paulo publicou uma notícia onde sinalizava que, de acordo com pesquisas do banco Goldman Sachs, a IA generativa poderia substituir 300 milhões de trabalhadores:

O banco sinalizou que sistemas de IA “generativos”, como o ChatGPT, capazes de criar conteúdo indistinguível da produção humana, poderão desencadear um boom de produtividade que acabaria por aumentar o produto interno bruto global anual em 7% num período de dez anos. Mas se a tecnologia cumprir sua promessa também trará “perturbações significativas” ao mercado de trabalho, expondo à automação o equivalente a 300 milhões de trabalhadores em tempo integral nas grandes economias, de acordo com Joseph Briggs e Devesh Kodnani, autores do estudo. (STRAUSS, 2023)

Strauss (2023) apresenta que os autores do estudo calculam que cerca de dois terços dos empregos nos Estados Unidos e na Europa estão expostos a algum grau de automação de IA, com base em dados sobre as tarefas geralmente executadas em milhares de ocupações. Os autores sinalizam que cerca de 7% dos trabalhadores dos EUA estão em empregos onde pelo menos metade de suas tarefas podem ser realizadas por IA generativa e são vulneráveis a substituição.

O Goldman [Sachs] disse que a pesquisa apontou um impacto semelhante na Europa. Em nível global, como os trabalhos manuais representam uma parcela maior do emprego no mundo em desenvolvimento, estima-se que cerca de um quinto do trabalho possa ser feito por IA — ou cerca de 300 milhões de empregos em tempo integral nas grandes economias. O relatório estimulará o debate sobre o potencial das tecnologias de IA tanto para reanimar o aumento da produtividade no mundo rico quanto para criar uma nova classe de trabalhadores de colarinho branco despossuídos, que correm o risco de sofrer um destino semelhante ao dos trabalhadores industriais na década de 1980.(STRAUSS, 2023)

Gomez acredita que nessa perspectiva de diminuição de postos de trabalho as “fábricas desertas e os campos desertos, completamente high-tech, serão a regra em breve” e questiona o “que significa isso tudo para uma forma social que tem o trabalho humano como fundamento da riqueza e forma de mediação social central?” (2017, p.4). Ou seja, o que significa a substituição crescente do trabalho vivo por mecanismos autômatos em uma sociedade em que o trabalho faz a mediação de todas as relações sociais?

As revoluções tecnológicas podem pôr em risco o trabalho como principal forma de mediação na sociedade, visto que o processo de automação tecnológica gera uma quebra no ciclo de trabalhar para ganhar um salário e consumir diversas mercadorias uma vez que, como já citado, inúmeros postos de trabalho deixarão de existir e os novos criados não são suficientes para absorver todos trabalhadores.

Nessa perspectiva, conforme o desdobramento das novas fases do capitalismo, o que nos restará é a intensificação das desigualdades (já exacerbada na atualidade) e a violência em todos os âmbitos, através da guerra, do terror, da pilhagem, ou seja, viver na própria barbárie.

Atualmente, dado o crescimento do desemprego, a população negra quando encontra ocupação, pode ser vista nos postos de trabalho, formal ou informal, que exigem menor qualificação, que são mais precarizados e extenuantes, e muitas vezes, encontram formas de sobrevivência apenas em atividades consideradas ilícitas ou ilegais.

Nessa direção, os sujeitos negros, que já se encontram historicamente em postos precários de trabalho, são os primeiros a sofrer as duras consequências do desemprego estrutural e da precarização resultante das revoluções tecnológicas. Concentrados, em sua maioria, em territórios bem delimitados que conhecemos, as favelas, tendem a sofrer os impactos do desemprego de forma coletiva.

A população favelizada representa cerca de 78% dos habitantes urbanos em países menos desenvolvidos e corresponde a um terço da população urbana mundial (ELPIDIO, 2020). De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2019, das 45,2 milhões de pessoas (21,6% da população) que residiam em domicílios com alguma inadequação, 31,3 milhões eram de cor preta ou parda, ou seja, 69,2%, o que significa que, de cada 10

peças moradoras de habitações inadequadas, sete eram pretos e pardos (BASTOS, 2024).

Menegat nos apresenta que a “segregação dos territórios sempre foi uma heterotopia perseguida pelas sociedades de classe” (2003, p.1) e que

nas metrópoles dos países periféricos, esta segregação é uma estratégia tanto de frieza social requerida para a naturalização da relação violenta com as classes subalternas, como de garantia do usufruto dos bens provenientes da superexploração que caracteriza estas sociedades dentro do regime de concorrência mundial. Faz parte, portanto, de uma economia básica de distribuição dos espaços que implica na construção de dois territórios dentro de uma mesma sociedade. (Id. Ibid.)

Há uma funcionalidade ideológica em que realizar essa distribuição espacial e se concentra em legitimar uma contradição, uma contraposição entre os sujeitos dentro da sociedade capitalista. Menegat acrescenta que essa legitimação

opera segundo as condições ideais do regime de concorrência, e que lhe permite afirmar que elas existem e são acessíveis a todos, desde que possuam as qualidades morais necessárias; à outra parte, moralmente fraca, cujo peso desqualificante de sua culpa e ineficiência econômica os impede de se elevar ao território ideal.

Assim, os muros da segregação vão desde os reais espaços de distinção em suas unidades urbanas, até os argumentos que procuram, sob ilusões construídas num universo comum de valores, fundamentar a separação como destino não compartilhado produzido pelo acaso de escolhas individuais equivocadas. Eles são o resultado necessário da lógica em que são postas estas sociedades. (2003,p.1-2)

Cria-se então um argumento que envolve e correlaciona o espaço territorial que cada sujeito ocupa com noções de meritocracia e aspectos morais para justificar as desigualdades existentes no interior da sociedade. Essas noções acabam recaindo sobre o trato que esses sujeitos vão receber. No caso da sociedade brasileira irá justificar as violações e violências que as populações periféricas sofrem cotidianamente.

Menegat expõe que

As elites brasileiras, ciosas dos discursos que as legitimam aos olhos do mundo, como na época da primeira Constituição de 1824, em que admitiam a escravidão em meio a princípios liberais dos mais avançados, aceitam os métodos do Bope, como este muro móvel da segregação social e racial do país, mas não querem ser diretamente vinculadas a eles. Em outras palavras, não querem ser perturbadas por ele. O ideal seria que este modelo de interrogatório que descende dos tratos com os escravos, assim como as penas, ficassem fora do alcance dos seus olhos e ouvidos. (2003,p.4)

Nessa perspectiva a guerra no Brasil não é de fato uma guerra às drogas simplesmente, é uma guerra ao território periférico e aos favelados que ali se

encontram, é uma guerra bem demarcada contra uma população específica: os periféricos, negros, pauperizados .

Desse modo, compreender a impossibilidade de continuação da velha (des)ordem, que garantia o sono tranqüilo das elites sem o despertar assustador com as cantigas do Bope, é compreender a necessidade dessa guerra civil, dando aos “dissidentes” rostos humanos que expressam desdobramentos insuportáveis de uma estrutura social perversa e condenada a perecer - seja pela sua superação por meio de uma nova forma de vida social, ou pelo afundamento de todos nesta guerra que apenas começou (MENEGAT, 2003,p.7-8).

Menegat destaca que o capitalismo em crise já não produz avanços civilizatórios, e que “portanto, a barbárie parece ser, de fato, a demonstração da impossibilidade da humanidade continuar se desenvolvendo dentro das formas burguesas da vida social(...)” (2003, p.8).

Sendo assim, “a guerra declarada (...), é a tentativa de cortar, varrer e matar tudo aquilo do conteúdo que não cabe mais nas formas da sociedade brasileira delimitadas a partir da direção imposta por uma classe dominante cada vez mais sem legitimidade” (Menegat, 2003, p.9). Nessa perspectiva a população excedente que se encontra nas regiões do território periférico e favelado é o inimigo que deve ser varrido, uma vez que são muitos com poucos recursos e estão então sempre sujeitos à forte repressão que é financiada pelo Estado.

Sobre isso Menegat apresenta que esses traços citados são característicos do modo capitalista em época de crise comum em nossa civilização no momento, se manifestam por meio de uma descontinuidade da dinâmica social:

Se os avanços civilizatórios do capitalismo estavam nas novas formas de produção social que este tipo de sociedade criava, e estas se ancoravam na transformação do trabalho livre num processo social sistêmico, uma parte significativa dos elementos de compreensão desta crise residem na leitura do destino que tomou o trabalho, como elemento de criação da riqueza, nos últimos tempos (2003,p.11).

Menegat nos diz que

Assim, ao que tudo indica, estamos entrando numa fase em que as transformações da economia precisam passar por novas formas de regulação. A primeira ofensiva neste sentido foi dada pelo próprio capital, desregulamentando, entre outras coisas, os marcos de controle sobre os movimentos de capitais, e os níveis de tributação sobre o lucro; e, em outra frente, enfraquecendo a capacidade de resistência dos trabalhadores, impondo-lhes derrotas sobre conquistas históricas como a seguridade social e etc. Quando o trabalho reduz a sua participação no processo de produção social, que se autonomiza e automatiza, o próprio processo enquanto um todo perde o seu caráter social, que se expressa, neste contexto, por meio da violência dos agentes sociais, este modo de destrutividade que se volta de forma fetichista contra a forma fetichista da sua condição, e por isso mesmo, por meio de ações que não possuem consciência das contradições que as impulsionam. O imenso aumento da

criminalidade, que se verifica em todos os países ocidentais, tem neste fenômeno social um de seus pontos de origem (2003,p.11-12).

Isto significa que por meio do desenvolvimento das forças produtivas e a consequente diminuição do trabalho vivo, rompe-se com o trabalho como principal meio de acesso ao consumo e “desse modo, no sentido pleno da imagem, esta é uma sociedade que ao suprimir um dos momentos essenciais da sua existência, que mantinha a ligação entre as diferentes classes sociais, dá um salto no escuro” (MENEGAT, 2003, p.12-13).

Na lógica atual em que vivemos,

O avanço dos imperativos econômicos e tecnológico-científicos não levam em conta as necessidades dos seres humanos e as bases naturais de manutenção da vida. Conhecer essas novas realidades é a condição necessária, embora longe de suficiente, para enfrentar sua lógica de ferro e impedir que ela recaia sobre nós como um destino cego e possivelmente terrível. Os impactos da quarta revolução industrial serão fortemente sentidos em breve. (GOMEZ,2017,p.9)

Compreendemos então que o capitalismo, partindo de seus avanços científicos e tecnológicos atuais tem como horizonte apenas a compulsão por aumentar a produção de valor em escala sempre ampliada. Como consequência, observa-se a degradação completa da natureza e as ameaças de desagregação social e destruição das formas de viver.

3.2 Emprego e desemprego entre brancos e negros, no período 2012-2022, segundo o IBGE/ PNAD

Determinada pela lei do valor, a quantidade de supérfluos cresce na razão direta do desenvolvimento das forças produtivas e do progresso da acumulação (...). Em termos relativos, o número de supérfluos cresceu, no mundo, em todos os momentos em que houve desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, aumento da produtividade do trabalho em termos absolutos (MENEGAT;SILVA, 2022, p.123)

O momento atual em que vivemos é, como apontado por Menegat e Silva (2022), o de “desemprego estrutural”, momento este em que ocorre em nível mundial uma massa humana de desempregados e inativos que não pode ser caracterizada como exército industrial de reserva, uma vez que a sua existência começa a exceder, em muito, as quantidades funcionais de supérfluos exigidos pelo sistema:“Não só na América mas, em todo o planeta, os movimentos permanentes de expansão do capitalismo criaram, em quantidades cada vez mais crescentes, ‘uma massa racializada de supérfluos’” (Menegat; Silva, 2022, p.124).

A quantidade de supérfluos que o Brasil apresentava no 2º semestre de 2020, alcançava a cifra de 90,6 milhões. Em porcentagem, o universo “dos que não trabalham” representava, naquela data, 52% da população em idade de trabalhar”. Sobre o percentual de pretos e pardos no universo dos supérfluos:

As séries históricas da PNADC informam, ainda, que, entre os ocupados, os negros – pretos e pardos – consolidaram-se como grupo majoritário no trabalho informal. Eles constituem maioria, principalmente, nas atividades informais mais mal remuneradas tais como, serviços domésticos, construção civil e agropecuária. E, entre os ocupados no setor formal, as séries revelam que os negros também são ampla maioria nas atividades que oferecem as mais baixas remunerações tais como os denominados serviços gerais vinculados à carga e descarga, limpeza, manutenção, segurança. E, os negros são, também, tragicamente majoritários no interior do imenso contingente formado pelos desocupados e pelos inativos: isto é, tanto entre os supérfluos relativos quanto entre os supérfluos definitivos. Nesse sentido, os negros e, principalmente, as mulheres negras, constituem a fração majoritária do universo de pobres e miseráveis do país. São, portanto, maioria entre os sujeitos que não podem garantir sua sobrevivência através do rendimento do seu trabalho uma vez que estão sendo definitivamente dispensados pelos robôs e computadores da nova era de produtividade do trabalho. (MENEGAT; SILVA, 2022, p.129)

Para tal investigação, realizou-se uma análise do resumo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2012-2022 realizada pelo IBGE assim como dos dados governamentais IBGE/PNAD do período de 2012 a 2022, sobre indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça; no intuito de avaliar se de fato uma parcela significativa desses sujeitos inseridos na superpopulação relativa são negros.

A PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é, atualmente, a principal pesquisa domiciliar brasileira, com periodicidade trimestral e realizada de forma contínua ao longo do ano. A PNAD Contínua é conduzida para produzir indicadores trimestrais sobre a população brasileira, incluindo características socioeconômicas e demográficas. Suas informações são cruciais para a formulação e avaliação de políticas públicas e seus resultados são amplamente utilizados por governos e pesquisadores, bem como pelo Made em suas pesquisas. (BERGAMIN, BRENCK, BRITO, SANTOS, 2024, p.1)

O IBGE realizou um resumo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua- com os principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2022, onde o objetivo era

apontar as principais movimentações observadas no mercado de trabalho brasileiro desde o início da série da PNAD Contínua ocorrida em 2012. Para tanto, foram calculadas as médias aritméticas dos quatros trimestres civis de cada ano para as principais estimativas. Para efeito de comparação optou-se por trabalhar confrontando o último ano (2022) com os anos de 2021, 2012 (primeiro ano da série), e 2014. A escolha do ano de 2014 se

deu em função de ter sido o ano no qual o mercado de trabalho brasileiro apresentou a menor taxa de desocupação nos dez anos de série histórica da pesquisa. (IBGE/PNAD, 2023, p.3)

Segundo o IBGE

o mercado de trabalho em 2020 teve um forte impacto da pandemia do COVID-19. Contudo, o ano de 2022 continuou apresentando tendência de recuperação dos indicadores nos níveis pré-pandemia. Em 2022, observou-se aumento de 7,4% da população ocupada (mais 6,7 milhões de pessoas), com conseqüente aumento do nível da ocupação de 53,2% para 56,6% entre 2021 e 2022.(IBGE/PNAD, 2023, p.3)

É apontado que, o ganho de ocupação em 2022, frente a 2021, ocorreu principalmente no Comércio e Serviços. Dentre os serviços, os principais destaques foram: Alojamento e alimentação; Outros Serviços e Serviços Domésticos. Houve também avanço “do grupamento Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, que após relativa estabilidade em 2021, registrou crescimento de 5,8% em 2022, influenciado, principalmente, pelos segmentos de Educação e Saúde” (IBGE/PNAD,2023, p.3).

Acerca da força de trabalho no Brasil, a PNAD sinaliza que esta ficou “estimada em 108,1 milhões de pessoas em 2022” tendo então aumentado “2,7% (ou mais 2,9 milhões de pessoas) em relação a 2021”. É sinalizado que “o aumento dessa população foi influenciado pela elevação da ocupação no País. Com isso, a taxa de participação na força de trabalho voltou a crescer, ficando em 62,4% em 2022, após atingir o menor nível da série em 2020 (59,3%)” (IBGE/PNAD,2023, p.3).

Sobre a população ocupada, a PNAD (IBGE/PNAD, 2023) sinaliza que em 2022 correspondeu a 98,0 milhões de pessoas, o que, comparado aos dados de 2012 quando a população ocupada era, em média, de 89,6 milhões de pessoas, houve aumento de 9,4%.

A respeito da ocupação no Brasil, após o menor patamar em 2020 (51,2%) segundo o IBGE (2023, p.5), em 2022 ficou em 56,6%. Agora sobre as formas de inserção no mercado de trabalho, é apresentado que em 2012 a taxa de empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada equivalia a 35,2 milhões; em 2014 quando ocorreu a mais alta taxa, o contingente era de 37,6 milhões; em 2020 esse indicador teve a maior queda refletindo os impactos da Pandemia Covid 19, onde haviam 32,1 milhões de trabalhadores com carteira de trabalho assinada; já em 2022, esse número sobe para 35,9%.

Bergamin, Brenck, Brito e Santos constatarem que: apesar de tradicionalmente adotar-se a ausência de carteira assinada, há outros critérios que podem ser também considerados para definir a informalidade:

A não contribuição à seguridade social para a caracterização da informalidade também pode ser utilizado. Esse critério é útil para a captura dos trabalhadores autônomos e empregados informais nas pesquisas, sobretudo ao levar-se em conta a questão da precariedade do trabalho. Sem amparo do sistema de seguridade social, tais trabalhadores encontram-se, portanto, em posição mais vulnerável. Benefícios relacionados à proteção da renda em caso de doença, velhice ou maternidade, por exemplo, não são recebidos por tais trabalhadores. (2024,p.6)

O IBGE (IBGE/PNAD, 2023, p.5) aponta que o contingente de empregados sem carteira assinada no setor privado sofreu um aumento em 2022 somando um total de 12,9 milhões de pessoas. Em 2014 esse contingente contabilizava 10,5 milhões de pessoas. Já o trabalho por conta própria que envolvia, em 2012, 20,1 milhões dos trabalhadores do país, passou a totalizar 25,5 milhões em 2022, correspondendo, portanto, um acréscimo de 5,5 milhões de pessoas em dez anos.

No que diz respeito à quantidade de ocupados, em 2022, por setor:

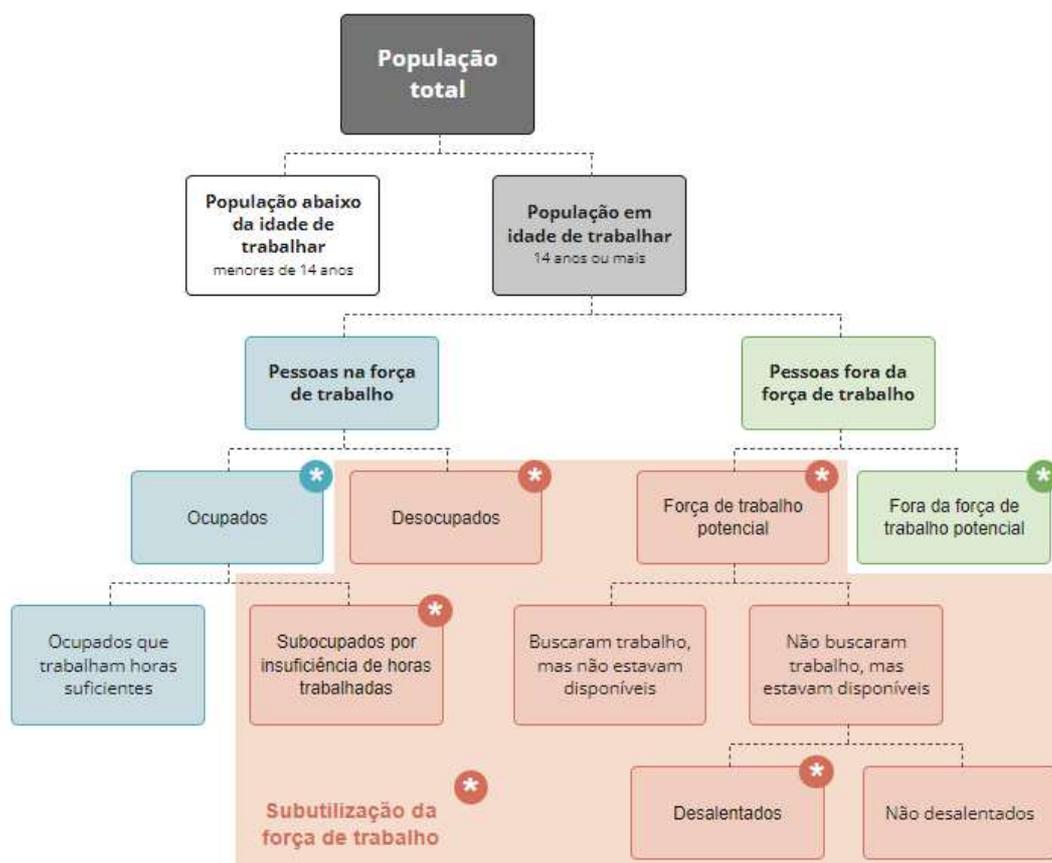
a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi a única atividade com queda percentual da população ocupada (-1,6%) e passou a registrar 8,7 milhões de trabalhadores. Em relação a 2012, quando esse grupamento alcançava 10,2 milhões de pessoas, a queda foi de 15,1% (menos 1,5 milhão de pessoas). Outros serviços foi a atividade com maior percentual de aumento da população ocupada (17,8%) entre 2021 e 2022, passando de 4,4 para 5,2 milhões de trabalhadores. No primeiro ano da série, essa atividade contava com 3,8 milhões de pessoas, o que indica um aumento de 36,4% (mais 1,4 milhões de pessoas) em dez anos. O grupamento formado pelas atividades de Alojamento e alimentação também teve um crescimento importante em 2022, de 15,8%, e com isso, seu contingente ficou em 5,3 milhões de trabalhadores. Frente a 2012, este grupamento teve aumento de 39,5% (mais 1,5 milhões de pessoas). O Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas acumulou ganho de 9,4% (mais 1,6 milhão pessoas) na comparação entre 2021 e 2022. Sua população ocupada foi estimada em 18,9 milhões de pessoas em 2022. Em relação a 2012, houve crescimento de 12,6% (mais 2,1 milhões de pessoas). A Indústria geral no Brasil registrou, no ano de 2022, 12,6 milhões de trabalhadores, correspondendo a um aumento de 6,3% (mais 753 mil pessoas) em relação a 2021. Apesar desse aumento recente, de 2014 para 2022, a indústria geral teve perda de 842 mil trabalhadores. O grupamento do Transporte, armazenagem e correio, em 2022, contava com 5,2 milhões de trabalhadores, apresentando crescimento de 9,9% (mais 464 mil pessoas) em relação a 2021. Na Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais, havia 17,1 milhões de trabalhadores em 2022, apresentando crescimento de 5,8% (mais 941 mil pessoas) em relação a 2021. Frente a 2012, a atividade acumula crescimento de 19,9%. (IBGE/PNAD, 2023, p.6)

De acordo com o IBGE o desemprego refere-se, de forma simplificada, às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando,

mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Para ser desempregado então, não basta não possuir emprego. Alguns exemplos que o IBGE sinaliza de pessoas que não possuem emprego mas não podem ser consideradas desempregadas, são: estudantes que se dedicam integralmente ao estudo, dona de casa que não trabalham além de casa, além daqueles que desistiram de procurar emprego.

A pesquisa da PNAD Contínua indica quantos desempregados há no Brasil. Na PNAD “o que é conhecido popularmente como “desemprego” aparece no conceito de “desocupação” (IBGE, s.d.). A taxa de desemprego que o IBGE utiliza com base na PNAD Contínua como taxa de desocupação, é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. E participam da força de trabalho as pessoas que têm idade para trabalhar (14 anos ou mais) e que estão trabalhando ou procurando trabalho (ocupadas e desocupadas).

Para pesquisar o desemprego e outros dados, o IBGE dividiu a população total entre os que têm ou não têm idade para trabalhar. Para além, dividiu também a população em idade para trabalhar: em pessoas na força de trabalho sendo estas subdivididas em ocupados e desocupados (os ocupados divididos também em ocupados que trabalham horas suficientes e subocupados por insuficiência de horas trabalhadas) e pessoas fora da força de trabalho: sendo estas subdivididas em força de trabalho potencial e fora da força de trabalho potencial (sendo os da força de trabalho potencial os que buscaram trabalho mas não estavam disponíveis e os que não buscaram trabalho mas estavam disponíveis - esses ainda se dividindo em desalentados e não desalentados).



Na figura acima retirada da página do IBGE (s.d) os destaques em * sinalizam ocupados¹³, desocupados¹⁴, subocupados por insuficiência de horas

¹³ Ocupados : A população ocupada se refere a:

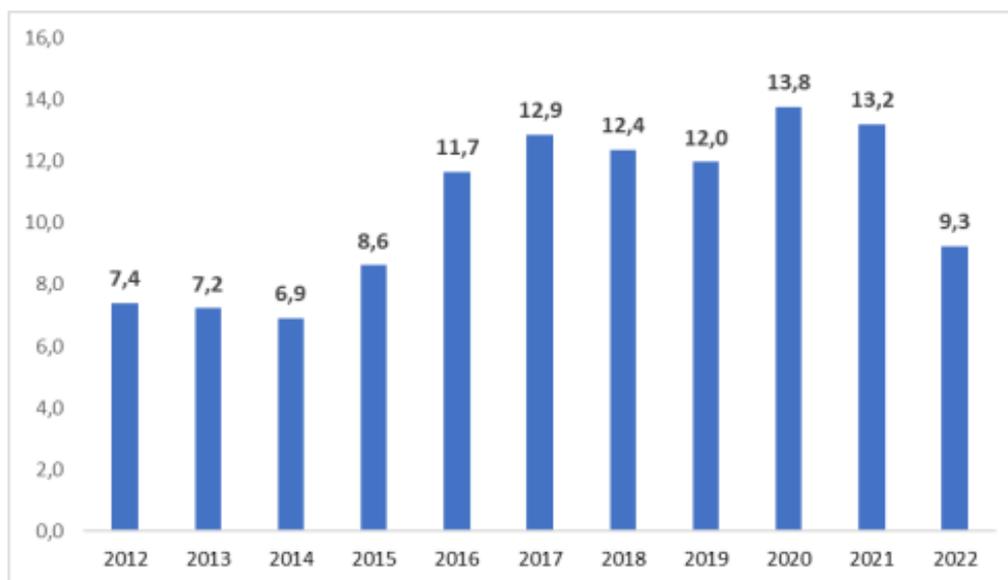
- empregados (do setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários),
- trabalhadores por conta própria,
- empregadores,
- trabalhadores domésticos (com ou sem carteira de trabalho assinada), e
- trabalhadores familiares auxiliares (pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração).

¹⁴ Desocupados: Chamamos de desocupadas (popularmente conhecidas como desempregadas) as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.

trabalhadas¹⁵, força de trabalho potencial¹⁶, fora da força de trabalho potencial¹⁷ e desalentados¹⁸.

No gráfico a seguir é possível visualizar o crescimento da taxa de desocupação desde 2012 até 2022.

GRÁFICO 1 - Taxa de desocupação no Brasil – média anual (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua

A população desocupada

¹⁵ Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas: Os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são trabalhadores que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar.

¹⁶ Força de trabalho potencial: Pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas a esta força, formam a força de trabalho potencial.

¹⁷ Fora da força de trabalho potencial: Dentre as pessoas que estão fora da força de trabalho, estão as donas de casa que não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar. Sendo assim, estas pessoas estão fora da força de trabalho potencial.

¹⁸ Desalentados: Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles:

- não encontrar trabalho na localidade,
- não conseguir trabalho adequado,
- não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou
- não ter experiência profissional ou qualificação.

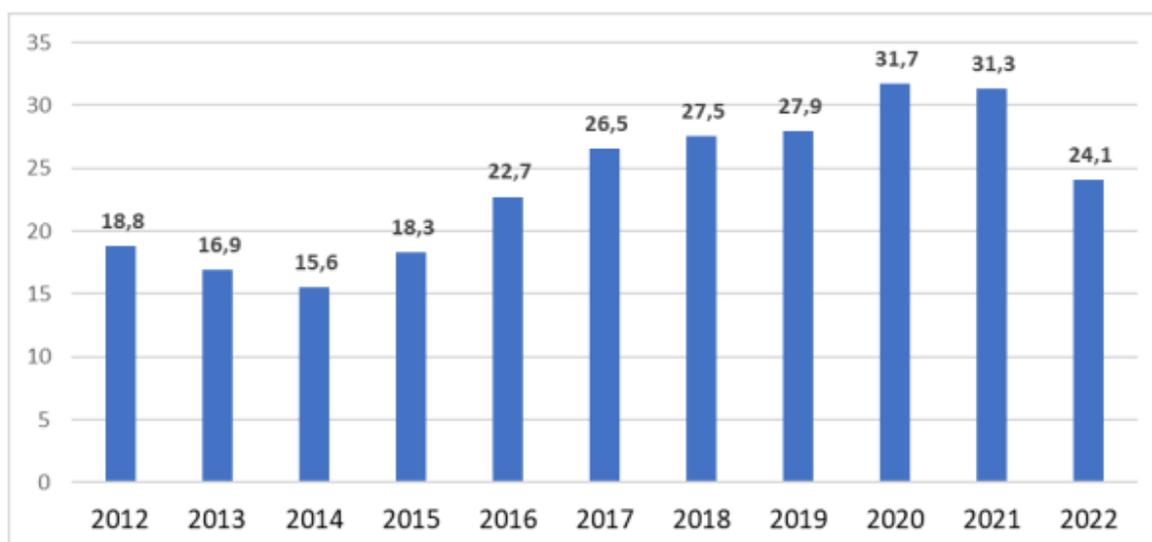
totalizou 10,0 milhões de pessoas em 2022. No confronto do ano de 2021 com o ano de 2022, verificou-se redução de 3,9 milhões (-27,9%) nesta estimativa. Na comparação com 2014, ano em que o mercado de trabalho brasileiro registrou os menores níveis de desocupação (6,8 milhões de pessoas), a expansão foi de 46,4%. (IBGE/PNAD,2023,p.4)

Sobre a taxa de desocupação, no ano de 2022

foi estimada em 9,3%, 3,9 pontos percentuais menor que a estimada para 2021 (13,2%). No confronto com 2014, o crescimento foi de 2,4 pontos percentuais, com o indicador passando de 6,9% (2014) para 9,3% (2022). Frente a 2012, quando a taxa era de 7,4%, o aumento foi de 1,9 ponto percentual. (IBGE/PNAD,2023,p.4)

O gráfico a seguir apresenta a população subutilizada na força de trabalho ampliada no Brasil nos anos de 2012 a 2022 por média anual em milhões de pessoas.

GRÁFICO 2 - População subutilizada na força de trabalho ampliada – Brasil
2012-2022 (média anual em milhões de pessoas)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua

Apesar do relatório realizado pelo IBGE da PNAD 2021-2022 ser de grande importância visto que realiza uma análise histórica, não há dados, que para este trabalho se faz muito importante, segundo cor ou raça. Sendo assim, buscando um melhor adensamento na análise foi encontrado dentro da plataforma do IBGE, na seção de estatísticas de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, a 2ª edição das tabelas referentes ao mercado de trabalho e distribuição de renda. Nesta tabela destaca-se para o presente trabalho os indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo cor ou raça dos anos

de 2012 a 2021. A seguir será realizada uma análise a partir destes dados encontrados.

De acordo com os dados obtidos na plataforma do IBGE, no ano de 2012 a população em idade de trabalhar alcançou um total de 154 477, sendo desse total 72 908 brancos e 80 391 negros. A quantidade total de pessoas que nesse mesmo ano se encontravam ocupadas em trabalhos formais foi de 52 786, sendo 28 564 brancos e 23 817 negros. Do total de pessoas brancas em idade de trabalhar, 20.122 não estavam ocupadas e o total de pessoas negras em idade de trabalhar que não estavam ocupadas era 56.574. A respeito da população desocupada no ano de 2012 o total foi de 7.145, sendo que desse total 2.806 eram brancos e 4 294 negros. No ano de 2012 a população subutilizada (em 1 000 pessoas) apresentou um total de 19 177, onde o total de brancos foi 7 094 e o total de negros 11 940, uma diferença de 4.846 pessoas negras a mais.

No ano de 2014, os dados foram os seguintes: total da população em idade de trabalhar 158 886. Deste total, 73 884 eram brancos e 83 761 negros. A quantidade da população que se encontrava ocupada em trabalhos formais alcançou, em 2014, um total de 56 467, sendo 30.128 brancas e 25.861 negras. O grupo da população negra ocupada em trabalhos formais apresentou 4.267 pessoas a menos do que o grupo da população branca. O contingente da população desocupada atingiu um total de 6.965. Deste total, 2.666 eram brancos e 4.254 negros, ou seja 1.588 a mais de pessoas negras desocupadas se comparado ao total de pessoas brancas desocupadas. A população subutilizada no ano de 2014 ficou em um total de 16.483, onde 5 848 eram brancas e 10 526 negras, uma diferença de 4.678 pessoas para a população negra.

Em 2020 o total da população em idade de trabalhar foi 170.091, sendo 73.112 brancos e 95.288 negros. A população que se encontrava ocupada em trabalhos formais no ano de 2020 atingiu um total de 53 074, sendo 26 952 brancas e 25 607 negras, isto é 1.345 pessoas negras a menos do que brancas em trabalhos formais. A população desocupada no ano citado alcançou um total de 13 823, em que 4 952 eram brancos e 8 742 negros, a população negra tinha 3.790 pessoas a mais desocupadas se comparada à quantidade da população branca. Já a população subutilizada somou 31 723 em 2020, onde 10 612 eram brancas e 20 837 negras, ou seja 10.225 pessoas negras a mais subutilizadas comparada à quantidade de pessoas brancas .

Os dados de 2021 sinalizaram que o total da população em idade de trabalhar totalizou 171 714, sendo 74 715 brancos e 95 304 negros. Neste ano, a população total que se encontrava ocupada em trabalhos formais foi de 53 619, onde 27 221 eram brancas e 25 823 eram negras, totalizando uma diferença de 1.398 brancas a mais do que negras em trabalhos formais. Já a população desocupada atingiu um total de 14 575, onde 5 137 eram brancos e 9 347 negros, o que significa uma diferença de 4.210 pessoas negras a mais do que brancas em situação de desocupação. A população subutilizada alcançou em 2021 um total de 32 652, em que 10 968 eram brancas e 21 425 negras, ou seja 10.457 pessoas negras subutilizadas se comparado à quantidade da população branca.

No que se refere à taxa de participação das pessoas de 14 anos ou mais no mercado de trabalho, os indicadores estruturais de 2012 sinalizaram um total de 62,7 %, quando se analisa por cor/raça, para a população branca os indicadores estruturais sinalizaram um total de 63,5 %, enquanto para a população negra o total foi de 65,0 %. No ano de 2014 os indicadores apresentaram o total da taxa de participação em 62,4, sendo 63,1 para a população branca e 61,9 para a população negra. Já nos anos de 2020 e 2021 as taxas ficaram respectivamente no total de 59,1 e 60,6, realizando o recorte de cor/raça a taxa total da população branca ficou 60,8 em 2020 e 61,0 em 2021 já a da população negra (pretos e pardos) 57,8 em 2020 e 60,3 em 2021.

Quanto à taxa de desocupação em % das pessoas de 14 anos ou mais no mercado de trabalho, os indicadores estruturais de 2012 sinalizaram os seguintes dados: total de 7,4% sendo para a população branca a taxa total de 6,1% e para população negra o total de 8,6%. No ano de 2014, que teve os melhores índices do mercado de trabalho, esses dados sinalizaram uma taxa total de 7,0 onde a taxa total para a população branca ficou em 5,7 e a taxa total da população negra em 8,2, uma diferença de 2,5%. Nos anos de 2020 a taxa total foi de 13,8, a taxa total da população branca 11,1 e a taxa total da população negra 15,9, já no ano de 2021 apresentaram a taxa total de desocupação 14,0 e quando separados por cor/raça a taxa de desocupação de brancos ficou em 11,3 e a desocupação de pretos em 16,3 uma diferença de 4,8% no ano de 2020 e de 5,0% em 2021.

Quanto à taxa composta de subutilização em % das pessoas de 14 anos ou mais no mercado de trabalho, os indicadores estruturais do ano de 2012 sinalizaram um total de 18,7%, realizando o recorte de cor/raça os dados obtidos

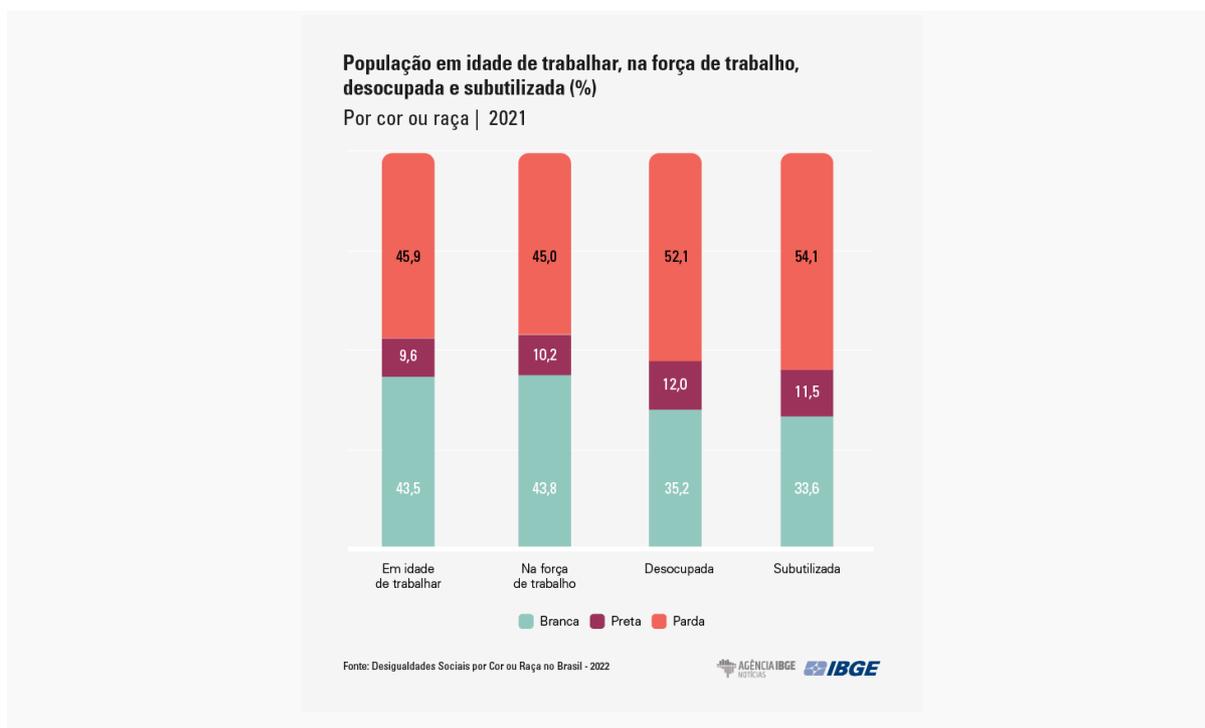
foram 14,7 para brancos e 22,3 para negros totalizando uma diferença de 7,6% na taxa de subutilização entre brancos e negros no referido ano. No ano de 2014 os indicadores sinalizaram a taxa total em 15,9, a taxa total para população branca em 12,2 e para população negra 19,2 apresentando então uma diferença na taxa de subutilização de 7% entre ambas populações. Em 2020 os indicadores sinalizaram uma taxa total de 28,3%, sendo que a taxa total da população branca ficou em 22,1% e da população negra em 33,0%, marcando uma diferença de 10,9%. Já no ano de 2021 os indicadores apresentaram um valor de 28,5% na taxa total de subutilização onde, ao analisar por cor/raça os dados para população branca foram de 22,5% na taxa de subutilização, contrapondo 33,2% da população negra, resultando na diferença de 10,7% na taxa de subutilização entre essas populações.

Cabral (2023) sinaliza que segundo as Estatísticas Sociais da Agência de Notícias do IBGE (2022) “em 2021, a taxa de desocupação foi de 11,3% para a população branca, 16,5% para a preta e 16,2% para a parda. Já as taxas de subutilização destas populações foram, respectivamente, 22,5%, 32,0% e 33,4%”. Ainda é apresentado que “em 2021, a taxa de informalidade da população ocupada era 40,1%, sendo 32,7% para os brancos, 43,4% para os pretos e 47,0% para os pardos.

De acordo com Cabral (2023) “mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país em 2021 eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0% deles”.

Isso sinaliza que

as desigualdades sociais por cor ou raça seguem evidentes no mercado de trabalho. A desocupação, a subutilização e a informalidade continuam atingindo mais pretos e pardos do que os brancos. Em 2021, as taxas de desocupação foram de 11,3% para os brancos, de 16,5% para os pretos e de 16,2% para os pardos. No ano anterior, esses percentuais foram de 11,1%, 17,4% e 15,5%, respectivamente. Os dados são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. (Cabral, 2023)



De acordo com as análises do 1º Trimestre de 2024 - de janeiro a março -, realizadas pelo MADE-USP,

a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 11.69% e, para as mulheres brancas, o desemprego ficou em 7.54%. Os homens brancos tiveram taxa de desemprego no patamar de 5.19%. Para os homens negros, a taxa foi de 7.41%. A categoria de Homem Branco foi quem teve a maior taxa de emprego, enquanto a de Mulher Negra foi quem teve a menor. Regionalmente, o desemprego também apresentou tendência de queda no 1º trimestre de 2024. A região Nordeste, registrou a maior taxa de desemprego de 11.11% (queda de -1.13 pontos percentuais em um ano). A menor taxa de desemprego foi registrada na região Sul, 4.94%, com recuo de -0.06 p.p. em um ano. Na região Norte, a taxa de desemprego registrada foi de 8.18% (queda de -0.9 p.p. em um ano). Na região Centro-Oeste, a taxa de desemprego medida foi de 6.09% (queda de -0.91 p.p. em um ano). Por fim, na região Sudeste, a taxa de desemprego registrada foi de 7.61% (queda de -0.99 p.p. em um ano). (BERGAMIN, BRENCK, BRITO, SANTOS, 2024, p.1)

Ainda sobre desemprego, Bergamin, Brenck, Brito, Santos (2024, p.3) observaram que “a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 11.69% e, para as mulheres brancas, o desemprego ficou em 7.54%”. No caso dos homens não foi diferente, “os homens brancos tiveram taxa de desemprego no patamar de 5.19%” enquanto para “os homens negros, a taxa foi de 7.41%”. Isso evidencia que os homens brancos são os que possuem a menor taxa de desemprego e consequentemente têm a maior taxa de emprego, na contramão a mulher negra é quem se mostra mais insegura no quesito emprego visto que foi quem teve a maior taxa de desemprego observada.

Acerca da subutilização da força de trabalho, a pesquisa do MADE-USP sinaliza que esse indicador no intuito de complementar o monitoramento do mercado de trabalho, para além da taxa de desocupação, sinalizou a partir das

três informações principais, que são elas: i) trabalhou habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, ii) preferia trabalhar mais horas do que as habitualmente trabalhadas e, iii) estava disponível para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência. Que no 1º trimestre de 2024, a taxa de subocupação foi de 3.08% para os homens brancos e 5.15% para os homens negros. Já para as mulheres, tal taxa foi de 4.7% para as trabalhadoras brancas e 7.72% para as negras. (BERGAMIN, BRENCK, BRITO, SANTOS, 2024, p.8)

Esses dados evidenciam novamente que os homens brancos são os que possuem melhor segurança uma vez que sua taxa de subutilização é a menor, enquanto a mulher negra é quem se mostra mais insegura com a maior taxa de subutilização observada.

A análise do MADE-USP demonstra que mesmo no quesito de ocupação por setores há variações consideráveis de acordo com recortes de raça e gênero.

No 1º trimestre de 2024, a maioria dos homens negros (18.94%) estavam alocados no setor de comércio, seguido de indústria (14.65%), de construção (14.56%), de agropecuária (12.73%) e de informação (10.56%). Para homens brancos, o setor que mais empregou foi comércio com 19.76%, além de informação (15.72%), de indústria (15.64%), de agropecuária (9.83%) e de construção (9.34%). Para as mulheres brancas empregadas, 23.93% estavam no setor de educação, 18.53% em comércio, 14.89% em informação, 10.39% em indústria e 8.81% em serviços domésticos. Das mulheres negras, a maioria (20.27%) ocupava o setor de educação, seguido de comércio (18.5%), de serviços domésticos (15.94%), de informação (10.33%) e de indústria (9.61%). Nota-se que os serviços de informação, educação e serviços domésticos são majoritariamente exercidos por mulheres. (BERGAMIN, BRENCK, BRITO, SANTOS, 2024, p.8-9)

Isso sinaliza que mesmo quando a população negra se encontra ocupada no mercado de trabalho, ocupam os setores mais inseguros, precarizados, vistos socialmente como de menor importância. O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sinaliza que

quando conseguem ocupação, as condições de inserção dos negros são mais desfavoráveis. Em geral, conseguem se colocar em postos mais precários e têm maiores dificuldades de ascensão profissional. Apenas 2,1% dos trabalhadores negros – homens ou mulheres - estavam em cargos de direção ou gerência. Entre os homens não negros, essa proporção é de 5,5%. Isso significa que apenas um em cada 48 trabalhadores negros está em cargo de gerência, enquanto entre os homens não negros, a proporção é de um para cada 18 trabalhadores. (DIEESE, 2023)

De acordo com o DIEESE (2023) a informalidade é maior na população negra sendo que “praticamente metade dos negros ocupados estava em trabalhos desprotegidos: 46,5% das mulheres negras e 45,8% dos homens negros. Entre os não negros, essa proporção foi de 34%”. É observado que “o fato de os negros estarem em maior proporção em postos de trabalho informais e com menor remuneração explica apenas parte da diferença de remuneração entre negros e não negros” e que “mesmo quando comparados os rendimentos médios de negros e não negros na mesma posição na ocupação, os negros estão em desvantagem. Em todas as posições, o rendimento médio deles é inferior”.

Nesse sentido o que é apresentado pelo DIEESE (2023) apenas demonstra que “além das desigualdades de oportunidade, os negros enfrentam tratamento diferenciado no mercado de trabalho”.

Mesmo com a indicação do crescimento da atividade econômica, o mercado de trabalho continua reproduzindo as desigualdades sociais. Os trabalhadores negros enfrentaram mais dificuldades para conseguir trabalho, para progredir na carreira e entrar nos postos de trabalho formais com melhores salários. E as mulheres negras encaram adversidades ainda maiores do que os homens, por vivenciarem a discriminação por raça e gênero. (DIEESE, 2023).

Desta forma é possível observar que, na atualidade, no âmbito do trabalho (seja no nível de desemprego, subutilização da força de trabalho, ou ocupação por setor) perduram as desigualdades raciais em nossa sociedade. “O mercado de trabalho ainda é espaço de reprodução da desigualdade racial. Tanto a inserção quanto às possibilidades de ascensão são desiguais para a população preta e parda” (DIEESE, 2023).

Considerações Finais

Esta dissertação analisou criticamente o lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro atual. Essa análise foi realizada por meio das leituras que abordam o lugar do sujeito negro na estrutura produtiva da sociedade escravocrata e na sociedade atual a partir de pesquisa no banco de dados do governo (IBGE).

Podemos perceber a partir do exposto no início desta dissertação que a forma de trabalho assalariado como forma hegemônica de produção de mercadorias tendo em vista unicamente o objetivo de criar lucros, é uma invenção do

capitalismo. Somente neste sistema criou-se uma relação de coisificação e mercantilização total de coisas, relações sociais e até da própria vida.

Sobre a mercantilização da vida, no capitalismo isto é realizado desde sua gênese. Este só pode se instaurar enquanto um sistema mundial, a partir da coisificação do ser humano, da mercantilização e escravização de inúmeras vidas negras. O sistema capitalista só se desenvolveu em sua totalidade a partir da escravização dos negros e da exploração das mercadorias produzidas nas Américas.

Na segunda metade do século XIX, em um momento de crise profunda do capitalismo, houve a necessidade de impor o escoamento, para os países periféricos, das mercadorias produzidas nos países centrais. A necessidade do capital impôs a pressão pela abolição do trabalho escravizado nas periferias e a transição ao trabalho assalariado, tendo em vista a elevação do número dos consumidores de mercadorias.

Como exposto no presente trabalho, a abolição no cenário brasileiro se dá a partir de demandas internacionais, o que ocasiona em uma permanência da estrutura social assim como do racismo, sendo assim, mesmo após esse momento os brancos se encontravam nas classes abastadas e os negros nas “subalternas”.

Desta forma, o sujeito negro brasileiro se vê “livre” mas sem acesso a terras, o que se deu principalmente pela A Lei de Terras (1850), podendo então apenas oferecer sua mão de obra ao mercado de trabalho. Nesse movimento muitos ex escravizados continuaram no campo oferecendo sua mão de obra e como sinalizado, a estrutura social brasileira não teve modificações apesar da abolição, o que significou que a ideologia racista permaneceu no cerne da sociedade. Com isso, em diversos lugares, e principalmente nas zonas rurais, foram se desenvolvendo formas análogas de escravidão, que permanecem até os dias atuais.

Para além, quando o sujeito negro não se encontrava no campo e sim nos centros urbanos onde haveria possibilidade de inserção no mercado de trabalho, eles foram preteridos pelos imigrantes brancos uma vez que o racismo estruturado por séculos na mentalidade da sociedade brasileira, destinava-o ao lugar de incapaz, aos trabalhos com remunerações mais baixas e vistos com menos prestígio social.

Ressalta-se aqui que grande parte da população negra brasileira urbana mesmo se enquadrando como mão de obra disponível não se inseriu no mercado de trabalho. Como demonstrado na presente dissertação, esse movimento de preterimento da mão de obra nacional negra pela estrangeira branca desencadeou em nosso país a configuração de um exército industrial de reserva e de supérfluos demarcada pela raça/cor.

A partir da análise efetuada, evidenciou-se as particularidades dos sujeitos negros no Brasil que historicamente perpassa por situações de violação de direitos, oportunidades desiguais e demais traços do racismo que em nossa sociedade ainda é fortemente recorrente nos dias atuais. Quando analisamos o mercado de trabalho há uma disparidade entre a população negra e a população branca que se encontram na desocupação ou subutilização. Mesmo quando os sujeitos negros conseguem se inserir no mercado de trabalho se inserem nos postos mais precarizados, recebendo os menores salários, com vínculos instáveis e informais.

Foi imposta uma série de desafios no interior de uma sociedade plenamente capitalista para uma população que convivia no seu cotidiano com desafios de magnitude material e ideológica. (...)O racismo científico incutiu no seio da sociedade brasileira uma série de preconceitos sobre o trabalhador negro, narrativas que estão impregnadas até os dias de hoje no imaginário social. A forma como essa ideologia permeava o mundo do trabalho fez com que os trabalhadores brancos tivessem prioridade nas disputas por emprego, o que acabava por dilapidar as possibilidades de melhorias nas condições de vida das famílias negras, o que se reverberava em um impacto material para essas pessoas. Portanto, era um contingente populacional que enfrentou uma série de mecanismos racistas para obter qualquer aproximação com aquelas relações de produção. (FAGUNDES, 2022, p.147-148)

Sendo assim, esses fatos reforçam as sequelas do processo histórico dos negros na sociedade brasileira, onde os elementos escravocratas no mercado de trabalho se mantêm. Além disso, o trabalho informal e a baixa remuneração refletem a falta de políticas públicas para inserir a população negra no mundo do trabalho, com as garantias necessárias. Para além disso precisamos refletir se a garantia de vagas no mercado de trabalho é o que realmente se almeja, visto que além de ser impossível dentro do sistema capitalista a absorção de toda a população, o tipo de trabalho que é possível se construir dentro desse sistema é extremamente degradante tanto à vida humana quanto à natureza.

No Brasil

a organização das relações sociais no capitalismo, pela passagem do regime de trabalho escravo ao assalariado, inviabiliza as condições de plena inserção da população negra no mercado de trabalho formal, empurrando-a gradualmente às massas que compõem o exército industrial de reserva (BRUINJÉ,2024).

O Dieese (2023) aponta que no Brasil, entre a população desocupada no 2º trimestre de 2023, 65,1% eram negros. A taxa de desocupação das mulheres negras foi de 11,7% - mesmo percentual de um dos piores momentos enfrentados pelas pessoas não negras, no caso, a pandemia. A taxa de desocupação dos não negros nesse mesmo período estava em 6,3%.

Da população negra empregada no 2º trimestre de 2023, quase metade (46%) dos negros estava em trabalhos desprotegidos. Entre os não negros, essa proporção era de 34%. No que se refere a taxa de desocupação, o percentual dos negros é sistematicamente superior à dos demais trabalhadores. Embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, os negros correspondem a mais da metade dos desocupados (65,1%) (DIEESE, 2023).

O Dieese (2023) reforçou em sua análise que a taxa de desocupação dos negros era de 9,5%, no 2º trimestre de 2023, ou seja, 3,2 pontos percentuais acima da dos não negros. No caso das mulheres negras, a taxa estava em 11,7%.

A formação sócio-histórica brasileira nos possibilita então compreender o motivo da população negra ocupar as camadas mais “baixas” da nossa sociedade, a base da pirâmide social e entender a funcionalidade do racismo até os dias atuais. A falsa liberdade oferecida com a abolição somada à negação de trabalho à mão de obra negra fez com que essa população ficasse mais sujeita às expressões da pobreza em nosso país.

O racismo e seus mecanismos dentro da sociedade forjaram a população negra como constituintes de grande parte dos desempregados, sub-empregados, principais vítimas das inúmeras expressões da questão social e conseqüentemente usuários das políticas socioassistenciais.

o Serviço Social atua nas mais diferentes expressões da questão social e para isso precisa fazer uma leitura da realidade que contemple toda a complexidade das relações sociais. O racismo é um dos elementos estruturantes dessas relações no modelo capitalista e, por isso, pensar a profissão e a formação exige que seja feita uma leitura crítica e radical da questão étnico-racial, entendendo seus fundamentos e compreendendo como essas relações foram construídas ao longo da história do Brasil e do próprio capitalismo. (ABPSS, 2023)

Nesse sentido, levando em conta todo o exposto anteriormente, compreende-se ser imprescindível a realização do debate do tema desta dissertação apresentando os elementos históricos da população negra e como isso se expressa na atualidade de maneira crítica, principalmente dentro da profissão que reafirma uma perspectiva crítica nos debates da categoria e se almejamos a construção de uma nova sociedade alicerçada nos ideais éticos políticos ao qual o Serviço Social defende.

Sendo assim, ressalta-se que a temática desenvolvida e analisada na presente dissertação possui grande pertinência e relevância nos estudos do Serviço Social, visto o caráter crítico da profissão. A própria Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPSS) ao lançar em 2018 o documento "Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social" sinaliza essa relevância. Ao elaborar esse documento, a própria associação evidencia como destaque de suas responsabilidades políticas o compromisso ético-político de construção de um projeto de formação profissional antirracista reconhecendo assim o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o Serviço Social brasileiro.

Referências Bibliográfica

ABEPSS. **Plataforma Antirracista**. Subsídios para o debate. Disponível em <https://www.abepss.org.br/subsidiosparaodebateetnicoracial-94>. Acesso em 29 ago. 2024.

ABEPSS. **Uma formação profissional antirracista precisa ter a questão étnico-racial em sua centralidade**. 2023. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrdia_eliminaao_discriminacao_racial_2023-605

BARRETO, A. C. J. **O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco no bairro Dom Bosco**. 1 ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.

BASTOS, P. Moradia e a população negra no Brasil. **In: Instituto Direitos e Igualdade**. Disponível em <<https://idi.org.br/2020/11/27/moradia-e-a-populacao-negra-no-brasil/>> Acesso em 05 ago 2024.

BERGAMIN J., BRENCK C., BRITO E., SANTOS H. Made, USP. USP.2024

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei 12.288, 2010.

BRUINJÉ, A. L. T. **A gênese da questão social no Brasil a partir das contribuições de Clóvis Moura e Jacob Gorender**. UFJF, 2024.

CABRAL, U. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. Estatísticas Sociais. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Em%202021%2C%20as%20taxas%20de,hoje%20\(11\)%20pelo%20IBGE](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Em%202021%2C%20as%20taxas%20de,hoje%20(11)%20pelo%20IBGE). Acesso em 05 jul. 2024.

CALDART, R. S; PEREIRA I. B; ALENTEJANO P; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, G . **Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam**. In: O Social em Questão - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017. . 2017.

DAVIS, M. **A generalização das favelas**. Planeta favela. 1ª ed. 2006.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**. Especial 20 de novembro de 2023, dia da consciência negra. 2023.

ELPIDIO, M. H. **Do quilombo às favelas: faces do racismo territorial na produção das cidades**. In: Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Editora Navegando. 2020.

FAGUNDES, G. G. **Superexploração e racismo no Brasil: diálogos e questões**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2022.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Aspectos teóricos e conceituais. **Métodos de pesquisa**. 1a edição - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMEZ, A. V. **Pesadelo high-tech: A quarta revolução industrial e o fim do mundo que conhecemos**. Juiz de Fora : Revista Libertas, 2017.

HOOKS, B. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista** - Título original do capítulo 1 de *Feminist theory: from margin to center* (2000, 2a edição) - (Bell Hooks/Revista Brasileira de Ciência Política, no16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.) 2015.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 1ª reimpr. da 3ª. Ed. 1987.

IBGE. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 10 jun 2024.

IBGE. **Conheça o Brasil - população cor ou raça**. IBGEeduca. 2022.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil - 2ª edição. **Estudos e Pesquisas; Informação Demográfica e Socioeconômica; n.48**. 2022.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas; Informação Demográfica e Socioeconômica; n.41**. 2019.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 1ª edição**. 2003.

_____. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 4ª edição**. 2011.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem - A origem do trabalho livre no Brasil**. ed. Paz e terra s.a. 1994.

MARX, K. **O Capital**. Boitempo, 2014.

MENEGAT, E. M. SILVA, D. A. C. **Força de trabalho supérflua, desocupação, inatividade e raça/cor: uma interpretação dos dados da PNAD/IBGE**. UFJF, 2022.

MENEGAT, M. **Guerra Civil no Brasil**. 2003.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Perspectiva; 2ª ed, 2019.

_____. **100 anos de abolição do escravismo no Brasil**. Revista Princípios nº 15, pág: 5-10. Maio, 1988.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 07 ago 2023.

NETTO, J. P. **A autocracia burguesa: o “modelo” dos monopólios.** In: Ditadura e Serviço Social. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** In: Francisco Iglésias. Caio Prado Júnior: história. São Paulo: Ática, 1987.

RIBEIRO, I, L. **Mulheres negras e o mercado de trabalho: uma breve análise a partir das produções do Serviço Social.** UFJF, 2020.

STRAUSS, D. IA generativa pode substituir 300 milhões de trabalhadores,projeta banco. In: **Folha de São Paulo**, Londres-Financial Times. 27 mar. 2023.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e Escravidão.** 1 ed. Companhia Editora Americana, 1975.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2012

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)
Total	154 477	96 840	89 695	52 786	7 145	5 796	19 177
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	63 382	31 254	29 264	11 280	1 990	2 731	7 734
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	29 594	17 444	15 733	8 387	1 711	1 453	4 282
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	45 842	35 027	32 055	22 764	2 971	1 407	5 975
Ensino Superior completo	15 659	13 116	12 643	10 374	473	205	1 187
Branca							
Total	72 908	46 328	43 521	28 564	2 806	2 036	7 094
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	24 713	11 563	11 006	4 953	557	790	2 256
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	13 107	7 590	6 945	4 013	645	495	1 521
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	23 853	17 851	16 554	12 146	1 297	613	2 564
Ensino Superior completo	11 235	9 323	9 017	7 452	307	139	754
Preta							
Total	12 218	7 961	7 238	4 129	724	464	1 788
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	5 740	3 053	2 816	1 143	237	232	780
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	2 389	1 567	1 368	749	199	120	433
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	3 438	2 777	2 513	1 797	264	106	518
Ensino Superior completo	651	564	541	439	23	6	57
Parda							
Total	68 173	41 858	38 287	19 688	3 571	3 242	10 152
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	32 554	16 476	15 289	5 106	1 187	1 691	4 651
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	13 894	8 191	7 334	3 581	857	825	2 299
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	18 192	14 146	12 755	8 662	1 390	672	2 840
Ensino Superior completo	3 533	3 045	2 908	2 339	136	54	361
Preta ou parda							
Total	80 391	49 819	45 525	23 817	4 294	3 705	11 940
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	38 294	19 530	18 106	6 249	1 424	1 922	5 431
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	16 283	9 758	8 702	4 330	1 056	945	2 733
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	21 630	16 923	15 288	10 459	1 654	778	3 358
Ensino Superior completo	4 184	3 609	3 449	2 778	160	59	417

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 (acumulado de primeiras visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribua

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2012

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	62,7	58,1	58,9	7,4	18,7
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	49,3	46,2	38,5	6,4	22,8
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	58,9	53,2	53,3	9,8	22,7
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	76,4	69,9	71,0	8,5	16,4
Ensino Superior completo	83,8	80,7	82,1	3,6	8,9
Branca					
Total	63,5	59,7	65,6	6,1	14,7
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	46,8	44,5	45,0	4,8	18,3
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	57,9	53,0	57,8	8,5	18,8
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	74,8	69,4	73,4	7,3	13,9
Ensino Superior completo	83,0	80,3	82,6	3,3	8,0
Preta					
Total	65,2	59,2	57,0	9,1	21,2
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	53,2	49,1	40,6	7,8	23,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	65,6	57,3	54,8	12,7	25,7
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	80,8	73,1	71,5	9,5	18,0
Ensino Superior completo	86,6	83,0	81,1	4,1	9,9
Parda					
Total	61,4	56,2	51,4	8,5	22,5
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	50,6	47,0	33,4	7,2	25,6
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	59,0	52,8	48,8	10,5	25,5
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	77,8	70,1	67,9	9,8	19,2
Ensino Superior completo	86,2	82,3	80,4	4,5	11,6
Preta ou parda					
Total	62,0	56,6	52,3	8,6	22,3
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	51,0	47,3	34,5	7,3	25,3
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	59,9	53,4	49,8	10,8	25,5
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	78,2	70,6	68,5	9,8	19,0
Ensino Superior completo	86,2	82,4	80,5	4,4	11,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2013

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)
Total	156 731	98 551	91 359	54 824	7 192	5 139	17 751
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	62 555	30 754	28 864	11 313	1 890	2 368	6 965
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	30 165	17 762	16 028	8 773	1 734	1 250	3 920
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	47 448	36 107	33 097	23 655	3 010	1 321	5 732
Ensino Superior completo	16 563	13 927	13 369	11 083	558	200	1 234
Total	73 027	46 484	43 770	29 328	2 714	1 698	6 331
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	23 949	11 115	10 588	4 824	527	631	1 901
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	13 184	7 587	6 997	4 146	589	407	1 322
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	24 144	18 019	16 790	12 471	1 229	531	2 317
Ensino Superior completo	11 749	9 763	9 394	7 886	369	129	791
Total	12 522	8 202	7 477	4 391	725	407	1 619
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	5 605	2 913	2 662	1 120	221	205	658
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	2 445	1 612	1 429	777	182	91	371
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	3 776	3 066	2 775	2 025	291	102	521
Ensino Superior completo	696	611	580	469	31	8	69
Total	70 051	43 158	39 454	20 692	3 703	3 001	9 676
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	32 697	16 600	15 463	5 325	1 137	1 524	4 282
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	14 369	8 477	7 527	3 818	950	746	2 206
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	19 171	14 759	13 295	9 008	1 464	673	2 940
Ensino Superior completo	3 814	3 322	3 170	2 541	153	58	348
Total	82 573	51 360	46 931	25 083	4 429	3 408	11 295
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	38 302	19 513	18 155	6 444	1 358	1 730	4 940
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	16 814	10 088	8 956	4 595	1 132	837	2 577
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	22 947	17 825	16 070	11 033	1 755	775	3 361
Ensino Superior completo	4 510	3 934	3 750	3 010	184	67	417

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2013 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribua

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2013

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	62,9	58,3	60,0	7,3	17,1
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	49,2	46,1	39,2	6,1	20,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	58,9	53,1	54,7	9,8	20,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	76,1	69,8	71,5	8,3	15,3
Ensino Superior completo	84,1	80,7	82,9	4,0	8,7
Branca					
Total	63,7	59,9	67,0	5,8	13,1
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	46,4	44,2	45,6	4,7	16,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	57,5	53,1	59,3	7,8	16,5
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	74,6	69,5	74,3	6,8	12,5
Ensino Superior completo	83,1	80,0	83,9	3,8	8,0
Preta					
Total	65,5	59,7	58,7	8,8	18,8
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	52,0	48,0	41,6	7,6	21,1
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	65,9	58,5	54,3	11,3	21,8
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	81,2	73,5	73,0	9,5	16,4
Ensino Superior completo	87,8	83,4	80,9	5,1	11,2
Parda					
Total	61,6	56,3	52,4	8,6	21,0
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	50,8	47,3	34,4	6,8	23,6
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	59,0	52,4	50,7	11,2	23,9
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	77,0	69,3	67,8	9,9	18,4
Ensino Superior completo	87,1	83,1	80,2	4,6	10,3
Preta ou parda					
Total	62,2	56,8	53,4	8,6	20,6
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	50,9	47,4	35,5	7,0	23,3
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	60,0	53,3	51,3	11,2	23,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	77,7	70,0	68,7	9,8	18,1
Ensino Superior completo	87,2	83,1	80,3	4,7	10,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2013 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e emp.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2014

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	61 038	29 505	27 815	11 260	1 690	2 021	6 023
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	30 605	17 723	15 965	8 779	1 758	1 113	3 767
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	49 262	36 981	34 023	24 418	2 957	1 222	5 511
Ensino Superior completo	17 981	15 005	14 446	12 011	559	176	1 181
Total	73 894	46 616	43 950	30 128	2 666	1 458	5 848
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	23 158	10 503	10 021	4 844	482	504	1 597
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	13 135	7 397	6 764	4 101	633	351	1 281
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	24 982	18 290	17 080	12 702	1 210	491	2 248
Ensino Superior completo	12 609	10 426	10 085	8 481	340	112	721
Total	12 539	8 162	7 433	4 373	729	393	1 603
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	5 586	2 910	2 702	1 125	208	181	642
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	2 513	1 625	1 427	811	198	96	371
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	3 718	2 998	2 707	1 940	291	106	527
Ensino Superior completo	722	629	597	496	32	11	63
Total	71 222	43 673	40 149	21 488	3 525	2 661	8 922
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	31 970	15 965	14 973	5 250	993	1 332	3 762
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	14 791	8 608	7 687	3 822	920	660	2 096
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	20 201	15 451	14 013	9 622	1 438	619	2 695
Ensino Superior completo	4 260	3 649	3 476	2 793	173	50	370
Total	83 761	51 835	47 581	25 861	4 254	3 055	10 526
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	37 556	18 875	17 675	6 375	1 201	1 513	4 404
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	17 304	10 233	9 114	4 634	1 118	756	2 467
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	23 919	18 449	16 720	11 562	1 730	725	3 222
Ensino Superior completo	4 982	4 278	4 073	3 289	205	61	432

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2014 (acumulado de primeiras visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribua

Tabela 2.1 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2014

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	62,4	58,1	61,2	7,0	15,9
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	48,3	45,6	40,5	5,7	19,1
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	57,9	52,2	55,0	9,9	20,0
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	75,1	69,1	71,8	8,0	14,4
Ensino Superior completo	83,4	80,3	83,1	3,7	7,8
Branca					
Total	63,1	59,5	68,6	5,7	12,2
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	45,4	43,3	48,3	4,6	14,5
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	56,3	51,5	60,6	8,6	16,5
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	73,2	68,4	74,4	6,6	12,0
Ensino Superior completo	82,7	80,0	84,1	3,3	6,8
Preta					
Total	65,1	59,3	58,8	8,9	18,7
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	52,1	48,4	41,6	7,1	20,8
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	64,7	56,8	56,9	12,2	21,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	80,6	72,8	71,7	9,7	17,0
Ensino Superior completo	87,0	82,6	83,1	5,1	9,8
Parda					
Total	61,3	56,4	53,5	8,1	19,3
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	49,9	46,8	35,1	6,2	21,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	58,2	52,0	49,7	10,7	22,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	76,5	69,4	68,7	9,3	16,8
Ensino Superior completo	85,7	81,6	80,4	4,7	10,0
Preta ou parda					
Total	61,9	56,8	54,4	8,2	19,2
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	50,3	47,1	36,1	6,4	21,6
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	59,1	52,7	50,8	10,9	22,5
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	77,1	69,9	69,2	9,4	16,8
Ensino Superior completo	85,9	81,7	80,8	4,8	10,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2014 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e emp.

Tabela 2.1 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2015

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)		População na força de trabalho (1 000 pessoas)		População ocupada (1 000 pessoas)		População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)		População desocupada (1 000 pessoas)		População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)		População subutilizada (1 000 pessoas)	
	Total	160 960	101 408	92 400	56 688	9 008	5 051	19 431						
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto		60 226	29 029	26 809	10 911	2 220	2 143	6 640						
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto		30 439	17 855	15 713	8 564	2 143	1 281	4 405						
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto		50 990	38 448	34 572	24 530	3 875	1 398	6 871						
Ensino Superior completo		19 305	16 076	15 306	12 662	770	229	1 515						
Total		73 622	46 814	43 384	29 895	3 429	1 581	6 803						
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto		22 567	10 064	9 448	4 581	616	527	1 718						
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto		12 830	7 242	6 506	3 913	737	411	1 457						
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto		24 893	18 503	16 914	12 571	1 589	519	2 715						
Ensino Superior completo		13 332	11 005	10 517	8 830	488	124	912						
Total		13 398	8 777	7 868	4 642	909	500	1 989						
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto		5 713	2 979	2 720	1 122	259	209	745						
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto		2 596	1 702	1 473	825	228	124	453						
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto		4 233	3 371	2 996	2 141	375	140	687						
Ensino Superior completo		855	725	679	555	46	28	104						
Total		72 767	45 093	40 474	21 703	4 619	2 944	10 538						
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto		31 648	15 875	14 536	5 174	1 339	1 396	4 151						
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto		14 848	8 823	7 653	3 786	1 169	740	2 476						
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto		21 472	16 300	14 414	9 647	1 887	732	3 431						
Ensino Superior completo		4 800	4 095	3 871	3 095	224	77	481						
Total		86 165	53 870	48 342	26 345	5 528	3 444	12 528						
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto		37 361	18 854	17 255	6 297	1 598	1 605	4 896						
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto		17 444	10 524	9 127	4 611	1 388	864	2 929						
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto		25 705	19 671	17 410	11 788	2 261	871	4 118						
Ensino Superior completo		5 654	4 820	4 550	3 650	270	105	585						

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2015 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2015

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	63,0	57,4	61,3	8,9	18,3
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	48,2	44,5	40,7	7,6	21,3
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	58,7	51,6	54,5	12,0	23,0
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	75,4	67,8	71,0	10,1	17,2
Ensino Superior completo	83,3	79,3	82,7	4,8	9,3
Branca					
Total	63,6	58,9	68,9	7,3	14,1
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	44,6	41,9	48,5	6,1	16,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	56,4	50,7	60,1	10,2	19,0
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	74,3	67,9	74,3	8,6	14,3
Ensino Superior completo	82,5	78,9	84,0	4,4	8,2
Preta					
Total	65,5	58,7	59,0	10,4	21,4
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	52,1	47,6	41,3	8,7	23,4
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	65,5	56,7	56,0	13,4	24,8
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	79,6	70,8	71,5	11,1	19,6
Ensino Superior completo	84,8	79,4	81,7	6,4	13,8
Parda					
Total	62,0	55,6	53,6	10,2	21,9
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	50,2	45,9	35,6	8,4	24,0
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	59,4	51,5	49,5	13,3	25,9
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	75,9	67,1	66,9	11,6	20,1
Ensino Superior completo	85,3	80,7	80,0	5,5	11,5
Preta ou parda					
Total	62,5	56,1	54,5	10,3	21,9
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	50,5	46,2	36,5	8,5	23,9
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	60,3	52,3	50,5	13,3	25,7
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	76,5	67,7	67,7	11,5	20,0
Ensino Superior completo	85,2	80,5	80,2	5,6	11,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2015 (acumulado de primeiras visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2016

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta
					de subutilização (%)
Total	63,1	55,7	61,2	11,7	21,4
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	47,1	42,3	40,0	10,3	24,6
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	57,5	48,1	52,9	16,4	28,3
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	76,0	66,0	70,1	13,1	20,6
Ensino Superior completo	83,9	79,0	81,9	5,8	10,5
Branca					
Total	64,2	58,2	68,6	9,4	16,4
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	44,3	40,7	47,6	8,2	18,6
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	55,9	48,8	58,4	12,7	21,9
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	74,8	66,3	73,8	11,4	17,3
Ensino Superior completo	82,9	78,4	83,2	5,4	9,5
Preta					
Total	66,6	57,1	59,1	14,2	24,9
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	52,7	46,3	40,1	12,0	26,6
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	65,2	52,1	54,8	20,0	31,3
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	80,0	68,0	71,0	15,0	23,3
Ensino Superior completo	88,1	81,8	82,1	7,1	12,5
Parda					
Total	61,4	53,1	53,7	13,4	25,7
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	48,1	42,6	35,3	11,4	27,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	57,7	47,0	48,0	18,5	32,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	76,6	65,4	65,9	14,6	23,5
Ensino Superior completo	86,3	80,6	78,8	6,6	12,7
Preta ou parda					
Total	62,2	53,8	54,6	13,6	25,6
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	48,8	43,2	36,1	11,5	27,6
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	58,8	47,8	49,1	18,8	32,3
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	77,2	65,9	66,8	14,6	23,5
Ensino Superior completo	86,6	80,8	79,3	6,7	12,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 (acumulado de primeiras visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL... 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 2.1 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2016

Características selecionadas	População em idade de trabalhar	População na força de trabalho	População ocupada	População ocupada em trabalhos formais (1)	População desocupada	População na força de trabalho potencial	População subutilizada			
	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)	(1 000 pessoas)			
Total	162 889	102 721	90 750	55 520	11 971	6 376	23 366			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	59 565	28 077	25 176	10 082	2 901	2 684	7 562			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	29 784	17 137	14 332	7 582	2 805	1 598	5 309			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	52 784	40 101	34 845	24 421	5 256	1 827	8 643			
Ensino Superior completo	20 756	17 407	16 397	13 435	1 010	288	1 852			
Total	72 226	46 369	42 000	28 833	4 369	1 889	7 904			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	21 348	9 466	8 692	4 134	774	628	1 880			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	12 033	6 724	5 870	3 431	853	451	1 574			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	24 908	18 630	16 512	12 179	2 118	652	3 340			
Ensino Superior completo	13 938	11 550	10 926	9 089	624	159	1 110			
Total	14 254	9 487	8 140	4 808	1 347	634	2 521			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	5 830	3 070	2 702	1 083	368	279	890			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	2 719	1 771	1 418	777	354	158	604			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	4 674	3 737	3 177	2 256	560	185	912			
Ensino Superior completo	1 031	909	844	692	65	12	115			
Total	74 838	45 920	39 748	21 334	6 172	3 803	12 770			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	31 988	15 380	13 628	4 813	1 752	1 754	4 753			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	14 807	8 541	6 958	3 338	1 584	980	3 100			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	22 716	17 402	14 867	9 798	2 535	975	4 323			
Ensino Superior completo	5 327	4 597	4 295	3 384	302	94	595			
Total	89 092	55 407	47 888	26 142	7 519	4 437	15 292			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	37 818	18 450	16 330	5 885	2 120	2 034	5 644			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	17 526	10 313	8 375	4 115	1 937	1 137	3 704			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	27 390	21 139	18 044	12 055	3 095	1 180	5 235			
Ensino Superior completo	6 358	5 505	5 138	4 077	367	106	710			

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 2.1 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2017

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	63,4	55,4	59,5	12,6	24,2
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	47,0	41,4	39,2	11,8	28,4
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	58,7	48,2	51,1	17,8	31,7
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	76,0	65,6	67,1	13,6	22,8
Ensino Superior completo	83,5	77,9	80,3	6,6	12,5
Branca					
Total	64,3	57,8	66,6	10,1	18,8
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	44,4	40,5	46,2	8,7	21,5
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	57,2	48,7	57,5	14,8	25,7
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	74,5	66,0	70,6	11,5	18,8
Ensino Superior completo	82,4	77,1	81,4	6,4	12,0
Preta					
Total	66,8	56,5	56,2	15,4	28,3
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	52,2	44,8	38,4	14,2	31,8
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	65,1	51,8	48,0	20,5	34,9
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	80,5	67,8	67,0	15,8	25,7
Ensino Superior completo	86,8	79,5	80,8	8,5	14,7
Parda					
Total	61,8	52,8	52,8	14,6	28,6
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	47,9	41,5	34,9	13,3	31,8
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	58,6	47,2	46,7	19,5	35,5
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	76,7	65,0	63,5	15,3	26,1
Ensino Superior completo	85,8	79,7	77,4	7,1	13,7
Preta ou parda					
Total	62,7	53,4	53,4	14,7	28,6
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	48,6	42,0	35,5	13,4	31,8
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	59,7	47,9	46,9	19,7	35,4
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	77,4	65,5	64,2	15,4	26,0
Ensino Superior completo	86,0	79,7	78,0	7,3	13,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 2.1 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2017

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)			
Total	164 754	104 401	91 205	54 228	13 197	7 457	27 088			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	59 406	27 929	24 623	9 661	3 306	3 104	8 808			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	29 856	17 515	14 404	7 355	3 111	1 825	6 134			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	54 102	41 101	35 505	23 830	5 597	2 155	9 864			
Ensino Superior completo	21 391	17 856	16 673	13 382	1 183	373	2 282			
Total	71 963	46 265	41 589	27 690	4 675	2 272	9 101			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	21 314	9 454	8 628	3 985	827	748	2 195			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	11 772	6 731	5 736	3 298	995	535	1 871			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	24 770	18 459	16 343	11 544	2 116	744	3 617			
Ensino Superior completo	14 108	11 620	10 882	8 863	738	245	1 419			
Total	15 122	10 106	8 547	4 806	1 558	739	3 074			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	6 009	3 136	2 692	1 033	444	346	1 109			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	2 869	1 869	1 485	713	384	180	715			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	5 050	4 064	3 422	2 294	642	199	1 095			
Ensino Superior completo	1 194	1 036	948	766	88	14	155			
Total	76 061	47 037	40 169	21 193	6 868	4 391	14 707			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	31 644	15 153	13 140	4 588	2 013	1 987	5 448			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	14 985	8 783	7 072	3 300	1 710	1 101	3 510			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	23 767	18 241	15 441	9 811	2 799	1 197	5 069			
Ensino Superior completo	5 665	4 860	4 515	3 494	345	106	680			
Total	91 184	57 142	48 716	25 999	8 426	5 130	17 781			
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	37 653	18 289	15 831	5 621	2 458	2 334	6 557			
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	17 854	10 652	8 557	4 013	2 094	1 281	4 225			
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	28 817	22 305	18 863	12 105	3 441	1 396	6 164			
Ensino Superior completo	6 859	5 896	5 464	4 260	433	120	835			

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2018

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	63,4	55,7	58,8	12,2	24,7
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	45,9	40,5	38,4	11,6	29,9
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	58,7	48,9	49,9	16,7	32,2
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	75,9	65,6	65,8	13,5	23,2
Ensino Superior completo	83,3	78,3	77,9	6,1	12,6
Branca					
Total	64,4	58,2	65,7	9,6	18,8
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	42,8	39,1	46,1	8,7	22,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	57,7	49,8	55,8	13,8	26,1
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	74,6	66,2	69,5	11,3	18,9
Ensino Superior completo	82,0	77,5	78,9	5,4	11,4
Preta					
Total	66,5	56,8	56,2	14,6	28,8
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	50,8	44,0	37,9	13,5	33,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	65,1	53,7	50,1	17,6	33,7
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	79,4	66,5	65,2	16,2	27,0
Ensino Superior completo	87,8	81,1	78,8	7,6	14,7
Parda					
Total	61,8	53,1	52,2	14,1	29,2
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	46,8	40,8	33,7	12,8	33,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	58,2	47,4	45,1	18,7	36,3
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	76,4	64,8	62,2	15,2	26,4
Ensino Superior completo	85,6	79,6	75,7	7,0	14,9
Preta ou parda					
Total	62,6	53,7	52,9	14,2	29,1
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	47,5	41,4	34,5	12,9	33,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	59,4	48,4	46,0	18,5	35,8
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	77,0	65,1	62,8	15,3	26,5
Ensino Superior completo	86,0	79,8	76,3	7,1	14,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2018

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)		
Total	166 576	105 622	92 771	54 504	12 851	8 262	28 082		
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	58 402	26 782	23 681	9 093	3 101	3 458	9 053		
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	29 029	17 054	14 208	7 083	2 846	2 030	6 152		
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	55 822	42 357	36 630	24 105	5 727	2 330	10 366		
Ensino Superior completo	23 322	19 429	18 253	14 223	1 176	444	2 512		
Total	71 497	46 034	41 617	27 360	4 417	2 427	9 103		
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	20 518	8 791	8 028	3 699	763	829	2 185		
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	11 138	6 432	5 542	3 093	890	556	1 825		
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	24 967	18 619	16 520	11 477	2 100	778	3 675		
Ensino Superior completo	14 873	12 192	11 527	9 091	664	264	1 418		
Total	16 469	10 951	9 350	5 251	1 601	912	3 414		
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	6 368	3 235	2 800	1 061	436	419	1 213		
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	2 997	1 952	1 608	805	344	221	732		
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	5 629	4 468	3 745	2 442	723	249	1 274		
Ensino Superior completo	1 476	1 295	1 197	943	99	22	194		
Total	76 751	47 421	40 735	21 258	6 686	4 839	15 248		
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	30 957	14 492	12 638	4 262	1 854	2 173	5 541		
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	14 627	8 517	6 927	3 124	1 590	1 235	3 538		
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	24 625	18 814	15 963	9 932	2 851	1 279	5 313		
Ensino Superior completo	6 543	5 598	5 206	3 939	392	151	857		
Total	93 221	58 372	50 084	26 509	8 287	5 751	18 662		
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	37 325	17 728	15 438	5 323	2 290	2 593	6 754		
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	17 624	10 469	8 536	3 930	1 934	1 456	4 270		
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	30 253	23 282	19 708	12 374	3 574	1 529	6 587		
Ensino Superior completo	8 019	6 893	6 402	4 882	490	173	1 052		

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL... 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2019

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	63,9	56,4	58,6	11,8	24,4
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	45,5	40,5	37,7	11,0	29,8
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	58,9	49,1	48,8	16,7	32,2
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	76,4	66,4	65,0	13,0	23,0
Ensino Superior completo	83,9	78,9	78,3	6,0	12,4
Branca					
Total	64,8	58,8	65,7	9,3	18,5
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	42,4	38,8	45,7	8,6	22,5
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	57,0	49,1	55,2	13,9	26,0
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	75,0	66,9	68,5	10,9	18,8
Ensino Superior completo	83,0	78,7	79,5	5,2	11,0
Preta					
Total	68,1	58,3	55,8	14,4	28,5
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	51,2	44,5	37,5	13,1	32,9
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	66,7	54,9	47,8	17,6	34,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	81,9	69,0	65,1	15,7	26,1
Ensino Superior completo	87,5	80,7	77,9	7,8	15,9
Parda					
Total	62,3	53,8	52,1	13,6	28,8
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	46,3	40,7	32,8	12,0	33,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	58,8	47,9	44,2	18,6	36,0
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	76,6	65,5	61,6	14,5	26,2
Ensino Superior completo	85,6	79,3	76,1	7,4	14,6
Preta ou parda					
Total	63,3	54,6	52,8	13,8	28,7
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	47,1	41,4	33,7	12,2	33,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	60,2	49,1	44,9	18,4	35,7
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	77,6	66,2	62,3	14,8	26,1
Ensino Superior completo	86,0	79,6	76,4	7,4	14,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019 (acumulado de primeiras visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2019

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)
Total	168 365	107 669	94 956	55 639	12 713	8 280	28 234
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	57 111	25 965	23 104	8 708	2 861	3 378	8 736
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	29 262	17 237	14 556	7 010	2 881	1 990	6 185
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	57 783	44 146	38 387	24 954	5 759	2 503	10 743
Ensino Superior completo	24 209	20 322	19 109	14 967	1 213	410	2 570
Total	71 611	46 413	42 079	27 655	4 333	2 366	9 013
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	19 897	8 438	7 710	3 522	728	783	2 073
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	11 241	6 407	5 519	3 048	889	542	1 803
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	25 294	18 976	16 911	11 591	2 065	805	3 726
Ensino Superior completo	15 179	12 591	11 939	9 494	652	235	1 411
Total	17 026	11 591	9 922	5 533	1 689	917	3 569
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	6 420	3 289	2 859	1 071	430	421	1 221
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	3 076	2 051	1 689	808	362	218	785
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	6 016	4 925	4 151	2 702	774	250	1 349
Ensino Superior completo	1 514	1 326	1 222	952	103	29	215
Total	77 865	48 490	41 881	21 837	6 609	4 908	15 365
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	30 294	14 015	12 331	4 041	1 694	2 144	5 371
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	14 671	8 625	7 021	3 102	1 603	1 213	3 541
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	25 835	19 800	16 923	10 430	2 876	1 413	5 550
Ensino Superior completo	7 065	6 051	5 605	4 264	445	138	903
Total	94 891	60 081	51 803	27 371	8 278	5 825	18 934
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	36 713	17 304	15 190	5 112	2 113	2 565	6 582
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	17 748	10 676	8 711	3 910	1 965	1 431	4 326
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	31 850	24 725	21 074	13 132	3 650	1 663	6 899
Ensino Superior completo	8 580	7 376	6 828	5 216	549	166	1 118

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019 (acumulado de primeiras vistas).

Notas:

Indígenas, amateiros e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2020

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	59,1	51,0	61,2	13,8	28,3
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	39,8	34,5	39,7	13,1	33,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	51,5	41,7	50,4	19,1	37,0
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	70,8	59,7	66,4	15,7	28,3
Ensino Superior completo	80,1	74,8	78,8	6,6	14,8
Total	60,8	54,0	68,2	11,1	22,1
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	37,0	33,1	47,9	10,6	26,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	51,1	42,6	56,6	16,7	31,3
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	70,3	60,9	70,1	13,4	23,5
Ensino Superior completo	79,7	75,1	80,7	5,8	13,1
Total	62,4	51,5	58,7	17,4	33,0
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	45,4	38,3	39,6	15,7	35,9
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	56,2	43,1	50,4	23,2	41,2
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	75,1	60,9	66,9	18,9	32,2
Ensino Superior completo	84,2	76,7	75,5	8,9	19,0
Total	56,9	48,0	54,5	15,5	32,9
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	40,6	34,9	34,6	14,1	37,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	51,0	40,8	45,4	20,0	40,3
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	70,4	58,3	62,8	17,1	31,8
Ensino Superior completo	80,5	74,2	75,6	7,9	17,4
Total	57,8	48,6	55,3	15,9	33,0
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	41,4	35,4	35,5	14,4	37,0
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	51,8	41,2	46,3	20,5	40,5
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	71,2	58,8	63,5	17,5	31,9
Ensino Superior completo	81,1	74,6	75,5	8,1	17,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020 (acumulado de quinzenas visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2020

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)		População na força de trabalho (1 000 pessoas)		População ocupada (1 000 pessoas)		População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)		População ocupada em trabalhos desocupada (1 000 pessoas)		População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)		População subutilizada (1 000 pessoas)	
	Total		Total		Total		Total		Total		Total		Total	
Semi-instrução ou Ensino Fundamental incompleto	170 091	100 496	86 673	53 074	13 823	11 782	3 1723							
Ensi no Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	54 179	21 538	18 710	7 428	2 828	3 787	8 543							
Ensi no Médio completo ou Ensino Superior incompleto	28 641	14 746	11 934	6 012	2 812	2 573	6 416							
Ensi no Superior completo	61 141	43 274	36 480	24 220	6 793	4 465	13 514							
Ensi no Superior completo	26 130	20 939	19 550	15 415	1 389	957	3 249							
Total	73 112	44 445	39 493	26 952	4 952	3 538	10 612							
Semi-instrução ou Ensino Fundamental incompleto	19 112	7 066	6 317	3 029	749	901	2 130							
Ensi no Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	11 097	5 670	4 723	2 674	946	721	1 998							
Ensi no Médio completo ou Ensino Superior incompleto	26 490	18 621	16 122	11 304	2 499	1 397	4 701							
Ensi no Superior completo	16 413	13 088	12 331	9 945	758	519	1 783							
Total	15 963	9 967	8 229	4 834	1 738	1 240	3 701							
Semi-instrução ou Ensino Fundamental incompleto	5 511	2 504	2 111	836	393	404	1 045							
Ensi no Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	2 788	1 566	1 202	606	364	285	762							
Ensi no Médio completo ou Ensino Superior incompleto	6 101	4 581	3 717	2 487	864	478	1 630							
Ensi no Superior completo	1 563	1 316	1 198	904	117	73	264							
Total	79 325	45 120	38 116	20 772	7 004	6 910	17 136							
Semi-instrução ou Ensino Fundamental incompleto	29 138	11 826	10 160	3 518	1 666	2 458	5 310							
Ensi no Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	14 500	7 393	5 917	2 688	1 476	1 547	3 605							
Ensi no Médio completo ou Ensino Superior incompleto	27 982	19 695	16 322	10 247	3 374	2 562	7 077							
Ensi no Superior completo	7 706	6 206	5 717	4 320	489	343	1 143							
Total	95 288	55 086	46 344	25 607	8 742	8 150	20 837							
Semi-instrução ou Ensino Fundamental incompleto	34 649	14 330	12 271	4 355	2 059	2 862	6 355							
Ensi no Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	17 288	8 958	7 119	3 294	1 840	1 832	4 367							
Ensi no Médio completo ou Ensino Superior incompleto	34 083	24 276	20 039	12 734	4 238	3 040	8 707							
Ensi no Superior completo	9 288	7 521	6 915	5 224	606	416	1 407							

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020 (acumulado de quintas visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PREPERIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2021

Características selecionadas	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	60,6	52,1	59,9	14,0	28,5
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	40,5	35,0	37,9	13,6	34,9
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	54,1	43,7	48,2	19,2	37,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	72,3	60,9	64,9	15,8	28,1
Ensino Superior completo	81,0	75,2	78,4	7,1	15,0
Branca					
Total	61,0	54,1	67,3	11,3	22,5
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	37,0	33,1	45,5	10,5	27,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	51,0	42,5	53,8	16,6	31,6
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	70,1	60,7	70,2	13,4	24,0
Ensino Superior completo	80,3	75,0	79,5	6,6	13,3
Preta					
Total	64,3	53,7	56,6	16,5	32,0
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	44,8	38,3	37,9	14,6	36,5
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	61,9	48,7	47,9	21,3	38,4
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	77,1	63,4	63,0	17,8	30,4
Ensino Superior completo	83,2	75,8	76,7	8,9	19,9
Parda					
Total	59,5	49,8	53,0	16,2	33,4
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	42,1	35,6	33,0	15,3	38,7
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	54,9	43,6	44,1	20,7	41,4
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	73,3	60,4	60,2	17,6	31,4
Ensino Superior completo	82,1	75,4	76,3	8,1	17,5
Preta ou parda					
Total	60,3	50,5	53,7	16,3	33,2
Sem instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	42,5	36,1	33,9	15,2	38,3
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio Incompleto	56,1	44,5	44,8	20,8	40,9
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	74,0	61,0	60,8	17,6	31,2
Ensino Superior completo	82,3	75,5	76,4	8,3	17,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL....., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução e cor ou raça - Brasil - 2021

Características selecionadas	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)
Total	171 714	104 070	89 495	53 619	14 575	10 524	32 652
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	53 722	21 742	18 793	7 117	2 948	3 555	8 824
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	29 365	15 894	12 839	6 182	3 055	2 468	6 902
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	61 268	44 284	37 291	24 195	6 994	3 711	13 496
Ensino Superior completo	27 359	22 150	20 572	16 125	1 578	791	3 431
Total	74 715	45 569	40 432	27 221	5 137	3 280	10 968
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	19 400	7 179	6 427	2 925	752	867	2 226
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	11 226	5 725	4 777	2 572	948	697	2 028
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	26 847	18 821	16 292	11 444	2 529	1 313	4 827
Ensino Superior completo	17 242	13 844	12 937	10 280	907	403	1 888
Total	16 569	10 656	8 900	5 035	1 756	1 121	3 769
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	5 454	2 445	2 089	792	356	402	1 039
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	3 081	1 908	1 502	719	406	265	834
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	6 293	4 855	3 989	2 512	865	374	1 592
Ensino Superior completo	1 741	1 449	1 320	1 012	129	81	305
Total	78 735	46 815	39 224	20 788	7 591	6 025	17 656
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	28 450	11 968	10 139	3 347	1 829	2 258	5 508
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	14 806	8 134	6 453	2 844	1 681	1 486	3 986
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	27 521	20 178	16 628	10 015	3 551	1 991	6 969
Ensino Superior completo	7 958	6 535	6 004	4 581	530	290	1 193
Total	95 304	57 471	48 124	25 823	9 347	7 147	21 425
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	33 904	14 413	12 228	4 139	2 185	2 660	6 546
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	17 887	10 041	7 955	3 563	2 087	1 751	4 820
Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto	33 814	25 033	20 617	12 528	4 416	2 365	8 561
Ensino Superior completo	9 699	7 984	7 325	5 593	659	371	1 498

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quinzas visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Para classificação das ocupações formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.